



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências
Campus Sosígenes Costa
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais / PPGER

MARIA DA CONCEIÇÃO DE JESUS SILVA

**“ALÉM DE NEGRA É GORDA”:
UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DOS EFEITOS DO RACISMO E DA
GORDOFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

PORTO SEGURO

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais / PPGER

MARIA DA CONCEIÇÃO DE JESUS SILVA

**“ALÉM DE NEGRA É GORDA”:
UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DOS EFEITOS DO RACISMO E DA
GORDOFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB, no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais – PPGER, como requisito para obtenção de título de Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais.

Linha de Pesquisa: Pós-colonialidade e Fundamentos da Educação nas Relações Étnico-Raciais.

Orientador: Prof. Dr. Hamilton Richard Alexandrino dos Santos.

PORTO SEGURO

2022

Catálogo na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

S586a Silva, Maria da Conceição de Jesus, 1977 -
“Além de preta é gorda”: uma análise interseccional dos efeitos do racismo e da gordofobia no ambiente escolar. / Maria da Conceição de Jesus Silva. – Porto Seguro, 2022.
116 f.

Orientador: Prof. Dr. Hamilton Richard Alexandrino dos Santos
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais. Campus Sosígenes Costa.

1. Racismo. 2. Gordofobia. 3. Interseccionalidade. 4. Educação Antirracista. 5. Pensamento Negro Contemporâneo. I. Santos, Hamilton Richard Alexandrino dos. II. Título.

CDD – 371.97

Elaborado por Lucas Sousa Carvalho - CRB-5/1883



Universidade Federal Do Sul Da Bahia – UFSB
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação – PROPPG
Programa de Pós-graduação em Ensino e Relação Étnico-Racial – PPGER

Documento assinado digitalmente
gov.br HAMILTON RICHARD ALEXANDRINO FERREI
Data: 12/12/2022 11:54:32-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof. Dr Hamilton Richard A. F. dos Santos / PPGER)

Presidente da banca

Documento assinado digitalmente
gov.br JOCENEIDE CUNHA DOS SANTOS
Data: 13/12/2022 09:48:39-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

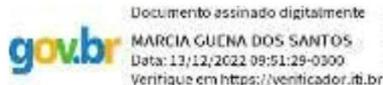
Prof^a Dr/a. Joceneide Cunha dos Santos (UFSB / PPGER)

Membra/o interna

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA DO CARMO REBOUCAS DA CRUZ FER
Data: 12/12/2022 14:11:41-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof^a Dr/a. Maria do Carmo Rebouças (UFSB / PPGER)

Membra/o interna



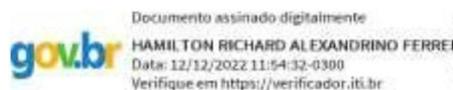
Prof.^ª Dr/a. Márcia Guena dos Santos (UNEB)

Membra/o externa

Maria da Conceição de Jesus Silva

Maria da Conceição de Jesus Silva
Candidata/o

Webconferência, 12 de Dezembro de 2022.



Prof. Dr. Hamilton Richard A. F. dos Santos (UFSB / PPGER)
Presidente da banca

Para meus queridos filhos, Josinaldo Pires de Almeida Júnior e Samuel Silva Pires de Almeida. E em especial aos meus queridos amigos, Lucas Santana e Kelly Oliveira, pelo incentivo para a realização desse sonho que agora é uma realidade. A perseverança o carinho e a credibilidade de vocês foram a mola propulsora que me manteve a lutar por uma realidade melhor e possível. Realmente sonho não se sonha só, os sonhos só se tornam realidades possíveis quando sonhado por todos.

AGRADECIMENTOS

Este era o momento em que aguardava ansiosa, momento mais que especial para que pudesse parar refletir e agradecer aqueles que fizeram parte dessa trajetória, aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a consolidação de um sonho.

Sim, um sonho que um dia ousei sonhar e que meus pares me ajudaram a tornar esse sonho em realidade. Há muitos a quem agradecer e ao que agradecer, muitos foram os que trilharam esse caminho comigo, porém serei sucinta.

Gostaria de começar agradecer aquele que é o Autor da minha vida, aquele que me ama incondicionalmente, Aquele que me manteve e mantém viva, para que eu pudesse contemplar essa vitória que foi conquistada com ajuda de muitos; Jeová Deus, esse Ser que preparou o caminho colocou pessoas certas nas horas de tribulações de desesperos, pessoas que seguraram em minhas mãos quando já nem podia mais andar.

A luta é coletiva, é preciso andar de mãos dadas com os nossos pares, aprendi isso com meu orientador Dr. Richard Santos que incansavelmente guerreou junto comigo contra meus próprios medos. Sendo assim, não poderia deixar de fora aqueles que acreditaram em mim.

Agradeço à grande amiga Daniele Almeida. Você querida, que com paciência e muita generosidade e persistência colaborou de maneira significativa, me ensinando a caminhar com minhas próprias pernas, me incentivou, muitas vezes me aconselhou. Poderia passar a vida toda te agradecendo e mesmo assim não seria o suficiente, agradeço a Jeová Deus diariamente por sua vida.

Agradeço a Thawan Dias, meu querido, suas contribuições, cada uma delas por menor que sejam, significaram muito em minha vida.

Agradeço ao amigo e colega Fábio Carvalho pelo apoio carinho pelos conselhos.

Kelly Oliveira grande amiga de adolescência e irmãs em Cristo, sonhamos juntos esse mestrado. Querida, obrigada pelos incentivos.

Ana Júlia, o que dizer de você minha querida? Tantas noites em oração, pedindo luz ao Criador para iluminar minha vida. Suas contribuições foram de grande valia, poderia passar a eternidade te agradecendo e mesmo assim ficaria na dívida.

Agradeço à minha família, meus queridos filhos Júnior, meu primogênito, e Samuel. Vocês são os motivos da minha não desistência. Obrigada pela compreensão meus queridos.

Agradeço às minhas irmãs que acreditaram em meu potencial: D'Jullie, Jucélia e Nivalda.

Agradeço ao meu cunhado Cláudio Donatilio, você foi fundamental nesse caminho trilhado.

Agradeço de maneira especial ao grupo focal e à equipe da Escola Municipal José Victor Figueredo pelo apoio a minha pesquisa.

Enfim, são muitos os nomes, mas agora é o momento de agradecer a esse homem intelectual sereno, alegre e acima de tudo humano, que não mediu esforços para que eu chegasse até aqui. Professor Dr. Richard Santos, depois de Jeová Deus, você foi a primeira pessoa em acreditar que eu poderia trilhar esse caminho. Você quem abriu meus horizontes, me mostrou um mundo novo e possível. Uma pessoa tão grande, tão importante, mas com uma humildade maior ainda, capaz de enxergar em seus orientandos não só mais um candidato, mas a essência deles. Obrigada professor Richard, por tornar um caminho tão doloroso em algo mais suave.

Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços!

Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher?

Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

(Sojourner Truth, 1851.)

RESUMO

A presente dissertação busca, a partir da erudição das distintas individualidades e particularidades das relações étnico-raciais brasileiras, discorrer sobre como a gordofobia e o racismo afetam a comunidade negra e quais os efeitos da intersecção dessas opressões na vida pessoal e escolar dos sujeitos negros e gordos. Galgando uma rota plurimetodológica, usa-se como principais procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e documental, a pesquisa de campo, a entrevista semiestruturada e a análise dos dados, utiliza-se a análise crítica dos discursos, de Van Dijk. Tendo como campo de pesquisa um grupo focal de profissionais da educação da Escola Municipal José Victor Figueiredo do Município de Eunápolis-BA, seu objetivo primordial inclina-se na tentativa de produzir e apresentar uma cartilha digital no âmbito da educação, que permita o desenvolvimento de estratégias para combater o preconceito gordofóbico e o racismo existentes no ambiente escolar, norteados por possibilidades pedagógicas que ensejem a posituação das identidades das pessoas negras e gordas que têm suas autoestimas historicamente mutiladas pelas violências raciais e pelos padrões estéticos patriarcais e coloniais.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo; Gordofobia; Interseccionalidade; Educação Antirracista; Pensamento Negro Contemporâneo.

ABSTRACT

The present dissertation intends, from the erudition of the distinct individualities and particularities of the Brazilian ethno-racial relations, to discuss how fatphobia and racism affect the black community and what are the effects of the intersection of these oppressions in the personal and school lives of black and fat subjects. Taking a multi-methodological approach, the main methodological procedures used are bibliographic and documentary research, field research, semi-structured interviews and content analysis. Having as field of research a group of education professionals, teachers and board of directors of the Municipal School José Victor Figueredo in the city of Eunápolis, Bahia, its main objective is to produce and present a digital booklet in the field of education that allows the development of strategies to combat the fatphobic prejudice and racism existing in the school environment, guiding pedagogical possibilities that enable the positivization of the identities of black and fat people who have their self-esteem historically mutilated by racial violence and by patriarchal and colonial aesthetic standards.

KEYWORDS: Racism; Fatphobia; Intersectionality; Anti-Racist Education; Contemporary Black Thought.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Escola Municipal José Victor Figueredo	62
Gráfico 1 - Autodeclaração dos discentes.....	64
Gráfico 2 - Autodeclaração das docentes da escola.....	64
Gráfico 3 - Renda familiar dos pais dos discentes.....	65
Gráfico 4 - Escolaridade dos pais dos discentes	65
Tabela 1 - Local de moradia dos alunos da escola	66
Figura 2 - Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.....	72
Figura 3 - Comparação de escolaridade.....	72
Figura 4 - Comparação de mães solteiras e negras.....	73

LISTA DE SIGLAS

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CAE – Conselho da Alimentação Escolar

CF – Constituição Federal

CMDCA – Conselho Municipal de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente

CME) – Conselho Municipal de Educação

FUNDEB – Fundo Nacional da Educação Básica;

IBGE – Instituto Brasileiro o de Geografia e Estatística

IMC – Índice de Massa Corpórea

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PME – Plano Municipal de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROAM – Programa de Apoio à Educação Municipal

RCRME – Referencial Curricular da Rede Municipal de Eunápolis

TEN – Teatro Experimental do Negro

UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia

SUMÁRIO

MEMORIAL	13
INTRODUÇÃO.....	27
APORTE TEÓRICO.....	35
METODOLOGIA.....	38
1. RACISMO, GORDOFOBIA E MULHERES NEGRAS: UM OLHAR INTERSECCIONAL.....	42
1.1. Um corpo no mundo: mulheres negras gordas e resistência	43
1.2. Racismo e padrões estéticos	48
1.3. Interseccionalidade: uma ferramenta de análise útil	52
1.4. O papel das mídias na construção do imaginário racista e gordofóbico	56
2. GORDOFOBIA E RACISMO NA ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA NA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ VICTOR FIGUEREDO	61
2.1. Por um Ensino Antirracista: Perspectiva e histórico da Escola Municipal José Victor Figueredo.....	61
2.2. O papel da escola frente ao racismo e a gordofobia	66
2.3. Modos de existir e resistir na educação: relatos de experiência de professoras negras e gordas.....	74
3. COMBATE AO RACISMO: ENTRE A LEI E OS DOCUMENTOS NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO.....	88
3.1. Breve análise documental: Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal José Victor Figueredo	92
3.2. Cartilha digital: Uma proposta de intervenção na escola	98

(IN) CONCLUSÕES	102
REFERÊNCIAS.....	107
ANEXO A	114
APÊNDICE – Produto Educacional	116

MEMORIAL: PERCURSOS E PERCALÇOS DE UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO

Sou Maria da Conceição de Jesus Silva, mulher gorda e negra. Gosto e acho pertinente registrar essas minhas características para melhor compreensão de onde parto para a construção do meu discurso. Sou a filha do meio em uma família de nove irmãos e essa situação sempre me causou um certo desconforto, pois a disputa pela atenção dos meus pais sempre foi uma batalha em nossa casa. Vale ressaltar que fui a última dos filhos a entrar para a escola.

Nasci em 1977, na cidade de Vitória da Conquista, localizada no centro-sul da Bahia, há 503 km de Salvador. Ainda bebê meus avós maternos me trouxeram para um povoado situado às margens da BR-101, próximo a Porto Seguro, outrora denominado de KM 64 e, posteriormente, Nova Floresta e Ibiapina. Com o passar do tempo, o povoado cresceu economicamente e passou a ser conhecido como o maior povoado do mundo e, após a emancipação, deu-se o nome de Eunápolis. Sua economia gira em torno da agricultura, comércio e pecuária.

Dito brevemente de minhas origens, afirmo que falar diretamente sobre mim é algo difícil, desconfortável. O desafio de fazer este memorial deixou-me, a princípio, apreensiva. Para além das feridas e cicatrizes, pontuo outros obstáculos para externar minha história: a timidez, essa velha companheira de vida e que considero um empecilho a ser superado, a dificuldade de me situar na primeira pessoa, algo que ainda me soa estranho e, principalmente, publicizar minha história. Por conseguinte, esse pequeno memorial tem me causado um turbilhão de emoções, há detalhes que ainda não estou preparada para publicar, pois há feridas que ainda sangram. Então, contarei apenas aquelas partes as quais julgo necessárias e tenho condições de compartilhar.

Revisitar o passado é tão doloroso quanto tomar um remédio amargo. Assim, esse exercício que me proponho agora, além de necessário para compreensão desta pesquisa e do seu objeto, pois estes estão diretamente ligados às experiências que me constituem, é também um exercício de cura, como quem toma um remédio amargo, mas necessário.

1976 - Antecedentes ao meu nascimento

Minha família é marcada por tragédias e desastres, mas também por muita resistência. Enquanto eu crescia na barriga da minha mãe, o meu pai envolveu-se em uma confusão na rua que culminou com a morte de uma pessoa. Sou fruto de um relacionamento abusivo, de pais alcoólatras, onde a minha mãe, cheia de filhos e ainda muito jovem, era obrigada a trabalhar muitas vezes doente e até mesmo grávida para poder sustentar a prole. O meu pai, por sua vez, sempre estava envolvido com prostitutas, que naquela época eram popularmente conhecidas como “mulheres de rua”, ele vivia se embriagando até o amanhecer. Por conta disso, fomos abandonadas várias vezes, e em muitas delas, éramos trocadas pelas novas amantes de meu pai, “mulheres de cabaré”, como diziam os nossos avós.

Minha mãe apanhou várias vezes de meu pai e ela preferia se sujeitar aquilo a ter que viver como mãe solteira e cheia de filhos, pois essa era uma condição condenável para a sociedade da época, principalmente para mulheres negras. Naquele tempo, o julgo do patriarcado impunha as mulheres esse suplício com muito mais peso do que se vê atualmente, pois a luta pelos direitos das mulheres ainda não chegava às camadas mais pobres e racializadas. Pois, enquanto feministas brancas iam às ruas pelo direito a votar e trabalhar fora, mulheres negras sequer eram consideradas seres humanos e estavam em suas cozinhas cuidando dos afazeres domésticos e dos seus filhos. Historicamente a condição da mulher negra sempre esteve nivelada abaixo da pior situação vivenciada pela mulher branca. Foi nesse contexto social que a minha mãe deu continuidade a vida de casada. Ela carregava internalizado, o peso do passado histórico marcado pela aceitação da violência naturalizada pela sociedade patriarcal, machista, onde a mulher, em nome da família, deveria suportar toda sorte de maus tratos do seu companheiro.

O casamento de meus pais sempre esteve marcado pela violência. O meu pai se tornou um fugitivo após aquele envolvimento com o homicídio resultante daquela confusão de rua. Naquela época, a minha família estava vivendo em situação de miséria e extrema pobreza e nesse meio tempo tivemos que ir embora para Vitória da Conquista e passamos a viver em uma fazenda, em condição análoga à escravidão, semelhante a cárcere privado.

1977 - Nascimento

Então no dia 25/12/1977, a minha mãe deu à luz a mim, em uma privada¹ localizada numa fazenda. Graças a Deus que era apenas um bebê, portanto não guardo lembranças dessa fase. Segundo relatos da minha mãe, após o meu nascimento, nós duas ficamos doentes por vários dias, pois ela pariu sozinha em um banheiro insalubre, cheio de bichos e moscas espalhadas pelo recinto. Após algum tempo, o meu pai conseguiu que o patrão dele nos cedesse um barraco de madeira que ficava próximo a um curral para morarmos.

1978 - Acidente com fogo

Eu ainda era recém-nascida e a minha irmã de apenas 3 anos, na ausência da minha mãe, ficou brincando com um candeeiro² aceso, o que acabou provocando um incêndio e cujas chamas, infelizmente, me atingiram. Graças a Deus fui socorrida a tempo, entretanto, sobraram-me pequenas cicatrizes espalhadas pelo corpo, das quais muitas vezes foram empecilho em minha vida.

Quando souberam do ocorrido, os meus avós decidiram ir em busca da minha mãe e nos levou para morar com eles em Eunápolis. A minha avó, então, doou uma parte do quintal da sua casa para que a minha mãe fizesse um barraco para a gente poder morar. Nesse meio tempo, o meu pai que havia sido preso por tentativa de homicídio, finalmente foi absolvido por conta de ser réu primário e ter comprovado que o crime que ele havia cometido foi em legítima defesa.

1980 - Morte do capitão da família: Vovô

Anos mais tarde, em meados de 1980, um grave acidente acabou com a vida daquele que até então nos mantinha em segurança, o meu avô materno. Ele foi atropelado a caminho da ³carvoaria onde nós todos trabalhávamos. Após essa tragédia, tivemos que mudar de casa, perdendo a segurança da moradia e o suporte financeiro dos meus avós. Meu pai então

¹ Local destinado para satisfação das necessidades fisiológicas, como defecar e urinar.

² Recipiente que continha um pavio onde se colocava querosene, para acender/ iluminar o ambiente.

³ Local de produção de carvão (queima de madeira em fornos de barro) as crianças e os adultos da minha família dependiam desse meio de produção para garantir a sobrevivência.

decidiu ir ao cartório nos registrar. Nessa época, nenhum de nós havíamos sido vacinados nem frequentávamos escolas, éramos literalmente os invisíveis da sociedade

Após meu pai efetuar o nosso registro, a minha mãe finalmente pode matricular os quatro filhos mais velhos na escola, infelizmente eu não estava entre eles. A situação econômica dos meus pais era muito difícil e eles não tinham condições de manter os nove filhos na escola. Por isso, fiquei impedida de frequentar a escola, por um longo período. Quando finalmente completei 10 anos, entrei, já no meio do ano, em uma escola, isso graças aos esforços de uma professora chamada Rita de Cassia que conseguiu a vaga em uma determinada escola. O dia mais feliz da minha vida foi quando li pela primeira vez a leitura do “Boi baba”, depois fiz uma carta para minha mãe. Daí em diante, escrevia cartas para todos os analfabetos da família.

Nessa época eu já alimentava o grande sonho de ser escritora e professora de História. Ser professora foi um sonho que nasceu assim que eu conheci a professora Rita, minha amada professora da alfabetização, ela que me ensinou as sílabas complexas e tinha uma paciência incrível para comigo. Eu olhava para ela e a via como uma princesa. Ela era tão diferente das pessoas que eu conhecia, tinha os pés mais perfeitos que meus olhos já tinham vistos (comparados aos nossos, achatados e cheios de cicatrizes das carvoarias onde todos éramos obrigados a trabalhar desde muito pequenos), ela falava com amor, seus cabelos eram “bons”. Era assim que a minha família enxergava alguém de pele branca e cabelos lisos. E assim, eu já sentia desde cedo, através da minha família biológica os traços perversos do racismo estrutural.

O contato com aquela professora despertou-me o desejo de um dia ser igual a ela, eu queria muito ser professora e ter aquela aparência angelical. Naquela época eu só conhecia dois tipos de pessoas: as brancas bonitas e as negras feias, pois para a minha família todas as pessoas negras eram feias e as brancas eram bonitas. Eu cresci ouvindo as pessoas brancas serem adjetivadas de bonitas e ricas e minha família acreditava, literalmente, que a sociedade era dividida dessa forma. Lembro-me de muitas vezes ouvir a minha vó materna e os meus pais falarem isso, visto que, eles realmente acreditavam que pessoas brancas eram ricas e bonitas, e que os pretos eram os feios e os pobres do mundo. Sobre nosso imaginário⁴, não pensávamos assim porque isso era verdade, mas porque a sociedade brasileira racista nos imputava esses pensamentos. Lembro de muitas vezes ter amarrado panos na cabeça

⁴“O imaginário faz parte da representação como tradução mental de uma realidade exterior percebida, mas apenas ocupa uma fração do campo da representação, à medida que ultrapassa um processo mental que vai além da representação intelectual ou cognitiva.” (LAPLANTINE, 2017, p.08)

fantasiando ter cabelos “bons” e lisos, pois ouvíamos o tempo todo que os cabelos dos negros eram de Bombril, cabelos ruins, cabelos duros etc. Para Kilomba (2019), mais do que a cor da pele, os cabelos tornaram-se a mais poderosa marca da servidão durante o período da escravização e acabou se tornando um símbolo de “primitividade”. Eu lembro quando a minha mãe pagava a vizinha para alisar os nossos cabelos com o pente quente⁵, fortalecendo a crença de que nossas características afro eram ruins e deveriam ser mudadas. Assim, desde muito cedo eu aprendi que o tom da minha pele, a textura do meu cabelo e meus traços faziam diferença na sociedade. O que eu não sabia, à época, era que tudo isso que passávamos, bem como a exclusão social imposta a nós, era fruto do racismo.

1988 - Morte de uma irmã

Nos festejos de São João, em 1988, a minha mãe, grávida pela nona vez, estava no portão da nossa casa à espera de meu pai que normalmente chegava bêbado. Ao tentar acender um fogareiro para fazer a janta, a minha irmã mais velha, com 15 anos na época, teve a ideia de acender o fogo (desobedecendo as ordens dos meus pais) com o Baygon, e ao borrifar as brasas com aquele produto inflamável, houve uma explosão. O acidente causou graves queimaduras na minha irmã e não resistindo aos ferimentos, veio a óbito.

Após a morte de minha irmã, mesmo grávida, a minha mãe não parava de beber, trabalhava (na carvoaria) diariamente embriagada.

1984 –1989: Abuso sexual

Como meus pais sempre tiveram dificuldades em comprar alimentos, nós costumávamos comprar fiado (a crédito) na vendinha do vizinho. Lembro-me perfeitamente como aquele senhor me assustava, e ainda assim minha mãe sempre nos obrigava a ir lá comprar fiado. Até aquela época, não tínhamos acesso a nenhum tipo de doce, ou bala, a minha família vivia abaixo da linha da pobreza. Foi então, que através daquele senhor eu vim a conhecer o que era um bombom e alguns tipos de balas que ele costumava me oferecer.

Sempre que eu ia àquela venda para comprar arroz, aquele homem me puxava pelos braços e me levava para os fundos do estabelecimento onde havia um quarto escuro e lá

5 Procedimento de alisamento dos cabelos através de um pente de ferro aquecido, (inicialmente utilizado pelas mulheres brancas, americanas da década de 70) digamos que seria a versão rudimentar do que hoje conhecemos como chapinha. Entretanto, com a massificação das propagandas de alisamento de cabelos crespos na imprensa negra, a memória do uso deste instrumento ficou restrita à história das mulheres negras.

costumava apalpar as minhas partes íntimas. Eu não tinha consciência de que aquilo era abuso, sabia que era algo feio, errado e desagradável, mas ele sempre me prendia em suas pernas de maneira que eu não conseguia escapar dali, e finalmente quando ele satisfazia o seu intento, costumava me soltar e me entregar alguns doces e balas junto com os demais produtos que eu havia ido comprar. Como todo abusador, ele agia no meu psicológico também e frisava que eu jamais poderia comentar aquilo com ninguém. Passei por aqueles episódios de abusos várias vezes e durante muito tempo.

1989 - Afastamento da família natural

No final de 1989, a minha vida se transformou, fui embora da casa dos meus pais com a promessa de que iria estudar e ser criada como filha de uma senhora que havia prometido a minha mãe que iria cuidar muito bem de mim. Na verdade, eu e a minha mãe fomos enganadas, pois fui levada para trabalhar como babá, onde permaneci dos dez aos dezesseis anos de idade.

Os termos “criada como filha” ou considerada como “pessoa da família” são comumente utilizados pelas neo-sinhás e senhores para justificar a adoção ilegal de crianças em situação de vulnerabilidade, para fins de trabalho e exploração infantil. A população negra brasileira sabe bem o que é isso. No decorrer dessa mudança, eu passei por muitos sofrimentos ao longo da minha estadia naquela nova casa, porém mal sabia eu que a minha saga estava apenas começando.

Naquela época, a minha mãe acumulava as funções de dona de casa, carvoeira e lavadeira⁶ e foi nesta função que conhecemos a minha família “adotiva”. A matriarca daquela família pediu para a minha mãe que me deixasse ir morar com eles, justificando que ela também tinha uma filhinha pequena e gostaria muito de me adotar para que eu fosse uma espécie de irmã mais velha, uma companhia para brincar com sua pequena. Eu abracei aquela chance como um meio de pôr um fim aos abusos sexuais que eu sofria, e por fim, eu achei que havia encontrado a oportunidade de esquecer as tragédias que marcaram a minha vida.

Parecia libertador saber que eu nunca mais iria entrar naquela maldita venda ou ter contato com aquele homem, mas as coisas não saíram como eu esperava e na nova casa, pela primeira vez na vida, ouvi alguém dizer que não gostava de gordos. Ali eu conheci e vivi na

6 Inicialmente, as lavadeiras eram compostas, em grande parte, pelas mulheres negras escravizadas que tinham que lavar todas as roupas dos senhores escravocratas. O trabalho consistia em carregar os pesados cestos de roupas até a beira do rio mais próximo para serem lavadas. Após o fim da escravidão, muitas mulheres pobres, normalmente negras, permaneceram exercendo essa função de forma remunerada, pouco valorizada.

pele o racismo, a gordofobia e o preconceito de classe. Na minha família, tanto a minha mãe, como a minha avó, tias, primos etc., eram gordos, e entre nós o sobrepeso nunca havia sido tratado de forma pejorativa. Na minha família sempre teve obesos. Contudo, no meu novo lar, o padrão de beleza era o corpo branco e magro.

Mesmo sem ter consciência social, eu já estava passando por aquilo que Sueli Carneiro (2011) denomina como manipulação da identidade do negro e que, segundo a autora, como o paradigma de um estágio mais avançado de ideal estético humano, o negro sente a dor da cor. Uma das pessoas daquela família me chamava de mucama e assim eu fui tratada/adjetivada durante anos sem saber o significado dessa palavra. Para além do tratamento humilhante e subalterno recebido, eu era obrigada a lutar diariamente para provar para a minha nova “família” que, apesar de ser negra eu era digna de confiança e não uma ladra, porque no imaginário daquelas pessoas, a figura do negro era associada ao roubo, ou seja, todos os negros/negras eram ladrões.

Cresci ouvindo apelidos, frases e histórias racistas e gordofóbicas. Era um tipo de racismo muitas vezes recreativo (MOREIRA, 2019). Fato é que adentrei em um espaço que naturalmente não era reservado a mim. Lélia Gonzalez (1988) afirma que aos negros são reservados os piores lugares da sociedade e que, é justamente a naturalização dessa subalternização, somada à negação do racismo, que o racismo latino-americano dá conta de manter negros e indígenas em condições subalternizadas mesmo sem assumir legalmente um apartheid. Gonzalez (1988), também nos lembra que devemos sempre requerer coisas melhores e não o que nos reservam. E foi assim que eu fiz, eu lutei para mudar minha vida, aproveitei aquele espaço que me renegaram e foquei no meu objetivo que era vencer pelos estudos.

No período que estive com aquela família eu tive a oportunidade de continuar os estudos, e foi naquela escola que se consolidou em minha vida tudo aquilo que eu já havia experienciado no seio da minha família materna, somado ao que eu estava vivendo naquela casa com os meus novos cuidadores. Nesse novo cenário eu pude experienciar o racismo e demais preconceitos, mais uma vez, batendo em mim, com toda a sua fúria. Entretanto, continuava sonhando em ser professora, meu foco era estudar para mudar de vida e esse objetivo de mudança me fazia cada vez mais forte. Eu tinha em mente que um dia iria ser docente, e para isso eu sabia que precisava cumprir o propósito de terminar o ensino médio para tornar-me professora.

Em 1995, enfim, fui embora daquela casa onde havia ficado dos dez anos aos dezesseis anos. Parti em busca de realizar meu sonho de terminar os estudos, e encontrar um

emprego melhor. Foi então que aos 18 anos eu decidi ir para Vitória, capital do Espírito Santo, e lá continuei trabalhando como doméstica, o que me impediu de continuar estudando. A minha nova patroa não escondia o seu racismo e falava mal dos negros abertamente, ela acreditava que todos éramos ladrões e que as mulheres negras eram safadas e fogosas. Essa visão distorcida é problematizada por hooks (2019) que afirma que isso resulta da exploração sexual de mulheres negras, durante a escravidão, ocasionando a desvalorização da mulheridade negra. Em decorrência disso, eu passei a sofrer mais esse estigma, visto que nessa época, por ser magra, o meu corpo se encaixava nos padrões estéticos aceitáveis. Entretanto, era algo incompreensível entender porque a minha nova patroa associava os corpos de meninas/mulheres negras ao roubo de maridos alheios, enxergando-nos como destruidoras de lares.

Nesse clima de impossibilidades de continuação dos estudos, resolvi retornar para a Bahia e como eu não tinha condições de sustentar sozinha visto que a minha família biológica havia ido embora para outro estado, não tive outra opção a não ser voltar para a casa da minha família “adotiva”. Foi nessa condição que, em 1997, consegui concluir o ensino fundamental e em 2000, concluí o tão sonhado magistério, fruto de muita luta, insistência e resistência. Necessitando de abrigo e alimentação, o retorno para aquela casa na condição de empregada doméstica sem remuneração, foi o preço que tive que pagar para poder da continuidade aos estudos pois aquela era a única possibilidade de poder fazer o extinto curso técnico do magistério.

1999 - Mudança de trabalho e primeiro concurso

No último ano do magistério, eu já não dava mais conta de conciliar o trabalho de babá com os estudos e os serviços domésticos. Foi então que as novas exigências da minha pseudo mãe adotiva me inquietaram ainda mais e me fizeram refletir sobre todos aqueles problemas sociais e racistas que eu estava vivenciando. Por conta disso, houve vários tensionamentos até que finalmente consegui ir embora daquela casa.

2000 - Conclusão do ensino médio, o magistério – formatura

E foi com muita força que finalmente consegui concluir o meu tão almejado magistério. Aqui vale ressaltar o apoio incansável de Jeane Mattos, uma professora, que generosamente me deu abrigo e me ajudou a conseguir emprego de monitora em uma escola particular, ela era uma mulher branca que acreditava na igualdade de condições entre as

pessoas e era sensível às questões de desigualdades sociais e sempre me apoiou a prosseguir nos estudos. Anos mais tarde, fui aprovada em um concurso de Agente Comunitário, o meu novo emprego deu-me condições de poder me sustentar sozinha e sair da casa de Jeane.

Inicialmente, na condição de Agente comunitário, eu acreditava que iria resolver muitos problemas sociais. Uma vez que o meu trabalho consistia em visitas domiciliares, coleta de dados sociais e encaminhamentos para as unidades de saúde, comecei a fazer algumas ações em benefício da comunidade, mas logo denunciaram e fui proibida. Era um bairro de periferia onde o tráfico e a violência dominavam. Nesse novo emprego, pude ver a miséria e o descaso com que a população negra é tratada, óbvio que aquilo não era nenhuma novidade para mim, que carregou o histórico de uma infância atravessada pela extrema pobreza.

Entretanto, foi na fase adulta, através do meu novo emprego que eu pude perceber/avaliar melhor a omissão do Estado e a violência policial mais de perto. Permaneci por nove anos na função de Agente Comunitário, nesse fazer diário pude visualizar fora das lentes televisivas e notícias de jornais, como de fato a polícia tratava os meninos pretos e pobres das favelas. Para mim, era muito claro o sofrimento imposto através da arbitrariedade, da invasão dos lares de pessoas humildes, amedrontadas pela violência policial cometida quando os agentes invadiam suas casas, quebrando tudo, bagunçando revirando seus lares em busca de seus filhos, para matar ou prender. Muitas vezes escutei gritos desesperados de mães que viam tanto policiais como traficantes adentrarem em seus lares retirarem seus filhos para serem executados diante de seus olhos. Consolei muitas dessas mães, aconselhei a respeito da importância da manutenção dos filhos nas escolas como uma possibilidade viável de alteração daquela situação de pobreza, preconceito e omissão das autoridades.

Apesar das limitações, considero ter feito um bom trabalho na comunidade, fiz várias palestras e ações de incentivo para que os jovens e crianças procurassem estudar, eu usava a minha trajetória de vida como um exemplo de que a educação é um meio viável para poder mudar a situação de miséria. O lugar onde eu trabalhava era a periferia do centro de Eunápolis, um lugar alagadiço, com esgoto a céu aberto e casebres de madeira, um lugar que Santos (2020) caracteriza como Territórios negros – Campos da Maioria Minorizada, visto que a população negra é maioria demográfica e minoria em acesso à cidadania plena.

Dando continuidade à minha história, em 2003 nasceu o meu primeiro filho, fruto de um relacionamento conturbado, atormentado pelos traumas e lembranças da infância, e foi na condição de mãe, morando sozinha, cheia de medo de não poder dar conta da responsabilidade de criar e educar um filho que eu continuei planejando fazer a minha

primeira graduação, apesar desse sonho estar bem distante da realidade que eu estava inserida. Motivada pelo sonho do ensino superior, resolvi fazer o ENEM, e foi com as notas obtidas nesse exame que finalmente eu pude cursar a graduação em História oferecida por uma instituição particular de ensino. Tive muitas dificuldades para conciliar o trabalho juntamente com os estudos e as funções da maternidade, pois o meu filho ainda era apenas um bebê. E foi com os conhecimentos adquiridos no curso de história que eu pude refazer uma leitura para entender melhor o meu passado e tudo aquilo que me incomodava, que eu nunca tinha tido os argumentos e a coragem/forças para gritar e dá um basta. Pela primeira vez estava entendendo a minha história atrelada a estrutura social carregada de racismo e violências patriarcais.

2000 - Início da obesidade

É possível dizer que a obesidade tenha raiz na somatização de tantos problemas que eu estava enfrentando. De fato, por conta da ansiedade e a compulsão alimentar, esse foi o ano de alteração brusca do meu peso corporal, o saldo disso foi a aquisição de mais uma opressão para completar a tantas outras que havia em minha vida. Assim, aliada ao preconceito de raça, classe e sexo, passei a sentir na pele o estigma da gordofobia⁷. O que mais dói não é o fato de ser negra e gorda, mas é perceber como os nossos corpos são classificados e recriminados de acordo com a quantidade de melanina e adiposidade. Os conhecimentos do curso de história proporcionaram-me uma retrospectiva crítica da minha história, eu percebi claramente tudo aquilo que havia vivenciado ao longo dos anos no contexto da escola particular, na casa dos meus pais e no ambiente da família adotiva, muitas vezes a discriminação era indireta, o que para Almeida (2019) se constitui em um processo em que a situação específica dos grupos minoritários é invisibilizada/ignorada.

Contudo, eu ainda não estava satisfeita, pois alimentava o desejo de continuar os estudos, queria muito cursar mestrado e doutorado, tudo isso era praticamente impossível, até mesmo sonhar estava distante da minha realidade, mas lá no fundo eu tinha esperança de poder continuar a perseguir esse sonho. Foi então, que com a chegada da UFSB em Porto Seguro, a possibilidade de cursar o mestrado ficou cada dia mais próxima, e assim, depois de várias tentativas frustrantes em outros programas de mestrados, finalmente eu consegui

7 [...] uma forma de discriminação estruturada e disseminada nos mais variados contextos socioculturais, consistindo na desvalorização, estigmatização e hostilização de pessoas gordas e seus corpos. As atitudes gordofóbicas geralmente reforçam estereótipos e impõem situações degradantes com fins segregacionistas; por isso, a gordofobia está presente não apenas nos tipos mais diretos de discriminação, mas também nos valores cotidianos das pessoas. (Arraes, 2014).

ingressar no PPGER, na condição de aluna especial. Sendo que mesmo como aluna especial foi difícil conquistar a vaga.

O contato mais profundo com produções bibliográficas sobre relações étnico-raciais, história e cultura africana etc., veio acontecer em 2019, através do componente curricular de Educação, Diferença e Alteridade: Contribuições da Herança Intelectual Negra, ministrado pelo professor Hamilton Richard Santos, o qual tenho a honra de ser orientanda. Foi durante as aulas do referido componente que eu tive a oportunidade de conhecer as produções intelectuais de negras/os, como a Lélia Gonzalez e tantos outros irmãos teóricos negros. A partir desse contato, percebi muitas semelhanças entre as experiências de vida minhas e da Lélia Gonzalez, especialmente no que diz respeito a sua experiência de infância, relativa à exploração do trabalho doméstico. Entretanto, fazendo uma retrospectiva de vida, percebo que apesar de não ter tido forças para externar/lutar efetivamente contra tudo aquilo que me oprimia, nunca aceitei passivamente, pois vivia em conflito. Dentro de mim havia uma força latente que me impulsionava a se rebelar porque, apesar de não ter conhecimento sobre os processos de resistência, eu sabia que de alguma forma o lugar do preto não poderia ser reduzido aquilo que a sociedade racista atribuiu.

Vale ressaltar que antes do ingresso no PPGER, já havia feito a conclusão de uma pós-graduação lato sensu em História e Cultura Afro-Brasileira, e o tema da minha monografia de graduação em História versou sobre a mulher na política. Contudo, ainda não me sentia satisfeita e queria buscar a oportunidade de aprender mais. Sempre tive vontade de pesquisar sobre a questão dos padrões estéticos para as mulheres negras, já que este estigma me acompanhava desde o nascimento do meu primeiro filho, quando eu comecei a trabalhar em uma instituição escolar.

Para ingressar na UFSB, participei do processo seletivo por duas vezes, uma no Campus Sosígenes Costa e outra no Jorge Amado, mas infelizmente não consegui aprovação em nenhum dos dois. Entretanto, continuei insistindo e, graças ao sistema de cotas reservadas para os negros, finalmente, na terceira tentativa, consegui a tão sonhada aprovação. Eu sabia que seria difícil, mas pensava que não poderia desistir, porque isso era muito importante para mim e para o futuro dos meus filhos, assim, todo ano renovava as minhas esperanças e tentava realizar esse sonho. Sempre senti a necessidade de passar para eles uma visão diferenciada daquilo que vivi e, como acredito que o exemplo é o melhor incentivo, ser uma mulher negra que subverte o “lugar do negro”, era uma oportunidade de positivar o ideal de negritude para meus filhos.

A minha infância foi atravessada pela exposição pejorativa da imagem do negro na televisão. A esse respeito, Santos (2018) ratifica que “existe todo um processo histórico-social de descaracterização da humanidade e despimento das identidades da Maioria Minorizada, do sujeito afro-indígena, despido de seus elementos históricos numa tentativa de vesti-lo com os signos da modernidade branca”. Atualmente, na condição de mestranda, tenho tido a oportunidade de acesso à produção do conhecimento de pensadoras/res da perspectiva decolonial. Essa experiência tem sido de extrema relevância para o meu processo de reconstrução dos conhecimentos e contextualização com o meu fazer pedagógico na educação básica.

É o cenário do chão da escola que me permite perceber como a televisão doutrina as mentes das nossas crianças, que vão crescendo incentivadas a se tonarem adultos reprodutores de padrões estereotipados disseminados pelos saberes eurocêntricos. A perspectiva decolonial levou-me ao processo de desconstrução e reconstrução de conhecimentos teóricos institucionalizados, e o contato com esses conhecimentos me abriram caminhos para que eu pudesse continuar resistindo e desconstruindo padrões estéticos de conceitos hegemônicos e concepções impostas aos povos subalternizados.

É possível dizer que a televisão colabora significativamente para a formação e perpetuação de preconceitos como a gordofobia e o racismo, visto que os meios de comunicação constantemente recorrem ao corpo magro e branco como símbolo ideal de perfeição, associando a magreza à vida saudável, e o branco à beleza. Apesar disso, a essa altura da minha vida, já me encaixo no perfil de obesidade tipo – 2, e diariamente eu tenho sido alvo de críticas relacionadas ao meu corpo, em diálogo com as demais colegas de trabalho, que são mulheres negras e gordas, elas relataram que normalmente são martirizadas por suas características corporais e que isso acontece não só dentro da escola, mas em seus próprios lares também. No nosso dia a dia, constatamos de forma visível a preferência dos alunos pelos professores magros e de peles claras. Entretanto, cabe a nós ajudá-los no processo de desconstrução dessas referências.

Ao adentrar os portões da UFSB, ufa! Fiquei encantada, pois, finalmente havia ingressado em uma Universidade Federal, era próxima da minha cidade e para completar meu êxtase, eu estava em um Programa de Relações Étnico-Raciais. Era tudo o que eu precisava para poder materializar o meu grande sonho, tinha ciência que poderia enfrentar dificuldades, mas tinha plena certeza que iria me esforçar ao máximo para superar todas elas. De modo geral, as vagas nas Universidades são reservadas a poucos com histórico de vida semelhante ao meu ou pertencentes a minha classe social. Portanto, sabia que o processo seletivo seria

difícil, mas devo dizer que desafio maior tem sido permanecer nesse ambiente, pois só eu sei de onde vim e as lutas que tive e ainda tenho que travar para ocupar este espaço e permanecer nesse programa.

O PPGER⁸ foi o programa que me proporcionou a possibilidade de inserção no meu tão sonhado mestrado. Esse programa dialoga com as minhas angústias e inquietações, nesse curto período de discussões provocadas pelos docentes, durante os componentes ofertados, aprendi muito sobre mim, meus ancestrais e meu povo. Toda essa gama de conhecimentos propiciada pelo programa, tem me ajudado a situar-me e a requerer tudo o que me foi tomado. O mestrado em Ensino e Relações Étnico Raciais tem me ensinado a me defender e a espantar os fantasmas do racismo e da gordofobia. A oportunidade de experienciar as discussões sobre tantas leituras já estão contribuindo para o meu fazer docente, são conhecimentos que provocam, inquietam e me inspiram a protagonizar melhor na direção das mudanças que se tornam cada mais urgentes e necessárias em nossa sociedade.

Na conquista desse mestrado, não poderia deixar de falar dessa pessoa incrível que me ensinou o que é pensar coletivo. Nunca vou esquecer da frase emblemática e impactante que o professor Richard me disse: “Maria, precisamos pensar coletivo, pensar em nossos pares, não me interessa subir sozinho precisamos ajudar nossos irmãos!”. Costumo dizer que Richard Santos contribui diretamente para a felicidade de muitos mestrados, falar desse professor, da sua personalidade, da importância de seu olhar coletivo na vida das pessoas da comunidade negra é algo inexplicável. Com os seus exemplos, sua dedicação e o seu trabalho, percebo o quanto crescemos, produzimos muito mais quando não nos calamos ou nos acomodamos com a conquista pessoal de um diploma ou uma posição de destaque. Esse professor diariamente nos ensina que a luta é coletiva.

Foi através dos seus ensinamentos que compreendi que assim como eu, existem muitas meninas, adolescentes e mulheres que passaram e passam pelos mesmos tipos de opressões, que marcam nossas vidas tanto no campo pessoal como acadêmico e profissional. Entendi que posso contribuir para mudanças, mesmo sendo uma na multidão. De fato, o conhecimento é libertador, ousar dizer que descolonizar a academia é um farol no fim do túnel, e o mestrado tem se revelado um dos caminhos que nos ajudará a compreender melhor o meio que nos circunda, nos fornecendo as ferramentas necessárias para podermos nos libertar desse cruzamento de opressões.

⁸ Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais – PPGER/UFSB

As vezes o meu Eu do presente, revisita o meu Eu do passado e compreende os gritos sufocados, as opressões não explícitas, sentidas e não compreendidas. Hoje consigo fazer uma releitura e finalmente enxergar minha própria história, e identificar o quanto fui vilipendiada, estigmatizada, explorada e coisificada por pessoas que se aproveitaram desde muito cedo da minha condição de criança indefesa negra e pobre e, posteriormente, da minha condição de mulher negra pobre e gorda, fora dos padrões sociais.

Carrego na minha pele, no meu corpo e na minha história as marcas do colonialismo, que insiste em tentar nos negar a nossa própria identidade e humanidade. Que nos desidentifica, adocece, embranquece, colonizando nossas mentes e corpos para que acreditemos que nenhum outro lugar e forma de vida é possível. Tenho em mim muitos traumas, complexos, cicatrizes e bloqueios, não os nego, porque são eles que me constituem enquanto mulher negra e gorda que sou. Foram as dores, resistências e insurgências do passado que me fortaleceram, não fossem elas, não teria chegado até aqui. Cabe destacar que esse mestrado para mim, vai muito além de um sonho, é um desafio e uma superação. Driblar esse sistema hegemônico e genocida é um exercício de superação contínuo, pois como todo corpo negro existente em um mundo que se quer branco, estar viva, senciente e em luta é nossa maior resistência

INTRODUÇÃO

São muitos os estudos e debates que versam sobre a necessidade de educar para as relações étnico-raciais de modo a subverter a educação hegemônica cujo maior objetivo é a manutenção das hierarquias de poder existentes. A necessidade de questionarmos sobre uma única forma de saber universalizante, e ao mesmo tempo excludente, além de buscarmos novas formas de construção do conhecimento, se faz urgente.

Os povos africanos e afro-diaspóricos sofreram vários tipos de violências. Para além do genocídio físico, a colonização também promoveu o genocídio epistêmico, mais especificamente conhecido como epistemicídio (CARNEIRO, 2005). Desta forma, houve a tentativa de apagamento dos seus saberes bem como a demonização de suas culturas, fato este que ainda se faz presente em boa parte dos sistemas de ensino. Entretanto, alguns tensionamentos tem contribuído para mudanças significativas dessa realidade, a perspectiva da decolonialidade⁹ é de vital importância para ampliação dos debates a respeito do protagonismo desses povos, bem como a valorização de suas culturas e saberes ancestrais. Sodré (2012) afirma que:

O tempo educacional é o da descolonização, por tanto algo como a “reeducação” ou a reinvenção dos sistemas de ensino com vistas para a diversidades. Pode-se afirmar que devido aos vários, questionamentos, e pesquisas no âmbito da educação percebe-se um leve enfraquecimento do eurocentrismo remanescente do sistema de dominação colonial. (SODRÉ, 2012, p. 15).

Apesar das mudanças positivas não podemos nos conformar com tímidos avanços, é necessário persistir e intensificar as pesquisas educacionais com o foco decolonial. Afinal, esses debates precisam estar cada vez mais presente no dia a dia das escolas, os processos ensino-aprendizagem precisam de provocações a respeito das profundas mazelas que foram impostas a Maioria Minorizada Santos (2020) de forma a promover a mobilização coletiva acerca de políticas públicas e ações governamentais que visem remediar e deter os prejuízos causados até então pelo racismo.

A luta pelo acesso à educação, sobretudo uma educação de qualidade, sempre foi pauta do Movimento Negro brasileiro. Movimento social cuja organização e luta foi e continua essencial para o avanço das demandas da população negra, entre elas o direito de aprender e ensinar seus saberes dentro dos espaços de educação formal. Um exemplo disso foi

⁹ [...] “decolonialidade é visibilizar as lutas contra a colonialidade a partir das pessoas, das suas práticas sociais, epistêmicas e políticas”. (OLIVEIRA, CANDAU, 2010, p.24)

a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN), criado em 1944 por Abdias Nascimento e que tinha também como objetivo combater a discriminação racial, dinamizar “a consciência da negritude brasileira e dar visibilidade as produções culturais dos negros.”

Vimos a partir de da década de 90, uma crescente movimentação na educação. Várias reformas nos setores educacionais do Brasil, que vão desde a construção dos PCNs, LDB/96, até a criação, aprovação e promulgação da lei 10.639/2003¹⁰, que regulamenta o ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” na educação básica brasileira. Atualmente, a Lei 10.639/03, juntamente com a Lei 11.645/08, representam grandes avanços na luta contra o racismo dentro do campo da educação.

Quando promulgada, a lei provocou bastantes inquietações dentro dos ambientes escolares, como: olhares desconfiados, questionadores, inseguranças e polêmicas etc. Alguns docentes viam como imposição, outros como um aprazamento, foram inúmeros os questionamentos a respeito da nova lei. O MEC (Ministério da Educação) juntamente com a dedicação de vários teóricos e integrantes dos movimentos negros, promoveu fóruns e debates sobre possíveis caminhos pedagógicos para uma educação antirracista. Assim sendo, a educação das relações étnico-raciais surgiu como forma de possibilitar troca de conhecimento entre os povos, permitindo-lhes múltiplas aprendizagens e rupturas de estereótipos. Esse trabalho é essencial para a constituição de uma sociedade justa, mais igualitária e equânime, que visa garantir uma educação que supere as violências e desigualdades geradas pelo racismo.

A educação para as relações étnico-raciais possibilita, também, questionamentos sobre as formas como os negros são representados nos materiais didáticos, apontando para a necessidade de representações positivas de maneira a romper com o imaginário racista. Ainda assim, muitos desses materiais persistem em reproduzir a visão colonial a serviço do apagamento das narrativas dos povos originários, africanos e afro-diaspóricos. Por outro lado, os esforços na direção das mudanças crescem cada vez mais. Os tensionamentos incansáveis dos pesquisadores antirracistas negros e brancos são de extrema relevância para problematização e promoção dessas mudanças.

10 Lei 10.639/2003, Art. 26-A Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira

Nesse contexto de múltiplos apagamentos e silenciamento da população negra, busco nesse trabalho evidenciar a mulher negra. Este ser que resistiu de forma passiva, mas ativa, a tantos castigos físicos e psicológicos contra seu povo e que, na figura da mãe preta, resiste até hoje de maneira incisiva contra as violências provocadas pelo racismo estrutural do Brasil.

Como mulher negra, gorda, mãe e professora, devo dizer que esse trabalho insurge do meu lugar de fala e das minhas experiências. Em 2019, quando participava de um projeto sobre o Dia da Consciência Negra, elaborado pelos professores e demais membros da equipe da Escola José Victor Figueiredo, pude perceber um grande problema: a resistência para se trabalhar as temáticas raciais, bem como a dificuldade de desenvolver as atividades de forma realmente emancipadora e não estereotipada e folclórica. Naquele mesmo ano, lecionava em outra escola da periferia do bairro Moisés Reis, também no município de Eunápolis, onde trabalhava com as disciplinas de História e Geografia, e lá não era diferente. Aliás, com 20 anos no chão da escola onde lecionava, não era novidade que as questões culturais e históricas da população negra fossem sempre secundarizadas pelos professores, inclusive os professores de história. E na outra escola onde ensinava não era muito diferente, pois só se falava do negro no dia 20 de novembro.

Essa questão chamou a minha atenção nos momentos em que estávamos ensaiando a música de Margarete Menezes (Dandalunda), ali eu pude perceber muitas professoras incomodadas, especialmente as que trabalhavam com a educação infantil. Naquela época, alguns pais proibiram os filhos de dançarem, pois diziam que aquilo era o ritmo do demônio. Era bem visível a rejeição, havia poucas palavras sobre o assunto, que além de se concentrar em uma data “comemorativa”, se resumia a cartazes que em sua maioria reforçavam os estereótipos com imagens de pessoas negras acorrentadas, os navios negreiros, as imagens dos castigos impostos aos escravizados etc., havia algumas poucas e tímidas frases antirracistas com alguns desenhos dos negros libertos das correntes e essas poucas imagens destoavam das demais. Era dessa forma que o sistema escolar costumava reproduzir a história da população negra. Após o dia 20 de novembro, todo aquele amontoado de papel era jogado no lixo e as poucas reflexões sobre a importância da cultura da população negra adormeciam e só eram despertadas no ano posterior, ocasião em que as mesmas ações se repetiam.

Tudo aquilo era intrigante e ao mesmo tempo triste. Ali pude perceber que a maior parte dos profissionais da educação continuavam a reproduzir o negro na figura do serviçal, escravo, doméstico, mal-vestido e subalterno. O mais triste é constatar que apesar da Lei 10.649/2003 ter quase duas décadas de promulgação, ainda falta muito para sua implementação efetiva. A existência dessa lei por si só não basta. A Lei 10.639, de 9 de

janeiro de 2003, altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira. Em nenhum dos seus artigos a lei diz que devemos criar uma disciplina para trabalhar essa temática ou ainda que ela só seja trabalhada na disciplina de história, ao contrário, deixa explícito que as temáticas raciais devem ser trabalhadas em todas as áreas do saber.

Diante de tantas inquietações que cresciam a cada ano, em novembro de 2019, eu propus uma abordagem diferente, a construção de um painel onde pessoas negras eram retratadas em todo seu potencial humano, cultural e intelectual. Nele colocaríamos fotos de negros em todos os espaços: no esporte, na música, no cinema, na dança, na literatura etc., pessoas negras famosas e não famosas. Sugerir que os professores colocassem suas próprias fotos, e uns cinco alunos poderiam expor suas próprias fotos, ainda que visivelmente maior parte deles eram pessoas pardas e pretas com evidentes traços negroides. E mesmo assim, os alunos pardos/negros de pele clara não quiseram colocar a própria foto, pois não conseguiam se identificar como negros, afinal de contas, para eles negros eram apenas as pessoas pretas (retintas). Naquela ocasião, as palavras de Lélia Gonzalez (1988) me vieram à cabeça, aqueles momentos serviram de experiências para eu perceber como o racismo por denegação e a ideologia do branqueamento agem nas identidades dos sujeitos negros, fragmentando-as e impregnando-os do desejo de embranquecer. Aproveitei aquela ocasião para socializar os conceitos do IBGE, a respeito da categorização de pretos e pardos como negros, ratifiquei que isso foi uma demanda e uma vitória dos movimentos negros no sentido de compreender como raça e racismo foram e são constituídos aqui no Brasil.

No segundo dia daquela programação, era o dia que a professora de Língua Portuguesa trabalharia teatro, entretanto não fiquei surpresa quando mais uma vez a encenação retratava o cotidiano dos navios negreiros. Ainda assim, questionei-a por que não mostrar outra perspectiva? Para além de todos os gatilhos que a dor de nossos ancestrais causava em mim e em outras pessoas negras, por que não mostrar também as diversas formas de resistência? Por que ela não mostrava as conquistas de nosso povo mesmo quando tudo ainda lhe era negado? A negativa foi imediata, e assim se seguiu a peça teatral sobre o sofrimento nos navios negreiros, com os sujeitos negros passivos e esperando o seu fim. Entendo que não podemos esquecer de todas as mazelas sofridas por nossos ancestrais, afinal essas feridas reverberam até hoje em cada corpo negro existente, mas também é preciso mostrar nossa resistência histórica e que esses lugares subalternos atribuídos a nós não podem ser naturalizados, eles foram, podem e devem ficar para trás.

A sociedade em que vivemos construiu no imaginário popular que o lugar do negro é na prisão, na favela etc., isso foi internalizado de tal forma, que pessoas brancas se sentem pessoalmente atacadas quando veem negros em lugares de destaque, e mesmo pessoas negras são afetadas por esse imaginário racista, tamanha é a força da naturalização da subalternidade do negro. A autora Lélia Gonzalez exemplifica bem esse imaginário:

[...] Negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, ciancice, etc. e tal. Daí é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados. (GONZALEZ, 1984, p. 225-226).

É assim que nós negros somos vistos na sociedade. Sem capacidade intelectual, malandros, prostitutas, hipersexualizados, grotescos, resistente à dores, infantis. Sobre a mulher negra, além de toda violência do racismo, soma-se ainda as inúmeras violências misóginas e machistas do patriarcado. E, como será abordado nesse trabalho, quando essa mulher é gorda, mais uma violência se incide sobre seu corpo: a gordofobia. Segundo Rangel (2018, p. 19), a gordofobia “é utilizada para denominar o preconceito, estigmatização e aversão englobados por meio de uma opressão estrutural na sociedade que atinge as pessoas gordas”. Para (Arraes, 2014 apud Silva, Cantisani, 2018, p. 372). Isso se estabelece como

Uma forma de discriminação estruturada e disseminada nos mais variados contextos socioculturais, consistindo na desvalorização, estigmatização e hostilização de pessoas gordas e seus corpos. As atitudes gordofóbicas geralmente reforçam estereótipos e impõem situações degradantes com fins segregacionistas; por isso, a gordofobia está presente não apenas nos tipos mais diretos de discriminação, mas também nos valores cotidianos das pessoas.

Nesse viés de pensamento, o racismo e a gordofobia, juntos, produzem violências específicas em pessoas negras e gordas. Sendo assim, podemos destacar como recorte, o espaço escolar como palco que reverbera essas situações de violência de forma difusa. Logo, frequentemente encontramos nos corredores da escola profissionais da educação e discentes negros sendo ridicularizados e inferiorizados por conta da aparência física e/ou seus supostos déficits intelectuais. Seres humanos de qualquer sexo ou classe são afetados pelo preconceito gordofóbico, mas para pessoas negras esse combo de violência se torna ainda pior.

A mulher negra sofre exclusão e violências em vários setores da sociedade, muitas vezes o espaço escolar se configura como um dos poucos lugares em que mulheres negras

conseguem adentrar ao mercado de trabalho e assim se livrar do estigma do trabalho doméstico precarizado. Davis (2016), nos mostra como essas mulheres eram inerentemente vulneráveis, punidas violentamente, estupradas, açoitadas, mutiladas e tidas como domínio econômico do senhor proprietário. Mesmo com o fim da escravatura, essas mulheres continuam expostas aos mais variados tipos de maus tratos, visto que, conforme apontam os dados recentes do Atlas da Violência (2021), 66% das mulheres assassinadas no Brasil são negras.

Ainda na sociedade contemporânea, a mulher negra continua a carregar o estigma de origem, de que são descendentes de africanas, sendo vistas como escravas, passando por diversos tipos de preconceitos subsequentes dessa conjuntura. Diante disso, bell hooks¹¹ (2015, p.187), sustenta, enfaticamente, “que só um novo sistema de representações do negro e da negra poderá livrá-los dos estigmas que os aprisionam em categorias desumanizantes”.

As opressões pelas quais as mulheres negras passam, se diferem das vivenciadas pelos homens negros e mulheres brancas, opressões essas que nas palavras de Kimberlé Crenshaw (1989) é uma sobreposição ou uma intersecção de identidades sociais e de sistemas de opressões. Para a autora, as opressões das mulheres negras não podem ser dissociadas, pois estas se incidem de maneira simultânea. Assim, a autora propõe a interseccionalidade enquanto uma ferramenta de análise cujo objetivo é

(...) enfatizar a necessidade de emprendermos esforços abrangentes para eliminar essas barreiras. A questão é reconhecer que as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero. Ambas as categorias precisam ser ampliadas para que possamos abordar as questões de Interseccionalidade que as mulheres negras enfrentam (CRENSHAW, 2002)

Há décadas pesquisadores buscam compreender a origem da corpulência, porém, as discussões são muitas. A contar do momento em que as primeiras conexões entre problemas de saúde e gordura corporal passaram a ser divulgadas, as pessoas que apresentavam o IMC (Índice de Massa Corporal) além dos parâmetros considerados normais, sobrepondo os modelos representados pela mídia, passaram a ser identificadas como pessoas gordas começaram a responder por tripla arguição: falta de beleza, falta de retitude de espírito e incapacidade de cuidar da própria saúde.

Nas palavras de Novaes (2005), não à toa, na sociedade contemporânea, os obesos são denominados “malignos” ou “malditos” – como no jocoso termo empregado por Fischler

11 A letra minúscula pretende dar enfoque ao conteúdo da sua escrita e não à sua pessoa.

(1995). Para Richard Santos (2018, p. 35) “O Brasil tem em sua estrutura político-social a história de discriminação ao diferente, ao elemento destoante dos traços característicos dos da classe dominante, de perfil eurocêntrico [...]”. Paralelo a isso, Ribeiro (2016, p.9) faz a abordagem ao fato relacionado ao “o termo “gordo” é carregado de estigmas negativos, visto como ofensivo. Nesse sentido, a gordofobia surge como uma nova roupagem da hostilização, estigmatização e desvalorização das pessoas gordas.

Muitos são os estereótipos atribuídos às pessoas gordas e negras, as quais externam não só o racismo, mas também, o gordofobia. Dessa forma, estruturada dentro de uma lógica racista e patriarcal, o ideal de beleza, perfeição e, conseqüentemente, humanidade é o corpo magro, branco o mais próximo possível do fenótipo europeu. Conforme Silverio:

Do ponto de vista das representações do Outro, os viajantes europeus continuaram a se utilizar de seu senso ou sentido de normalidade para identificar as características físicas e culturais “anormais” dos povos com que eles estabeleciam contato e, posteriormente, descreviam. Isso resultou em uma imagem negativa do Outro que foi usada para definir e legitimar o que era considerado como qualidades positivas de ambos, autor e leitor (SILVERIO, 1999, p.11).

As profundas desigualdades sociais, raciais e gordofóbicas atuantes no Brasil são configuradas, também, no sistema educacional. Assim, tendo como campo de pesquisa a Escola Municipal José Victor Figueredo, situada na cidade de Eunápolis – BA, esse trabalho visa responder às seguintes problemáticas: quais os impactos do racismo e da gordofobia no ambiente escolar? Mais especificamente, como isso reflete nas práticas educativas e na autoestima das educadoras negras e gordas?

Por conseguinte, esse trabalho teve como objetivo geral verificar os efeitos perniciosos provocados pelo racismo e pela gordofobia na autoestima de mulheres negras, fazendo uma análise interseccional de como essas opressões se refletem em suas práticas educativas e no ambiente escolar. E como objetivos específicos: 1) Compreender como as pressões estéticas patriarcais aliadas ao racismo, produzem violências específicas nos corpos negros fora do padrão magro; 2) Investigar os efeitos do racismo gordofóbico na autoestima das mulheres que trabalham na escola (professoras, gestoras, serviços gerais, etc.) e, conseqüentemente, como isso reverbera no ambiente de ensino aprendizagem; 3) Desenvolver um produto pedagógico que contribua para promoção da educação antirracista e antigordofóbica na escola. Tendo como hipóteses que: 1) Racismo e preconceitos gordofóbicos interferem nos relacionamentos entre professores e alunos; 2) Os discentes fazem distinção entre as professoras negras e gordas; 3) O PPP da escola seguindo os

princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana contempla a prática de ações decoloniais antirracistas e todos os tipos de preconceito no caso aqui gordofóbico no ensino das séries iniciais.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, optei por abordar a história da mulher negra e sua relação com os padrões estéticos. Procurei explorar um pouco mais sobre o racismo, gordofobia e utilizei a interseccionalidade como ferramenta de análise para explicar a face cruel do racismo gordofóbico. No segundo capítulo, decidi por apresentar a Escola Municipal José Victor Figueredo, seus atores sociais e optei por discorrer sobre os desdobramentos do racismo e da gordofobia na escola. No terceiro capítulo, teci o detalhamento sobre a cartilha digital, que é a proposta de intervenção criada por mim, com o objetivo de possibilitar a problematização da temática, bem como, orientar pedagogicamente para um ensino antirracista.

APORTE TEÓRICO

Ao abordar o racismo e a gordofobia no ambiente escolar, essa pesquisa recorre ao conceito de colonialidade para compreender a persistência das violências coloniais na atualidade, bem como seus impactos na educação e nos sujeitos sociais. Empreende, também, o conceito de decolonialidade, citado anteriormente, como base de compreensão e desenvolvimento de novas formas de educação e superação da colonialidade.

Podemos compreender colonialidade como uma outra face da modernidade, sempre assistida por sistemas de opressão e superioridade de poder, dominação dos países e grupos inteiros subalternizados. Para Quijano:

O facto de os europeus ocidentais se imaginarem a culminação de uma trajetória civilizatória a partir de um estado de natureza os leva também pensar em si mesmos como os modernos da humanidade e sua história, que é, como a nova, e ao mesmo tempo, a mais avançada das espécies. Mas desde eles atribuem o resto das espécies a uma categoria por natureza inferior e conseqüentemente anterior, pertencente ao passado no progresso da espécie. europeus se imaginam como portadores, criadores e protagonistas dessa modernidade (QUIJANO, MICHAEL ENNIS, 2000, p. 542).

Segundo Quijano (2000), a ideia de raça em seu significado moderno, não tem uma história conhecida antes da colonização da América, talvez tenha se originado em referência as diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados e que sob a ótica da colonialidade/modernidade a ideia de raça foi construída para se referir às supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. Conforme Quijano (2000), portanto, o modelo de poder que é globalmente hegemônico hoje pressupõe um elemento de colonialidade.

O pensamento decolonial, formado por um grupo de intelectuais latino-americanos de diferentes lugares e universidades, objetiva corporificar um movimento epistemológico para o debate a respeito da produção epistemológica do conhecimento utópico eurocêntrico que excluí o restante da humanidade e despreza qualquer tipo de cultura e saberes que não fosse os seus.

Para dialogar sobre racismo utilizo autores que partem de linhas teóricas semelhantes, como Silvio de Almeida (2019), Luiz Valério Trindade (2022), Lélia Gonzalez (1988,1983,1984), Richard Santos (2020), com o conceito de Maioria Minorizada¹² que nos proporciona a ampliação do entendimento do projeto de subalternização das pessoas negras

¹² Diz respeito aos grupos menos favorecidos, aquela parte da população historicamente estigmatizada por conta da raça/etnia.

brasileiras; Sueli Carneiro (2005) que nos apresenta a perspectiva do epistemicídio; Adilson Moreira (2019), que nos leva a perceber o racismo recreativo existente em quase todos os setores e instituições. Para ele, o uso do humor para produzir descontração está amplamente presente na atividade recreativa favorita dos brasileiros, embora as pessoas se recusem a integrar esses atos como ofensas raciais, esse racismo pode ser aqui entendido como ferramenta agradável disfarçada de perpetuação e dominação dos povos que foram subalternizados.

Para melhor compreensão do conceito de Interseccionalidade utilizei os postulados de Gonzalez (2020), bell hooks (2019), Davis (2016), Collins (2021) e Crenshaw (2002). A saber:

A Interseccionalidade uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

A Interseccionalidade¹³ será nossa ferramenta de análise para o entendimento de como o racismo e a gordofobia se cruzam e produzem efeitos específicos sob os corpos de mulheres negras e gordas. Somado a isso me apoiei nos postulados de Collins, (2021), que discute a questão da interseccionalidade e nos leva a refletir e entender que não podemos dar mais importância a uma opressão em detrimento das outras, pois essas opressões ocorrem simultaneamente. Portanto, é preciso romper as estruturas e pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociáveis. E por fim para fazer a análise dos dados além de vários outros documentos utilizei os escritos de Van Dijk (2021), que me possibilitou analisar o discurso presente em cada fala das entrevistadas. Para Van Dijk (2021), em termos de controle social, controle de um grupo sobre o outro, se o discurso controla mentes e mentes controlam ação, é crucial para aqueles que estão no poder controlar o discurso, portanto há uma necessidade de perceber esses discurso nas entrelinhas de cada fala.

¹³ A Interseccionalidade propunha enfrentar casos de violência contra as mulheres de cor, lidar com a interconexão das estruturas em direção às mulheres, verificar a identidade produzida pelo racismo, exploração de classe, patriarcalismo e homofobia, atravessada pela experiência coletiva da mulher negra, não presa às geografias do saber estadunidenses. Importante dizer que mulheres negras precisavam de uma resposta metodológica que abarcasse múltiplos sistemas de opressão numa proposta teórica engajada. A concepção política de Crenshaw, segundo Collins, se baseou nas ideias do Coletivo Combahee River para cumprir este quesito, procurando estabelecer “relações entre identidade individual e identidade coletiva”, manter o foco nas estruturas sociais e teorizar as experiências focadas nas mulheres de cor junto às conexões estruturais, políticas e representativas

Como local privilegiado, o corpo é o palco onde acontece as mais diversas expressões individuais ou sociais, a ele é atribuído todos os afazeres do dia a dia. Sendo que a capacidade intelectual de um indivíduo predomina sobre o seu corpo. Para cada sociedade, a cultura conduz acerca do corpo preceituando-o, engendra as características do corpo, evidenciando e deliberando propriedades em agravos de outros, concebendo formas em seus próprios padrões. Sant'Anna explica:

Ter um corpo parece ser hoje um fato normal e indispensável à vida. Entretanto, a relação entre o indivíduo e seu corpo nem sempre supôs a consciência da posse. Para ter um corpo é preciso, primeiramente que ele se apresente enquanto objeto, como algo definido, com contornos próprios. É preciso também que o homem se torne sujeito do seu corpo, seu proprietário. O que pressupõe uma autonomia, do corpo e do homem, uma cisão que parece estranha a uma época em que a medicina, por exemplo, privilegiava uma série de correspondências entre a saúde corporal e o equilíbrio do universo (SANT'ANNA, 1995, p. 243-266).

Para desnudar a gordofobia dentro do espaço escolar, evoco os estudos de Sant'Anna (2016) e Arruda (2021), Rangel (2018), Santos (2020) e Gurgel (2018), que jogam luzes sobre o preconceito contra corpos fora do padrão, em especial mulheres gordas. Para nos dar base sobre a questão racial e educação antirracista utilizei os escritos da autora Gomes (2012), (2003), (2005), que discute as tensões, aflições e os processos de descolonização dos currículos na escola brasileira, evidenciando a possibilidade de uma mudança epistemológica e política no que se refere ao trato da questão étnico-racial na escola e na teoria educacional.

Para desenvolvimento do produto pedagógico, utilizei dos escritos de Bagno (2015), que faz abordagem ao preconceito linguístico, sobre a linguagem coloquial, Gonzalez (1988), enfatizava que o português do Brasil seria mais bem assinalado com suas raízes, se o denominássemos como pretoguês. Collares (2011) corrobora que a cartilha, proposta de intervenção dessa pesquisa, adequa-se como meio de comunicação onde o teor integrado nela reflete a sociedade.

De certo que outros autores e autoras contribuíram para esse trabalho, entretanto, nesse referido aporte teórico pontuo os autores/as que foram a coluna vertebral dessa pesquisa.

METODOLOGIA

Para desenvolver esse trabalho foi optada o emprego de uma abordagem qualitativa, uma vez que essa pesquisa exerce um caráter investigativo sobre a relação sujeito-objeto traçando caminhos que permitem efetivar a compreensão do conhecimento novo, ao lançar mão do método. A referida abordagem viabiliza a investigação e compreensão dos dados coletados a partir dos métodos já utilizados. Ou seja, não faz parte do meu interesse de pesquisa descrever ou explicitar os fenômenos expostos no objeto de estudo, mas sim, utilizar essa abordagem para aquilo que Tozzoni-Reis (2005, p. 10) chama de “os paradigmas de internegação da realidade”, para compreender a problemática apresentada, optei pelos postulados de Flick (2009), a saber:

A pesquisa qualitativa dirige-se à análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais. Consequentemente, a pesquisa qualitativa ocupa uma posição estratégica para traçar caminhos para que as ciências sociais, a psicologia e outras áreas possam concretizar as tendências apresentadas por Toulmin, no sentido de transforma-las em programas de pesquisa, mantendo-a flexibilidade necessária em relação aos seus objetos e tarefas [...]. (FLICK, 2009, p. 37).

Flick (2009) expõe que a abordagem qualitativa é uma forma de explicar as mais variantes expectativas existentes no objeto de pesquisa, isto é, possibilita compreender e investigar os fenômenos encontrados na pesquisa, os quais constituem o seu objeto. O autor descreve que nesta abordagem, as problemáticas analisadas passam a ser imaginadas em conjunto com o dia a dia, os fenômenos aqui investigados, não são fenômenos artificiais produzidos em laboratórios, mas, a partir de uma ponte da realidade diante das interações dos sujeitos. Pode-se afirmar, então, que Flick (2009) assegura que a pesquisa qualitativa está intrinsecamente ligada às questões sociais, as quais podem afetar diretamente ou indiretamente na sociedade.

Com o intuito de compreender melhor a temática, utilizei inicialmente a pesquisa bibliográfica para dar suporte a fundamentação teórica e responder aos questionamentos aqui levantados. Sobre a pesquisa bibliográfica, Gil (1987, p. 71) assevera que é uma “pesquisa desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p.37 apud Fonseca, 2002, p.32), a pesquisa bibliográfica é um “levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, [...]”, para que por meio deste, um diálogo acerca do questionamento de

pesquisa seja direcionado. Diante disso, Tozzoni-Reis (2005, p. 28) expõe que é “na pesquisa bibliográfica, que vamos buscar, nos autores e obras selecionados, os dados para a produção do conhecimento pretendido”.

Utilizei, ainda, a pesquisa documental de forma a analisar os documentos que servirão de base para prosseguimento da pesquisa e que consiste em um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais visto que a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação (SÁ-SILVA, et al., 2009)¹⁴. A pesquisa documental, sendo ela primária, nos dará possibilidades de analisar quaisquer tipos de documentos, sendo uma etapa de uma pesquisa maior, analisando documentos antigos ou não, esses documentos nos auxiliam a resolver os problemas de uma pesquisa. É a pesquisa documental que nos dará um suporte na investigação de documentos tornando assim a pesquisa mais rica. Para Godoy (1995), os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo, portanto, atenção especial. Pois, “O exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ ou interações complementares, constitui o que estamos denominando pesquisa documental.” (GOGOY, 1995, p. 21).

Complementarmente, achei necessária a utilização da pesquisa de campo. Visto que ir a campo significa confrontar a teoria com a prática, constitui ir em busca de evidências que possam corroborar ou refutar uma hipótese. Tal decisão implica ir em busca de maiores informações e conhecimentos que estejam intimamente ligados ao problema de pesquisa. Em campo, podemos verificar fatos e fenômenos exatamente como eles se manifestam, além disso, é possível fazer uso de todos os nossos sentidos em contextualização a literatura consultada, Segundo Lakatos,

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. O interesse da pesquisa de campo está voltado para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outros campos, visando à compreensão de vários aspectos da sociedade. Ela apresenta vantagens e desvantagens. (LAKATOS, 2003, p. 189).

Na pesquisa de campo para coleta de dados, geralmente utilizamos instrumentos como questionários, entrevistas e aplicações de formulários para tentar rastrear algumas realidades responder inquietações sobre determinado assunto. Segundo Lakatos (2003), as fases da

¹⁴ Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Ano I - Número I - Julho de 2009

pesquisa de campo requerem, em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Por conseguinte, como instrumento de coleta de dados fiz uso da entrevista semiestruturada aplicada aos profissionais da educação lotados na Escola Municipal José Victor Figueredo. Esse processo me deu subsídios para complementar o procedimento de elaboração do produto de intervenção de ensino aprendizagem das relações étnico-raciais na escola. Sobre a entrevista Minayo assevera,

A entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal e no sentido estrito de construção de conhecimento sobre determinado objeto, é a técnica mais utilizada no processo de trabalho qualitativo empírico. Constitui-se como uma conversa a dois ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa de um entrevistador e destinada a construir informações pertinentes a determinado objeto de investigação. A entrevista pode prover informações de duas naturezas: sobre fatos cujos dados que o investigador poderia conseguir por meio de outras fontes, geralmente de cunho quantitativo; e sobre o que se refere diretamente ao indivíduo em relação à realidade que vivencia e sobre sua própria situação. (Minayo, 2018, p. 141).

Ainda segundo Minayo (2018), a técnica da entrevista¹⁵ nos concede o privilégio de informações sobre as pessoas, visto que a fala é uma potencial reveladora de condições de vida.

Achei necessário lançar mão do grupo focal, instrumento pelo qual, segundo Gatti (2012), permite compreender processos da construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado. O grupo focal foi composta por sete professoras todas pedagogas com idade entre 36 a 51 anos de idade as mesma tem o mesmo biótipo. Todas se declaram gordas, das sete professoras apenas uma era branca, pois dessa forma pude confirmar que a gordofobia atinge todos os corpos brancos e pretos, mas que a cor preta associada ao corpo gordo agrega mais opressões. Cinco das sete professoras estão dentro da sala de aula. O primeiro contato com o grupo focal foi pelo WhatsApp, onde diversos

¹⁵ Considerada como “uma conversa com finalidade” (Minayo, 2015) a entrevista individual se caracteriza por sua forma de organização e utilidade para os estudos a que se destina: (a) levantamento de opinião, quando é mediada por um questionário totalmente estruturado, no qual a escolha dos interlocutores está condicionada às respostas a perguntas formuladas pelo investigador; (b) entrevista semiestruturada, que combina um roteiro com questões previamente formuladas e outras abertas, permitindo ao entrevistador um controle maior sobre o que pretende saber sobre o campo e, ao mesmo tempo, dar espaço a uma reflexão livre e espontânea do entrevistado sobre os tópicos assinalados. Minayo, (2018, p.142).

documentários, entrevistas, imagens e reportagens foram discutidas com as docentes. No segundo momento já de forma escalonada devido ao retorno apenas de 50% dos alunos devido ao covid19 foi feito o primeiro encontro presencial do grupo focal. No terceiro momento que ocorreu no dia primeiro de abril de 2022, houve a aplicação da entrevista semiestruturada. Com o advento da greve dos professores no município de Eunápolis, greve que durou 240 dias ou seja oito meses, as reuniões tiveram que ser suspensas. Com o retorno de 50% dos docentes das escolas, pude marcar mais uma reunião com o grupo focal no dia dez de maio de 2022, para continuar a aplicação da entrevista. Neste momento muita dificuldade de reunir todo o grupo focal, devido aos horários de funcionamento das escolas que foram reorganizado para que os alunos não ficassem sem aula. Contudo tivemos que concluir algumas entrevistas pelo WhatsApp. Já no momento final da construção dessa pesquisa, foi elaborado o produto educacional, no caso aqui a cartilha digital temática “Combatendo a Gordofobia e o Racismo na Escola. Foi ai o último contato físico com o grupo focal, onde pude mostrar um piloto da cartilha impressa e digital para a aprovação ou reprovação das professoras entrevistadas. Para minha alegria a aprovação foi unanime, todas apreciaram o produto..

Após esse processo de investigação, a apreciação dos dados ocorreu à luz da análise crítica do discurso, conforme apresentada por Van Dijk (2013). A análise do discurso é um tipo de método utilizado em pesquisa qualitativa. Segundo o autor:

É um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo e como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados produzindo e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político (DIJK, 2020, p. 113)

Esse conjunto de técnicas que examinam as comunicações, tem como finalidade averiguar o que foi falado ou expressado nas entrevistas e no grupo focal, ou observado pelo pesquisador. Também possibilita, de modo sistemático, expor as mensagens e as atitudes adjuntas ao contexto da enunciação. Depois do levantamento dos materiais, busquei examiná-los de forma que auxiliasse na compreensão do que está por trás dos discursos. Desta forma, a análise do discurso é um método de pesquisa que possibilita meios objetivos e organizados para fazer ilação autêntica de dados verbais, visuais ou escritos para apresentar e quantificar fenômenos específicos.

1. RACISMO, GORDOFOBIA E MULHERES NEGRAS: UM OLHAR INTERSECCIONAL.

É incontestável que graças as lutas dos movimentos feministas e negros muitas conquistas foram alcançadas pelas mulheres brasileiras ao longo dos anos. Direito ao voto, ao trabalho fora de casa, criação de Delegacias de Atendimento Especializado à Mulher, a criação da lei Maria da Penha que pune criminalmente a violência doméstica e familiar contra a mulher, o aumento significativo da escolaridade e a qualificação das mulheres, bem como sua inserção na política, são alguns exemplos dessas conquistas. Entretanto, falar dessas conquistas é também falar que muitas dessas pautas e discussões não chegavam às mulheres negras que estão na base dessa pirâmide e que muitas vezes tinham suas demandas secundarizadas pelas feministas brancas e também pelos homens negros dentro dos movimentos negros. Há até quem questione negativamente sobre essa pauta dentro dos movimentos feministas.

Se às mulheres negras são relegados os piores lugares e condições de acesso à cidadania plena na sociedade brasileira, para a mulher negra gorda essa situação fica ainda mais complexa, visto que para além do padrão de cor da pele há também a questão do corpo que não atende aos padrões de beleza ou de suposta saúde.

Dessa forma, nesse capítulo me debruçarei sobre quatro tópicos. No primeiro tópico, “Um corpo no mundo: mulheres negras gordas e resistência”, descrevo esse corpo preto e gordo que não é o outro de ninguém e que cuja existência migra entre a hipersexualização e a demonização. No segundo tópico, “Racismo e padrões estéticos”, falo um pouco sobre os padrões estéticos ditados pela sociedade brasileira evidenciando o racismo à brasileira, muitas vezes velado e escondido sob o mito da democracia racial. No terceiro tópico, “Interseccionalidade: uma ferramenta de análise útil”, abordo sobre interseccionalidade enquanto uma ferramenta analítica para “capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo.” E no quarto e último tópico, “O papel da mídia na construção do imaginário racista e gordofóbico”, disserto sobre como a mídia tem um papel fundamental na produção e reprodução de rígidos padrões estéticos cujo padrão é o branco magro.

1.1 Um corpo no mundo: mulheres negras gordas e resistência

Antes de qualquer conceitualização, acho necessário retomar um pouco a origem de tudo para compreendermos esse processo de imposição de padrões estéticos às mulheres. Recorrer ao passado é estratégia útil para compreensão do presente, pois nos possibilita observar as inúmeras transformações ocorridas acerca do corpo perfeito e aceitável pela contemporaneidade, mudanças essas que culminaram em modificações a respeito do corpo gordo. Stenzel (2002) afirma que a humanidade sempre se preocupou em descobrir e explorar as possibilidades e as limitações do corpo. Percebemos que o corpo sempre foi enigmático, mágico, muitas vezes obscuro cheio de mistério e que o homem quase não tinha controle sobre ele. Stenzel (2002) confirma que mesmo sem o controle do corpo, o homem com o passar do tempo foi desvelando os mistérios, conhecendo e tomando o poder sobre o corpo.

O corpo tem uma transcendência cabal e intrigante dentro da conjuntura social e filosófica. Foram vários os filósofos que tentaram explicar e compreender o corpo, como: Sócrates, Platão e Descartes que procuraram compreender o corpo de muitas maneiras. É notório que o ideal de corpo perfeito muda conforme o tempo, de acordo com os discursos sociais e sistema ideológico vigente.

As ciências buscam cada dia mais compreender o corpo. Stenzel (2002), seja da sua materialidade, ou seja, do seu significado simbólico. Para Sant'Anna (1995), o conhecimento sobre o corpo é interminável, tanto quanto são diversificadas suas bases culturais, que, da medicina a religião, passando pela filosofia e pela antropologia o constituem e o transformam. Esse corpo, seja de homem ou mulher, na idade média já era cultuado como belo, era apontado como o corpo perfeito. Até aqui fizemos algumas a explanação sobre o corpo de modo mais generalizada para adentramos ao objetivo dessa seção que é o corpo gordo feminino. Para Sant'Anna (2016), o gordo sempre foi associado a fartura, feminino ou masculino, durante décadas enriquecer rimou com engordar. Ser gordo, no entanto, era sinônimo de estar bem socialmente e economicamente, um mancebo que continha uma bela barriga, pareciam bem-nascidos e afortunados. Descortinamos que nas épocas expostas à Idade Média até meados do século XIX, um corpo gordo e forte era valorizado. Vigarello (2012), o gordo raramente é objeto de insulto nos séculos centrais da Idade média. Na proporção que a datar o início do século XX, o padrão estético de beleza começa a sofrer transformações, interferências principalmente pelo período de guerras, onde um corpo belo passa a ser assimilado como um corpo mais magro.

Entretanto, Sant'Anna (2016) nos demonstra que para as mulheres as coisas já iam mudando de caráter, a exigência de silhuetas finas começava a recair sobre as mulheres.

Evidenciar a barriga tornou-se um gesto cada vez mais vinculado ao dever do emagrecimento. O barrigudo virou antes de tudo um feio. Mais do que um guloso e longe todo o charme, ele passou a evocar uma deselegância cada vez menos aceitável. Para as mulheres a situação ganhou em complicação. A antiga exigência da cintura tendeu a ser ampliada para todo o ventre. (SANT'ANNA, 2016, p. 89).

Vamos ver essas mudanças drásticas de tempo em tempo até chegar ao padrão vigente exigido do século XXI. Em 1920, as pessoas ovacionavam o ser gordo, via-se o corpo gordo como sinônimo de perfeição, nesse contexto, as pessoas magras eram vistas como frágeis ou doentes, ao passo que as pessoas gordas eram consideradas saudáveis. Para Sant'Anna (2016), os muitos gordos, conforme se dizia, era motivo de comemoração em concursos dessa natureza, entendemos que o corpo gordo já teve o seu lugar. Na década de 30 do século XX a silhueta curvilínea entrava em foco. Andando um pouco mais chegamos na década de 40, é vamos encontrar um corpo um pouco mais volumoso, um padrão corporal mais curvilíneo, nesse momento inspirado basicamente pelo cinema. As décadas vão passando e o modelo de corpo se modificando. Na década de 50 a mulher é ultra feminina, com um modelo corporal ainda mais volumoso, contanto que sua cintura fosse destaque, pequena uma verdadeira cintura de violão popularmente se dizia. (SANT'ANNA, 1995). A partir de 1980, a população feminina, finalmente cairia na ditadura da moda do corpo magro como padrão de beleza, influenciado por diversas mídias, tanto televisiva como as mídias impressas. Estava finalmente instaurado o padrão de beleza que levaria a sociedade a loucura em busca do corpo perfeito. Na década de 90, vamos observar um verdadeiro culto aos corpos magros propagados pelas revistas de moda, oprimindo os corpos gordos que não cabiam naqueles manequins.

Começava então para as mulheres, a corrida do emagrecimento nas academias de ginástica para obtenção do corpo perfeito. Muitas vezes, também recorriam às medicações que prometiam beleza e elegância. Historicamente, o conceito de beleza e a ideia do que é belo ou feio transcende a temporalidade, para cada época um tipo de corpo é considerado perfeito e aceitável pela sociedade

Segundo Rangel (2018), começaram a disseminar os discursos que associavam a magreza a saúde. Nessa nova configuração social, as pessoas gordas passaram ser vistas de forma negativa, as justificativas mais comuns para os questionamentos relativos ao corpo do outro eram a prevenção de doenças e os cuidados com a saúde.

Várias propagandas veiculadas nos meios midiáticos evidenciavam que o reinado do corpo gordo havia terminado, e assim começava o início de seu martírio que perdura até os dias atuais. As campanhas publicitárias de emagrecimento endossavam seus remédios milagrosos que garantiriam um corpo magro e esbelto.

Embora o formato do corpo tenha passado por várias transformações ao longo do tempo, para o ocidente, o quesito cor branca permanece inalterado, o corpo branco continua sendo o modelo perfeito a seguir. Vale ressaltar aqui que estamos falando de um padrão de beleza que não é nem negra nem gorda. Então, como fica a questão dos corpos que não são brancos e nem magros? Não é difícil saber essa resposta, basta olharmos ao nosso lado para constatar quem são os corpos que ocupam locais de privilégio. Os corpos femininos fora dos padrões europeizados, estão em lugares subalternizados e sendo demonizados por um sistema de poder e exclusão.

Quando olhamos para o passado para entender a gênese da mulher negra, fica subentendido que quando falamos o tempo todo em “Mulher”, percebemos que a sociedade da época não enxergava aqui a mulher negra como ser humano. Para aquela sociedade, a mulher negra era apenas a serviçal, fica evidente como as propagandas da época mostram qual era de fato o lugar que a negra ocupava, e em especial a gorda.

As características corporais, no caso a corpulência, fazem incidir mais uma opressão no corpo da mulher negra. Claro que ser gorda não é o componente principal para colocar essas mulheres negras em lugares de desprestígio em relação as demais mulheres, mas sim a sua cor preta. Gonzalez (1979) afirma que essas imagens veiculadas sobre a mulher negra, servem para naturalizar os lugares relegados a elas pela sociedade racista. Assim, a mulher negra, seria naturalmente cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta.

Kilomba (2020) afirma que a branquitude é uma identidade relacional e dependente, pois só existe através da construção do Outro. Por meio da negação e da projeção, o sujeito branco projetou na pessoa negra tudo que nega a si. No mundo conceitual branco, o negro é transformado em um objeto ruim, incorporando aspectos que a sociedade branca reprimiu e transformou em tabu, como a agressividade e a sexualidade. Assim, estereótipos como o homem negro agressivo, a mulher negra barraqueira, o homem negro animalizado e sexualizado como predador sexual e/ou estuprador, e a mulher negra como “quente”, sexualizada, devassa e, conseqüentemente, destruidoras de lares, perduram até hoje. Desta forma, muitas mulheres brancas tinham preferência por empregadas negras gordas, pois correlacionavam o corpo gordo à falta de beleza e dessa forma evitariam que seus cônjuges as tivessem como amantes.

A Revolução Industrial mudou profundamente a forma de ser e viver das pessoas, especialmente a vida das mulheres e sua relação com a beleza e o consumo. As mulheres passaram a consumir mais produtos de beleza que lhes prometiam o corpo desejado e socialmente aceito à época.

Até aqui foi procurei apresentar apenas o formato do corpo da mulher, mas é preciso considerar que tentei abordar formas de corpos socialmente identificado como os das mulheres, no caso a mulher branca gorda ou magra. Mas e a mulher negra? Onde fica nessa situação toda? bell hooks (2019), afirma que a mulher negra sempre foi invisibilizada, enquanto a mulher branca é o outro do homem branco, a mulher branca o outro do homem preto, a mulher negra não é o outro de ninguém, isso significa dizer que as mulheres negras são as últimas em qualquer situação de privilégio, e conseqüentemente, são as primeiras em escala de opressão.

Observamos na história do Brasil dois tipos de corpos de mulheres negras. A mulher negra do corpo gordo, que servia como ama de leite ou, em outras palavras, a “mãe preta” (Gonzalez, 1984), aquela que cerca os berços das crianças brasileira de uma atmosfera de bondade, julgada precipitadamente por alguns irmãos negros como a traidora da raça, aquela que fazia todos os serviços da casa grande e ainda cuidava dos filhos das Sinhás. Nas palavras de Gonzalez (1984), foi graças a essa mãe preta que muitas tradições se mantiveram, pois enquanto contavam histórias para as crianças, muitos aspectos da nossa cultura ancestral eram repassados. Comungando da mesma ideia de Gonzalez (1984), Joel Zito Araújo (2004) afirma em sua obra *A Negação do Brasil*, sobre o estereótipo da *mammie* ou mãe preta, que para interpretar esse tipo de papel é necessário que a atriz seja negra, grande e gorda, para assim, ser capaz de caracterizar uma personagem que seja orgulhosa, durona, dominadora, de vontade forte, irritadiça, mas também, uma mulher que tenha intensidade no seu espírito maternal. O autor nos leva a compreender o grande potencial que a mídia exerce sobre o imaginário brasileiro, fortificando uma enormidade de ideias deturpadas sobre as mulheres negras geralmente são raivosas e que seu lugar naturalmente é de doméstica. Um outro corpo negro era a da mucama, segundo Gonzalez (1984), prefigura a doméstica¹⁶. Era ela que facilitava a vida da patroa na casa grande e segundo o imaginário retratado pela sociedade, era

¹⁶ Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”). In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

uma negra de corpo sensual mesmo escondido embaixo de trajes velhos. Sendo mãe negra ou mucama prefigurada na doméstica, atualmente estes estigmas ainda persistem no imaginário popular.

A mulher negra nunca aceitou a inferiorização, apesar da sociedade explorar seus corpos de múltiplas formas, sendo que na maioria das vezes teve que lutar sozinha sem dispor de apoio, inclusive dos homens negros. Infelizmente, com o passar dos séculos a opressão continua presente, visto que continuamente presenciamos situações de objetificação, depreciação e outras formas de violações da dignidade dessa mulher. Habitualmente colocado à margem da sociedade, no período do carnaval esse corpo passa a ser admirado na passista sensual, aquela que tem o samba no pé. “Seguindo por aí, a gente também pode apontar pro lugar da mulher negra nesse processo de formação cultural, assim como os diferentes modos de rejeição/integração de seu papel”. Segundo Gonzalez:

O mito que se trata de reencenar aqui, é o da democracia racial. E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra se transforma única e exclusivamente na rainha, na “mulata deusa do meu samba”, “que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente”. É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la. Estes, por sua vez, tentam fixar sua imagem, estranhamente sedutora, em todos os seus detalhes anatômicos; e os “flashes” se sucedem, como fogos de artifício eletrônicos. E ela dá o que tem, pois sabe que amanhã estará nas páginas das revistas nacionais e internacionais, vista e admirada pelo mundo inteiro. Isto, sem contar o cinema e a televisão. E lá vai ela feericamente luminosa e iluminada, no feérico espetáculo. (GONZALÉZ, 1984, p. 227).

Sobre o corpo dessa mulher recai inúmeras opressões que estas carregam na alma. Importante compreendermos que a mulher branca também foi subjugada e vista muitas vezes como alguém que só servia para procriar e era considerada infantil, pois cabia aos maridos falarem por elas. Nessa hierarquia de opressões, a realidade das mulheres negras e gordas era muito mais cheia de mazelas. Segundo Ribeiro (2019), cada um fala a partir do seu lugar de fala, nesse sentido falo desse lugar de mulher negra e gorda. Piedade (2017), leva-nos a refletir sobre o conceito de sororidade, para a autora, a sororidade não deu conta de explicar as dores das mulheres negras, então nos propõe o conceito de Dororidade que nasceu de sua intuição e carrega em seu significado a dor provocada em todas as mulheres por conta do machismo. Piedade expõe ser esse o conceito que vai da conta da dor das irmãs negras de todos os tons, pois entendemos aqui que a carne negra continua sendo a mais barata do mercado.

1.2 Racismo e padrões estéticos

O Brasil foi o último país a abolir escravidão e durante sua construção social os costumes escravocratas ficaram entrelaçados não só nos discursos verbais, mas também nas ações, e nas memórias. Pois, o fato dessa sociedade ser construída sob um regime patriarcal e machista, é perceptível que mesmo diante de ações de resistências, a escravidão saiu de uma prática licenciada pela maioria, para ser substituída por novas formas de opressões, sejam elas verbais ou não verbais, explícitas ou disfarçadas, fato é que continuam a repercutir no bojo da nossa sociedade.

Embora existam tentativas de negar o racismo, ele ainda continua atualmente bem latente. Conforme Gonzalez (1983), O Brasil persiste racista e se comporta diante do racismo negando-o, além disso, costuma acusar outros países de serem racistas. Nas palavras de Almeida (2019), o racismo é um processo histórico e político, também, diferentemente de outros lugares em que o racismo, já foi ou ainda é escancarado. Aqui não, ele sempre foi estrutural acompanhado pelo mito da democracia racial.

O racismo não é um comportamento nato, as pessoas costumam ser ensinadas desde muito pequenas, elas aprenderam no convívio com os exemplos, palavras e discursos racistas. Furtado (2020), diante das especificidades da construção do pensamento infantil, torna-se demasiado difícil a tarefa de ensinar a uma criança algo que esteja fora do seu horizonte mais imediato de experimentações. É preciso cheirar, olhar, tocar, ouvir e até mesmo degustar, literalmente, aquilo que se pretende tornar conhecido, familiar, isso mesmo sendo difícil não é impossível, as crianças podem aprender desde muito cedo a reproduzir comportamentos racistas.

Para Gonzalez (1984), o racismo está entrelaçado em camadas tão profundas, que o racista não se enxerga como tal. É notório que quando sabemos com quem ou com o que estamos lutando, temos a possibilidade de vencermos a luta; o combate se torna mais coerente. O problema é quando o preconceito é velado, escondido até mesmo dos seus próprios detentores. Mesmo sendo um racismo estrutural no Brasil, na muitas vezes, é comum percebermos uma espécie de racismo encoberto, vergonhoso, que classifica e separa corpos que não estão dentro dos padrões de estética eurocentrizada. Apesar de muitos dizerem que racismo mesmo é coisa de estadunidense, não é muito difícil de se constatar que negar o

racismo é uma prática muito comum no Brasil. Gonzalez lança luz sobre essa realidade, visto que:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que quando, ele se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que até médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... nem parece preto (GONZALEZ,2020 p.78).

Ademais além do racismo individual e institucionais que existem dentro das instituições públicas como no caso das escolas casos de racismo estrutural são ainda frequentes nas instituições escolares brasileiras, a exemplo disso é a discriminação contra os cortes de cabelo ou penteados afro, como o black power que nossas crianças e adolescentes e adultos usam, e são achincalhados diariamente dentro e fora desses espaços educativos porque segundo um grupo elitizado majoritariamente branco não estão dentro dos padrões estéticos de beleza europeizada, que estão relacionados ao conjunto de características físicas que são tidas como ideais e tornam-se modelos a serem seguidas pelas pessoas. Segundo Araújo (2008),e que sempre prevaleceu a ideologia da branquitude como formadora do padrão ideal de beleza e, ao mesmo tempo, como legitimadora da ideia de superioridade do segmento branco. Esse conjunto de normas que vão variar de acordo com o período histórico, cultural em que as pessoas estão vivendo. Para Silva:

O racismo estrutural é um regime que está escorado em pilares de privilégios do grupo dominante que se utiliza, dentre outros, de normas e instituições para se manter no topo da pirâmide social. Ou seja, racismo tem a ver com disputa de poder e distribuição de recursos. Isso quer dizer que o racismo não é apenas um ato isolado que se encerra nas fronteiras das relações intersubjetivas. É um sistema de opressão, de silenciamento e de exclusão. (DE SOUZA SILVA,2020, p. 22).

Ademais, procurei falar um pouco aqui sobre o racismo estrutural que está intimamente ligado com a estrutura da formação do povo brasileiro. Este racismo que classifica quem é cidadão ou não, que dita as regras de quem vai morrer ou viver, que coloca a população negra as margens da sociedade. Para o professor Almeida:

Racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2019 p.32)

O racismo é indecoroso, indecente, que aqueles que o praticam respondem criminalmente. Na visão de Almeida (2019), existem três concepções de racismo a saber, individual, estrutural e institucional. Para além das diferenças, o racismo desumaniza, demoniza pessoas negras, e as aprisionam, não mais como antes em correntes e grilhões, mas presos a limitações que lhes são impostas por uma estrutura elitizada branca e hegemônica. Para Almeida (2019), o projeto liberal-iluminista, não tornaria todos os homens iguais, não lhes daria a liberdade e nem todos seriam reconhecidos como seres humanos, desse modo, o racismo do ponto de vista estrutural: “É uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional, o racismo é estrutural.” (ALMEIDA, 2019 p. 50).

Naturalizar o racismo ou negar que ele exista em nossa sociedade é algo tão cruel quanto praticá-lo abertamente. Comumente vimos o racista negando que é racista, ele o faz porque é vergonhoso reconhecer que de fato é racista, e quando tentam justificar, comprovam que ainda mais racistas: afirmando que por conviverem com pessoas negras em seu círculo de amizade ou trabalho e até mesmo, como membros da família, eles não seriam racistas. Quando recusamos em reconhecer algo, quando negamos a exatidão de um fato, algo que exista dentro de nós por mais que seja claro e evidente, não aceitamos que tal fato faça parte de nós mesmo, isso é o que o que Lélia Gonzalez vai chamar de denegação:

Uma vez estabelecido o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue” como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria cultura (GONZALEZ, 2018 p. 326).

A racialização de grupos sociais inteiros só é possível porque o racismo, segundo Almeida (2019), é também um processo político, porque como processo político ele influencia a organização da sociedade. Na visão de Gonzalez:

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos ou subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e Universais, (GONZALEZ, 1988 p.326).

De cunho alicerçado e sistêmico, a desigualdade entre brancos e negros no Brasil é óbvia e persiste com o mito da democracia racial. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018,

Dentro de um quadro de 10% com maior rendimento per capita, somente 27,7% representam os negros, mas quando o quadro se inverte, os negros ocupam uma massa de 75,2% com menos rendimento. Diante desse levantamento, é notável que a população não branca é diretamente afetada por uma desigualdade social. (IBGE,

2018)

Ainda como se não fosse o bastante, em 2019 surgiu uma doença que se alastrou pelo mundo levando a humanidade na mais profunda tristeza e dor. Pesquisas apontam que a população negra é e foi a mais afetada pela Covid-19, segundo dados do IBGE (2021), pretos e pardos representam 57% dos mortos pela doença, enquanto brancos são 41%. A chance de um negro morrer por corona vírus é 38% maior do que a de um branco.

Concomitante a todo esse olhar negativo acerca da população negra, está o papel das mídias na construção do imaginário social. Sendo a escola uma extensão da sociedade, esses estereótipos também fazem parte do seu cotidiano. Gadotti (2007) diz que na escola, enquanto local de construção de saberes, esperança e de luta, esse olhar negativo torna-se uma arma letal na autoestima não só de docentes e profissionais da educação, mas também no alunado.

Pelo Brasil ter sido um país escravocrata por tanto tempo, a sua segmentação histórica, social e econômica tem em sua gênese o imaginário falseado da população negra. Imaginário esse que constantemente colocou a população negra em lugares de subalternidade. A história da segregação racial não é algo novo. A grande mídia e redes sociais nos mostram diariamente que existem todo um esquema por detrás das cortinas para manter a população negra fora dos lugares de poder e sujeita as mazelas do mundo, como: o encarceramento em massa, a saúde de péssima qualidade, sem acesso à educação e moradia digna. A respeito dessas distinções entre o lugar do negro e do branco, Gonzalez (1982) demarca que,

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (GONZALEZ, 1982, p. 15).

Conforme Santos (2018, p. 397), “existe todo um processo histórico-social de descaracterização da humanidade e despimento das identidades da Maioria Minorizada, do sujeito afro-indígena, despido de seus elementos históricos numa tentativa de vesti-lo com os signos da modernidade branca.” Dominada por estereótipos de ordem racista e preconceituosa, a nossa sociedade juntamente com a mídia são reprodutoras de padrões estéticos inflexíveis de beleza. Padrões esses que determinam aos corpos masculinos e femininos, modos singularizados para ser e estar no mundo. Nesse viés de procura por harmonia dos corpos perfeitos, pelo ideal de beleza eurocêntrica e padrões cada vez mais irreais e inalcançáveis, os corpos negros e gordos são submetidos a violações constantes.

1.3 Interseccionalidade: uma ferramenta de análise útil.

A vivência das mulheres negras em ambiente de trabalho tem sido historicamente marcada por opressões da sociedade brasileira estruturalmente racista e preconceituosa. As várias tentativas de silenciamento envolvendo principalmente suas características corporais, impediram ou diminuíram as chances dessas mulheres negras ocuparem cargos em destaques na sociedade. O que se percebe é que quanto mais marcadores sociais essa mulher tiver, maiores serão as dificuldades para adentrarem e obterem êxito no mercado de trabalho formal.

Este corpo preto que foi historicamente atravessado por cruzamentos de opressões, busca hoje se auto afirmar e se colocar como sujeitas protagonistas de suas próprias histórias. A esses cruzamentos Crenshaw (2002) vai denominar Interseccionalidade, que pode ser entendida como a interação de duas ou mais categorias de opressão que irão influenciar na forma que se desenvolvem as dinâmicas de desempoderamento. Para essa autora, as opressões que essas mulheres negras sofrem não podem ser dissociadas, pois esses preconceitos ocorrem de formam simultânea. Assim, ela nos propõe a Interseccionalidade enquanto uma ferramenta de análise cujo objetivo é:

Enfatizar a necessidade de empreendermos esforços abrangentes para eliminar essas barreiras. A questão é reconhecer que as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero. Ambas as categorias precisam ser ampliadas para que possamos abordar as questões de interseccionalidade que as mulheres negras enfrentam. (CRENSHAW, 2002)

As violências pelas quais o corpo da mulher negra passa também são experienciadas dentro do espaço escolar, seja ela professora ou aluna. Segundo uma matéria publicada na

Folha de São Paulo (2021), feita com 285 professores que se declararam pretos ou pardos, 31% dos entrevistados já sofreram discriminação racial, entre os preconceitos relatados em segundo lugar aparece a gordofobia com 6%, em seguida com 5% aparece a discriminação por aparência ou condição física. Percebemos neste resultado dos entrevistados que as dinâmicas sociais ocorrem de diversas maneiras.

Para Collins (2021), a interseccionalidade é um termo consagrado, trata-se de uma expressão cada vez mais utilizadas pelas pessoas em vários ambientes e como forma crítica ela pode ocorrer em qualquer lugar. Segundo a autora, a interseccionalidade investiga como as relações de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pelas diversidades. Assim, a adoção da interseccionalidade como ferramenta analítica pode dar conta de categorizar essas opressões simultâneas pelas quais esse corpo preto e gordo passa.

De acordo com Crenshaw (2021), a interseccionalidade nos permite enxergar o cruzamento das avenidas identitárias. Percebemos dentro do ambiente educativo esses cruzamentos, quando testemunhamos professoras que são constantemente oprimidas por suas características corporais e conseqüentemente reverberam em suas práticas de forma negativa em sala de aula, somado a isso, essas características são reforçadas de forma negativa pelas mídias e demais redes sociais. Segundo Collins (2021), a interseccionalidade como forma de investigação crítica, invoca um amplo sentido de usos de estruturas interseccionais para estudar uma variedade fenômenos sociais.

A Interseccionalidade como ferramenta analítica nos ajudará compreender adequadamente as sobreposições entre raça, gênero e classe, bem como certas formas de discriminação e opressão reproduzidas no chão da escola. Não é possível travar a luta para emancipação das mulheres sem pensar na sua relação com a luta de todos os outros segmentos historicamente oprimidos e marginalizados. Não é possível pensar feminismo, sem tratar de racismo, gordofobia, capacitismo etc.

As mulheres negras e gordas distinguem-se do pseudo estereótipo hegemônico que é de um corpo branco, magro e socialmente eleito para garantir esse estado de conformação. Visto que suas aptidões sempre foram pouco valorizadas, às mulheres negras sempre foram destinados os trabalhos domésticos ou outras ocupações subalternas bem distantes das habilidades intelectuais. A inserção no mundo do trabalho ou em classe socioeconômica mais elevada sempre foi alçada com mais dificuldades e em menor proporção. Carneiro (2003, p.1) salienta que “As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido” a referida autora traz a luz a importância de enegrecer o feminismo, pois quando se fala de opressão contra as mulheres,

o referido discurso “não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras” (2003, p.1). É certo que, naturalmente quando se fala em igualdade de gênero, as mulheres negras enfrentam maiores dificuldades para acessar até os serviços mais básicos, como saúde, educação, moradia e principalmente o mercado de trabalho, que ratifica o padrão de beleza hegemônico, pois “[...] garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência” (CARNEIRO, 2003, p.2)

Em diversos setores da sociedade, a representatividade dessas mulheres é praticamente invisível, e quando elas são gordas, têm maior predisposição de enfrentamento de assédio moral, ou seja, esse perfil de mulher é vítima de várias opressões, resultantes da intersecção de problemas evocados por nossa sociedade que é potencialmente racista, sexista e gordofóbica. Hooks (2019) confirma, que não havia ali na luta do movimento feminista um pensamento voltado para as distinções dessa mulher negra, ficando assim à mercê de homens e mulheres brancas, bem como de companheiros negros, pois “[...] o poder que os homens usam para dominar mulheres não é apenas privilégios de homens brancos das classes altas e média , mas de todos os homens em nossa sociedade independente de classe ou raça.”

Logo, pensar a Interseccionalidade como ferramenta de apreciação dessas opressões se faz urgente e necessário, para hooks (2019), homens e mulheres brancas não atentaram para o fato de que homens pobres de classe baixa tem tanta capacidade de oprimir e violentar mulheres, quanto qualquer outro. As/os Pesquisadoras dessa vertente deixaram de levar em conta também o homem negro sexista, esses homens violam tanto a mente os corpos de mulheres negras, quanto os brancos, muitas vezes rejeitam suas companheiras negras, e se estas forem gordas as coisas se complicam muito mais.

Para hooks (2019), o racismo não é a única força opressora que incide sobre os corpos negros, enquanto homens e mulheres negras pensarem dessa forma, a luta será em vão, pois tende a fortalecer os valores machistas, patriarcais e sexistas da sociedade. Pelo fato de estar fora dos padrões, naturalmente, a mulher gorda por si só não costuma ser socialmente aceita, e com o acréscimo de determinados marcadores sociais, esse sofrimento se amplia, essa mulher além de ter que saber lidar com a sociedade, possivelmente precisará enfrentar o fato de ter filhos com probabilidade de reproduzirem comportamentos sexistas e machistas, pois são condutas socialmente aceitas, visto que, o fato de ser homem, por si só, já garante os privilégios que operam a favor da inferioridade da mulher. Conforme Gurgel (2018), a

naturalização do machismo no Brasil é a causa e, também, a consequência da desigualdade de gênero em que vivemos.

Em linhas gerais, as pesquisas sobre desigualdade de gênero, confirmam uma tendência de maior número de mulheres com grau de instrução que trabalham mais e ao mesmo tempo ganham bem menos do que os homens que desempenham as mesmas funções. Segundo os dados do IBGE (2017), a mulher ganha 22,5% a menos que o homem fazendo mesma função, isso é uma disparidade. Para Collins (2021), a Interseccionalidade como ferramenta analítica promove entendimentos mais amplos das identidades individuais coletivas. Podemos perceber aqui no Sul da Bahia uma opressão uma intersecção bem específicas nesses corpos de mulheres pretas e indígenas. Pacheco e Fontes (2021), estudos recentes têm denunciado à estigmatização contínua e a reprodução de “imagens de controle” sobre as corp@s, as sexualidades e as afetividades dessas mulheres, ao associá-las a selvageria, aos prazeres demoníacos, às relações afetivo sexuais instáveis e ao servilismo social, esse não é um estudo voltado para mulheres indígenas, mas compreendemos aqui que essas mulheres também estão sendo oprimidas por um sistema hegemônico elitizado tanto quanto a mulher negra. Pacheco e Fontes, (2021):

As violações de corp@s de mulheres negras e indígenas sobre a égide do colonialismo se insere sobre a intersecção dos marcadores de gênero, raça, etnia, classe e sexualidade, que nos coloca sobre a necessidade de superação das “imagens de controle” produzidas sobre estas. O lugar dessas mulheres nos discursos oficiais da produção ocidental-colonial ainda subscreve o corp@ da mulher negra, mestiça e indígenas como útil à prestação de serviços manuais, reatualizado constantemente sob o estereótipo colonial da mucama, que se traduzem na lógica branca patriarcal atual, expressa na violência perpetrada contra os direitos das trabalhadoras domésticas, geralmente confinadas no ambiente familiar das casas dos patrões, cujas condições de trabalho são atravessadas por colonialidades de gênero raça classe e sexualidade.

Desse modo além de seus corpos serem subjugados vamos perceber aqui no sul da Bahia¹⁷ Pacheco, Fontes (2021), um apagamento das histórias de vida dessas mulheres indígenas, negras

¹⁷ As “leis dos coronéis”, deixada como herança na mentalidade social das diferentes cidades sul baianas, reatualizaram as péssimas condições de subsistência da população pobre, em um ciclo em que prevaleceria a lei do “uns com tanto, outros com quase nada”. No entanto, na contramão ao processo de apagamento que estas mulheres sofreram, suas histórias podem ser recortadas pelo protagonismo e por formas alternativas de lutas e resistências frente à matriz de dominação (COLLINS, 2016).

precisa mostrar também suas histórias de vida de maneira positiva, em que a vinculação interseccional de investigação e análise dê conta de não só denunciar, mas também de apontar formas de confrontação coletivas, frente aos sistemas de opressões que ainda mascara, aniquila, de modos diferentes, as subjetividades impressas em corp@s insurgentes.

1.4 O papel das mídias na construção do imaginário racista e gordofóbico

Compreendo ser muito complicado, atualmente, definir mídia e seu papel ambíguo na educação. Gonnet (2004), salienta que não existe apenas uma definição de mídia visto que, por muitas vezes, ela determina modos de viver da sociedade. Neste tópico, procuro fazer uma breve discussão sobre mídia, corpos gordos e negros, a construção do imaginário racista e gordofóbico e suas repercussões no ambiente escolar.

A cada época, e de acordo com a cultura, a sociedade elege um ideal de corpo perfeito e determina o padrão estético harmonioso, no qual os indivíduos lutam constantemente para se encaixar. No caso das mulheres, essas pressões são ainda mais violentas no sentido que sob o patriarcado, sua existência está atrelada a satisfazer os homens. No geral, as pessoas que não se encaixam nesses padrões estéticos universalizantes estão fadadas ao sofrimento, a dor, a demonização de seus corpos, e de modo geral, a exclusão. Segundo Nogueira,

Construímos uma cultura, um conjunto de crenças e costumes, que criaram olhares específicos, próprios de cada grupo étnico social, que demandará princípio de conduta, isto é, uma ética que permita e garanta a cada um dos indivíduos pertencentes a um determinado grupo. A necessidade que lhe é natural, de pertencimento a essa organização (NOGUEIRA, 2011, p.10).

Tradicionalmente, a sociedade brasileira é patriarcal, sexista e racista, como a cobrança sobre o ideal do corpo perfeito recai mais notadamente sobre a mulher. Essa opressão se torna um tanto mais pesada quando se trata de uma mulher negra e gorda, porque aí ela vai passar por uma tríade de preconceitos oriundos da tríade de nossa tradição social.

Para hooks, (2015, p.197), “O sexismo, como sistema de dominação, é institucionalizado, mas nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade. Ser oprimida significa ausência de opções”. Diante destas afirmações, esta

pesquisa procura desnudar racismo e a gordofobia que a mulher negra e gorda enfrenta periodicamente em uma construção e perpetuação da função social exercida por esses preconceitos e suas distinções.

Novaes (2005, p.10), salienta que “as mulheres, nomeadamente, dispersam os discursos da tirania, da beleza e combatem frequentemente para conservar e perdurar um corpo harmonioso, perfeito, elegante e desprovido de sinal de desgaste e abatimento”. Ao olhar para o corpo da mulher negra, é preciso entender que, socialmente esse corpo carrega em si um emaranhado de valores e sentidos historicamente construídos. Não se pode ignorar o lugar que esse corpo ocupa na sociedade. Linhares (2015), expõe que esse corpo pode transitar entre o belo e o feio, o exótico e o nojento, o trabalhador e o preguiçoso. Em outras palavras, é possível dizer que o corpo negro feminino é constantemente subjugado e oprimido na sociedade contemporânea, pois, costuma ser visto como feio e nojento, justamente por não estar incorporado nos padrões sociais.

A mídia, como mediadora, contribui para inculcar vários discursos no imaginário popular, a diversidade de ferramentas disponíveis se solidifica como forma de mediação (por isso o nome mídia) da sociedade. De certa forma, o contexto escolar e social são mediados pela televisão, um exemplo mais próximo disso foi a eleição de 2022, a maior parte do público acompanhou as propagandas e debates através da televisão, por sua vez, a escola não é muito diferente disso. Eu arrisco dizer que, possivelmente, a gordofobia racista possa ter ecos na mediação televisiva, principalmente pelo seu protagonismo no papel de “educadora social”.

Um olhar mais atento, possibilita perceber o quanto diariamente a mídia expõe o corpo feminino preto e gordo de forma estereotipada, ou então, de modo grotesco, a esse conceito Sodré explica que:

O grotesco é um olhar acusador que penetra as estruturas até um ponto em que se descobre a sua fealdade, a sua aspereza. A essa altura, o real antes tido como belo pode começar a fazer caretas, o pesadelo pode tomar o lugar do sonho. Uma máscara negra, um monstro gótico, obras de profunda inspiração artística, podem situar-se na categoria do grotesco. Às vezes ele nos ajuda a desvelar uma realidade mitificada: é o caso, por exemplo, do grotesco utilizado por muitos cartunistas modernos. (SODRÉ, 1973, p. 73).

Nessa perspectiva, há uma grande mistificação e estigmatização da feminilidade gorda e preta. Geralmente, a maioria das formas de exibição televisiva desse corpo é permeada pelo cômico estereotipado pela construção social da hegemonia branca. Segundo Sodré:

O grotesco (em todos os seus significantes: o feito, o portador da aberração o deformado o marginal) é apresentado como signo do excepcional, como um fenômeno desligado da estrutura da nossa sociedade— é visto como signo do outro. A intensão do comunicador é sempre colocar-se diante de algo que está entre nós, mas que ao mesmo tempo é exótico, logo sensacional. (SODRÉ, 1973, p. 73).

Em linhas gerais, algumas expressões relacionadas ao excesso de peso têm a ver com a ideia de que o excesso de peso é controlável, e por conta disso, as características a figura do gordo se relaciona com negligência alimentícia. Contudo, o acúmulo de gordura não é sinônimo de glotonaria. Existem diversos fatores que influenciam e agem como molas propulsoras para essa situação, como por exemplo: consumo de produtos industrializados, predisposição genética, distúrbios de metabolismo, falta de sono, condições socioeconômicas, medicamentos, desequilíbrio hormonal, genética, problemas de saúde mental, dentre outros.

Há um consenso dos pesquisadores da área de saúde de que o excesso de peso é prejudicial à saúde das pessoas, e isso inclui homens, mulheres e crianças de todas as faixas etárias, nesse sentido qualquer indivíduo que esteja acima do peso é obeso. De acordo com as Nações Unidas (ONU, 2004; 2014), a obesidade é uma doença epidêmica originada pelo acúmulo de gordura corporal, a confirmação do diagnóstico é feita quando o índice de Massa Corporal encontra-se igual ou superior a 30kg/m²). Segundo Mantzoros (apud FARIA, PINTO, ROMANOWSKI 2021, p.9) “a palavra obesidade descende do termo em latim “obesitas”, que significa “gordura física, corpulência”. Os autores salientam que na antiguidade a obesidade era vista como atributo de saúde e beleza.

Vale ressaltar que o objetivo dessa pesquisa, não é problematizar o aspecto da obesidade do ponto de vista da saúde e doença, nem tão pouco romantizar ou fazer qualquer tipo de apologia a imagem da pessoa gorda, pois compreendo que para além dessas questões, é preciso compreender e respeitar esse corpo permeado de opressões. A mídia televisiva, impressa entre outras, tem um papel muito importante na vida cotidiana das pessoas, tanto no trabalho, quanto em seus lares e nos ambientes educacionais, pois é ela que na grande maioria das vezes dita regras de convivência para a sociedade contemporânea.

É de conhecimento geral o poder exercido pela mídia acerca da formação do indivíduo. Grande parte da população cresce com a ideia de que os padrões expressados pelas personagens de novelas e seriados são os certos, os únicos que devem ser seguidos por todos e, pior ainda, que a nossa nação é representada por aquilo que se passa na TV (SALES; REIS, 2018).

Vivemos em um mundo globalizado dominado pelo capitalismo que dita como as pessoas devem se comportar, impõe os padrões estéticos que priorizam o consumo e se

refletem em comportamentos pessoais cada vez mais frios, escasso de fraternidade e alienante onde a facilidade de acesso e abrangência de conectividade objetiva priorizar os lucros, conseqüentemente, a valorização da cultura e da beleza são ressignificados. Neste contexto educacional Sodré explica:

A informação e a comunicação, concentradas e aceleradas por dispositivos eletrônicos, deslocam-se dos lugares tradicionalmente marcados pela cultura clássica para se converterem prioritariamente em fluxos invisíveis de dados, que tornam efetivas as possibilidades de planetarização das finanças. Integram, a financeirização do mundo como estratégias indispensáveis. (SODRÉ, 2012, p.162-163).

Dessa forma percebe-se a transformação no mundo a mistura das culturas, de valores, favorecendo, novos olhares, novas formas de estar e viver nesse mundo globalizante. Ainda que a grande mídia seja o principal veículo de disseminação de informações, outros canais online de comunicação como as redes sociais têm proporcionado debates que, por vezes, se debruçam sobre a representatividade da população negra nos vários espaços midiáticos, a exemplo da televisão, e em outras vezes essas mesmas mídias marginalizam e colocam a comunidade negra, mais especificamente a mulher gorda e negra em lugares de subalternização.

Segundo Conceição (1996, apud Santos 2020, p.70), “a imagem do negro está calcada em 3 L’s: o lúgubre, o luxurioso e o lúdico”. Sendo o lúgubre referente às imagens, a abordagem policial retratadas pela mídia, o negro como um sujeito violento e sob controle do Estado; o lúdico, o qual apresenta um negro alegre, retratado nas festas nacionais, como os carnavais, os bailes funk, e festejos vários, donde o negro e sua alegria nata são lembrados; por fim, o luxurioso, o qual relaciona-se a um estereótipo de um negro sensual, hipersexualizado, uma ideia constituída sobre o negro e fêmea negra, corpos animalizados e permitido a inúmeros trabalhos. A essa visão Sales e Reis, explicam:

Esse imaginário social predominante está relacionado à época da escravidão na qual a figura da mulher negra atribuía-se com o “apenas um corpo”, sem inteligência e a permanência desta concepção, que se mantém enraizada dentro dos processos de desenvolvimento de significados sociais, estabelece uma espécie de controle social por meio do sentimento de poder diante do corpo negro feminino (SALES; REIS, 2018).

Esse imaginário brasileiro que condena e rejeita os corpos fora dos padrões estéticos, bem como, os elegem a condições de inferioridade e incapacidade, contam com o auxílio da mídia para referendar o modelo de estética corporal cada vez mais inalcançável. Esse estereótipo imagético não corresponde à realidade vivenciada pela maioria das mulheres,

especialmente das mulheres gordas. Esse imaginário perverso se reflete no aumento da insatisfação pessoal e em vários outros fatores que se relacionam com ansiedade, depressão e baixa autoestima, e em casos mais graves, podem desencadear pensamentos suicidas, suicídios ou abandono de carreiras. Na mídia, a representatividade de pessoas gordas e, especialmente, de mulheres negras é de extrema relevância, porém, é necessário que haja a desconstrução dos padrões estéticos hegemônicos, visto que, do ponto de vista estético, cultural, biológico e social somos constituídos de pluralidade. “apesar de sempre valorizada e celebrada nos discursos do Estado, da intelectualidade e da literatura, a miscigenação nunca deixou de ser vista como um estado de passagem das ‘raças inferiores’ para a raça superior branca.” Zito (2008, p.05) o autor traz a luz a naturalização da subalternidade do povo negro ratificado pela mídia, visto que por muito tempo os papéis representado por autores consagrados era relegado a figura do escravo ou o multato.¹⁸ Indiretamente, compreendo que a gordofobia, o racismo e a ideia de branqueamento encontram na mídia um balizador dessas relações de opressões.

¹⁸ Nenhum dos grandes atores negros parece ter escapado do papel de escravo ou serviçal na história da telenovela brasileira, mesmo aqueles que quando chegaram à televisão já tinham um nome solidamente construído no teatro ou no cinema, como Ruth de Souza, Grande Otelo, Milton Gonçalves e Lázaro Ramos. Essa afirmativa pôde ser constatada na pesquisa que fizemos sobre a representação do negro na história da telenovela brasileira, que deu origem ao filme e livro *A negação do Brasil*. (ZITO, 2008, P. 5)

2. GORDOFOBIA E RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA NA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ VICTOR FIGUEIREDO

A gordofobia e o racismo são fatos sociais que permeiam as relações entre os indivíduos dentro e fora do contexto escolar, esses comportamentos podem impactar no processo de desenvolvimento da pessoa, tanto do ponto de vista social, quanto educacional e cultural, pois altera o clima escolar, no sentido de promover situações de violência física e verbal contra as pessoas negras e gordas que compõem o corpo da escola. É preciso um olhar mais aguçado e sensível frente a essas questões raciais e gordofóbicas, visto que a escola se constitui como lugar de promoção do pleno desenvolvimento humano. Problematizar essas questões no ambiente educacional é de fundamental importância, na medida em que se observa que na contemporaneidade os corpos gordos sofrem menosprezo e marginalização. Podemos perceber que no contexto social mais abrangente, do ponto de vista histórico, o repúdio ao corpo negro e gordo, em especial de meninas, sejam elas alunas ou mulheres docentes, dentro ou fora do espaço escolar, tem sido algo recorrente, uma vez que aumentou número de denúncias sobre racismo e *bullying* nesses espaços de inserção dos atores sociais da escola

2.1 Por um ensino antirracista: perspectivas e o histórico da escola José Victor Figueredo

O espaço ao qual se deu a coleta de dados foi a Escola Municipal Jose Victor Figueiredo, uma instituição pública de ensino fundamental I¹⁹, localizada em uma comunidade carente do bairro Minas Gerais, na zona urbana da cidade de Eunápolis-Bahia. A referida cidade apresenta um clima tropical e de acordo com o Atlas (2018) o município teve uma taxa de 124,3 mortes violentas para cada grupo de 100 mil habitantes. Segundo dados do IBGE (2012) é a 16ª cidade mais populosa do estado, com uma população de 100.246 habitantes. Atualmente Eunápolis possui 40 bairros, 03 aglomerações urbanas (distritos), além de assentamentos.

Iniciada a partir da finalização da construção do ramal de acesso (hoje BR-367) da cidade de Porto Seguro, quando os garimpeiros²⁰, inicialmente, construíram

¹⁹ Os anos iniciais referem-se ao Ensino Fundamental I e englobam os alunos do 1º ao 5º ano.

²⁰ Adjetivo dado aos profissionais que construíam estradas usando pás picaretas e galeotas.

choupanas/moradias, antes da chegada das empreiteiras que deram continuidade à construção da estrada principal, naquele momento interrompida. Conhecido inicialmente como KM 64, por conta da distância entre Porto Seguro e o entroncamento da futura BR-367, posteriormente passou a chama-se Nova Floresta e Ibiapina.

O vilarejo cresceu a tal ponto que tornou-se conhecido com o topônimo de Eunápolis, alçado à "Maior Povoado do Mundo" e recebeu esse nome em homenagem ao engenheiro Eunápio Peltier de Queiróz, secretário estadual de Viação e Obras públicas em 1954, o mesmo foi responsável pela aquisição de 100 hectares de terras compradas de Ivan de Almeida Moura e posteriormente doadas para a formação do povoado, cujo perímetro situava-se sobre os municípios de Porto Seguro (20%) e Santa Cruz Cabrália (80%), tendo sido seu território criado nas mesmas proporções quando da sua emancipação, por força da Lei Estadual de 12 de maio de 1988.

A sede ganhou status de cidade, através da lei de criação do município, é dentro deste contexto histórico e violento que está inserida a instituição pesquisada. A escola é composta pela sede e extensão, ambas funcionam nos turnos matutino e vespertino, possuem 22 turmas que abarcam a educação infantil e as séries iniciais do ensino fundamental. A gestão atual é administrada por Ingrid Rosa Monte Belo, que conta com uma equipe de 40 funcionários e 489 alunos regularmente matriculados, distribuídos entre o turno matutino e vespertino. Vale ressaltar que o espaço físico não dá conta de atender todas as necessidades das demandas do cotidiano escolar.



Figura 1 – Escola Municipal José Victor Figueredo. Fonte: Silva (2022)

Em 1988, o prefeito Gediel Sepúlveda Pereira juntamente com os moradores do Bairro Minas Gerais, dentre os quais se destaca o Sr. José Bento de Almeida, deram o início a construção da Unidade Escolar, em um local, onde anteriormente havia uma alvenaria deixada pelo prefeito anterior, Arnaldo Moura Guerrieri.

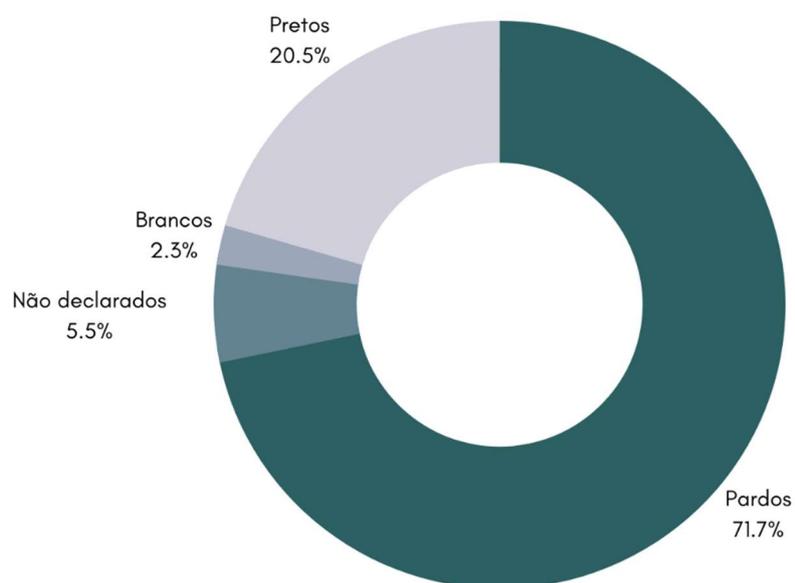
Unidos por um sonho em comum, houve um mutirão da comunidade para levantamento das paredes da instituição que, hoje, conhecemos como Escola José Victor Figueredo, esse nome foi escolhido em homenagem ao pai do Senhor José Bento de Almeida, este por sua vez, foi o responsável pela coordenação dos trabalhadores durante todo o processo de construção juntamente com sua esposa, Raquel Ramos Lima que se encarregava da alimentação da equipe, tornando-se mais tarde uma das professoras desta Unidade de Ensino.

No ano 2000, em virtude do crescimento da população e da grande demanda de matrículas, houve a necessidade de ampliação do espaço físico da escola. Assim, construiu-se: quatro salas de aula, cozinha, banheiro, secretaria, quadra, sala de professores e muro. Porém, essa ampliação não foi suficiente para atender as necessidades do público matriculado e em 2007 ocorreu uma nova ampliação com alteração dos espaços da cozinha, da secretaria e criação de mais uma sala de aula. Entretanto, também não foi o bastante para dar conta de acolher o público matriculado, sendo assim foi necessário alugar uma extensão para acomodar as crianças no turno matutino

Atualmente, a comunidade escolar ainda sonha com um prédio que comporte todos os alunos. Hoje a instituição conta com materiais e equipamentos para sala multifuncional, além de materiais esportivos e pedagógicos. A unidade escolar vem conquistando a confiança da comunidade e tornou-se referência de compromisso e responsabilidade com a educação.

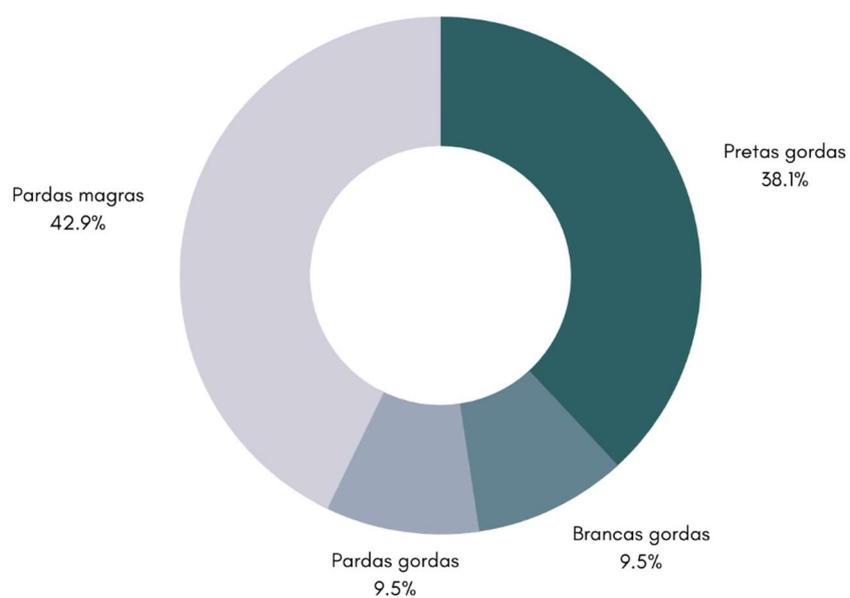
De acordo com dados da secretaria escolar, dos 489 alunos matriculados na escola, 91,17% são declarados pelos seus respectivos responsáveis como pardos e pretos, e quanto aos profissionais, estes também majoritariamente se autodeclaram pardos e pretos. Segue dados completos para apreciação:

Gráfico 1. Autodeclaração dos discentes.



Quanto as docentes da referida escola, são 21 mulheres autodeclaradas como cisgênero, das quais:

Gráfico 2. Autodeclaração das docentes da escola.



Em síntese, a quantidade de alunos que se declaram pretos e pardos juntamente com os dados de autodeclaração das 21 docentes, têm-se o total de 91,17% de negras e negros na instituição. Segundo os dados obtidos do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola:

Gráfico 3. Renda familiar dos pais dos discentes.

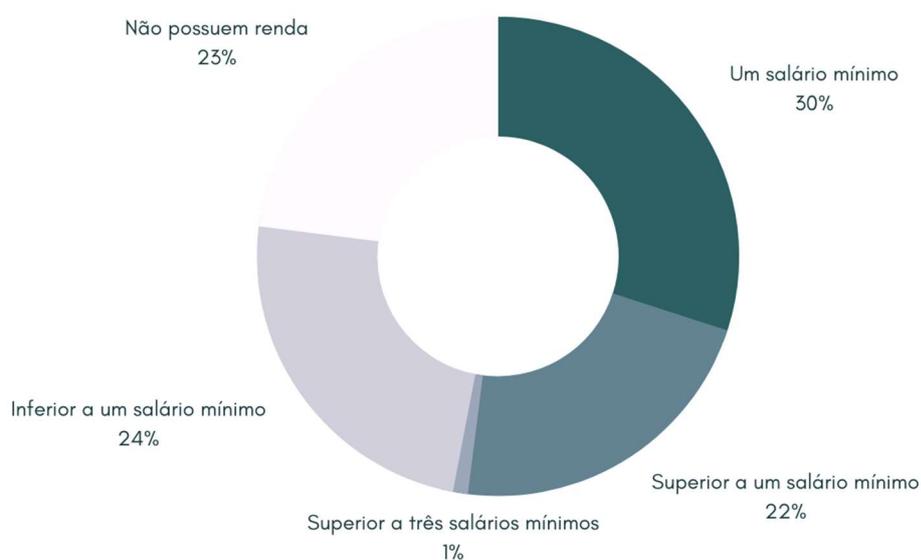


Gráfico 4. Escolaridade dos pais dos discentes.

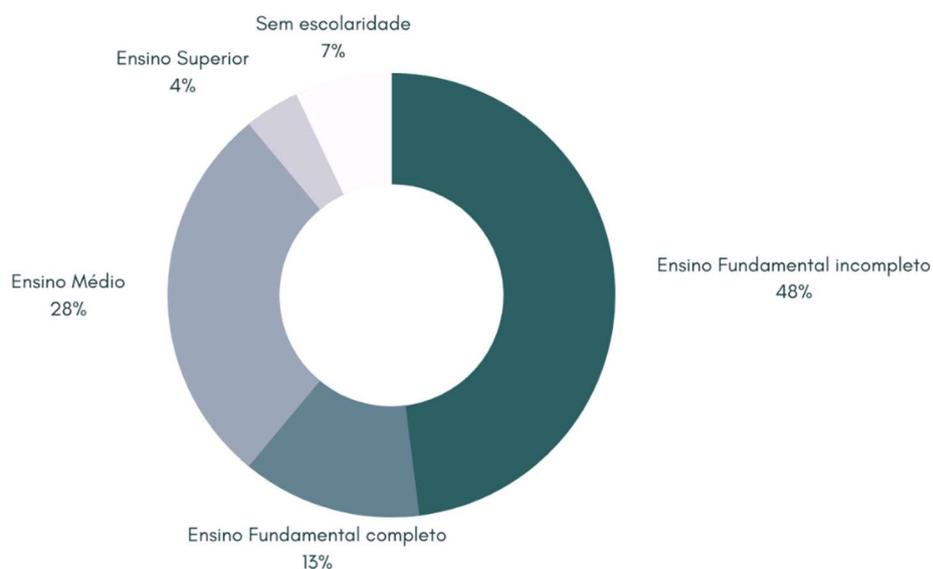


Tabela 1. Local de moradia dos alunos da escola.

Bairro	Quantidade de alunos (%)
Minas Gerais	56,8
Pequi	18
Recanto das Árvores	13
Moisés Reis	4
Arnaldão	4
Alecrim	3,2
Urbis III	0,4
Motor	0,4
Santa Isabel	0,2

De acordo com os dados acima, a escola em questão apresenta dados socioeconômicos característicos de comunidades carentes onde a maioria dos moradores dispõem de poucos recursos financeiros, são expostos a variados tipos de violências que perpassam pela ausência das principais políticas públicas de atendimento às necessidades básicas, como: ausência de segurança e de proteção da violência estatal, sendo que esta é normalmente perpetrada pela polícia; o contexto comunitário também é atravessado por múltiplas violências como o tráfico de drogas, violência doméstica dentre outros. Quanto as docentes, em sua maior parte, são mulheres negras, autodeclaradas chefes de famílias.

Quanto aos discentes, estes, em sua maioria são meninas pretas e pardas, das quais, por muitas vezes têm seus corpos estereotipados dentro e fora do espaço escolar. Haja vista que sofrem diariamente com preconceitos advindos de suas características corporais que, segundo seus próprios relatos, estão fora dos padrões ditados pela mídia que se reproduzem no contexto familiar. No que se refere as educadoras, estas além de carregarem o estigma da sociedade, ainda sofrem no ambiente de trabalho. Em relação aos meninos, a maior parte deles são adolescentes negros (pretos e pardos) que também passam por situações discriminatórias que incluem racismos, preconceitos diversos e constantemente veem suas vidas ameaçadas pelas abordagens policiais.

2.2 O Papel da Escola Frente ao Racismo e a Gordofobia

As condutas de governo e as organizações oficiais, em relação ao planejamento educacional brasileiro sempre nutriram a presença do racismo, seja ele estrutural institucional

ou individual (ALMEIDA, 2019). Historicamente o racismo marcou e marca a educação do Brasil, causando processos de desigualdades e exclusão de um povo que foi submetido aos status socioeconômicos aterrorizantes. Esse povo resiliente descendente de negros africanos, mesmo com tantas barreiras que lhes são impostas ainda na atualidade, lutam para mudar esse cenário de exclusão e invisibilidade as quais foram submetidos. Lamentavelmente, vamos conferir essa circunstância em vários documentos jurídicos desde o Brasil império, a exemplo da constituição de 1824 e alguns outros decretos que veremos a seguir. Essa é uma situação evidenciada, por exemplo, em dois Decretos no então Brasil Império, esses documentos potencializam a conduta atuante e a condescendência das autoridades oficiais brasileira perante o longo processo de exclusão, racismo, preconceitos de todas as formas e discriminação com a população negra. Vejamos o que diz o decreto:

- 1- O Decreto Nº 1.331-A, de 17 de Fevereiro de 1854 – Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte. Art. 69. Não serão admitidos à matrícula, nem poderão frequentar as escolas: § 3º Os escravos. (BRASIL, 1854, p. 8)
- 2- O Decreto nº 7.031-A, de 6 de Setembro de 1878 - Cria cursos noturnos para adultos nas escolas públicas de instrução primaria do 1º grau do sexo masculino do município da Côrte. Art. 5º Nos cursos noturnos poderão matricular-se, em qualquer tempo, todas as pessoas do sexo masculino, livres ou libertos, maiores de 14 anos. (BRASIL, 1878, p. 1).

Vale ressaltar que de um decreto para o outro passam-se mais de duas décadas, das quais quase nada mudou. No primeiro decreto de 1854, os escravizados não poderiam frequentar a escola. Já no segundo decreto, de 1878, além dos escravizados, as mulheres também não tinham o direito de frequentar a escola. É nítida a exclusão não só da população negra, mas também das mulheres e, nesse caso específico, essa ausência de direitos atingia mulheres pretas e brancas.

É possível observar que desde o Brasil Império, os governantes nunca priorizaram políticas públicas que favorecessem o acesso das minorias à educação, visto que, naquela época, a maior parte da população brasileira era constituída por pretos e indígenas. No tocante a Constituição de 1824, é possível constatar a total crueldade na tentativa de desumanização da população negra. Pois, de acordo com o Artigo 06, Título 2º inciso I, incisos, XXXII e XXXIII:

TÍTULO 2º

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

I. Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

TÍTULO 8º

Das Disposições Gerais, e Garantias dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos brasileiros. XXXII. A Instrução primária, e gratuita a todos os Cidadãos. XXXIII. Colégios, e Universidades, onde serão ensinados os elementos das Ciências, Bellas Artes, e Letras.

A constituição de 1824 preconizava que a escola era direito de todos os cidadãos, entretanto, não podemos ignorar que no contexto da época, a escravidão era legalmente aceita no Brasil. Tanto os negros escravizados que habitavam nessas terras, quanto as mulheres, todos eram invisibilizadas, ou seja, não eram cidadãos e, por efeito, não tinham o direito de frequentar escola nem tão pouco exercer qualquer outro direito de cidadania.

A cidadania era algo que avultava apenas aos portugueses, seus descendentes, os libertos ou ingênuos como explicita a constituição de 1824. Os direitos dos "livres", todavia, faz se necessário lembrar que, assentava-se mantidos a ter proventos, possessões e "a soma de oitocentos mil réis"²¹.

Nesse sentido, confirma Santos (2020), o caráter de desvantagem social, de marginalidade, de subalternidade da população negra, é mantido por meio da dominação e do privilégio de uma minoria branca, ou não negra. Esse é um panorama excludente que vamos ver desde a gênese de todo o processo de construção da sociedade brasileira em todos os níveis.

Contudo, graças aos movimentos sociais e as lutas incansáveis da população negra somado a pessoas comprometidas com as questões de desigualdades entre os povos, é que conseguimos avançar ao longo dos séculos. Hoje, podemos dizer que há uma pequena luz no fim do túnel. Os movimentos sociais na luta incessante de combate a todas as formas de segregação da população negra, conseguiram aumentar espaço no estímulo de novas condutas das entidades oficiais no cenário nacional. E, apesar dos avanços desde o fim da escravidão da população negra do Brasil e o advento das políticas públicas juntamente com as ações afirmativas, ainda assim, temos um longo caminho a percorrer na direção da reparação de

²¹ em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/por-que-negros-foram-excluidos-do-ensino-nos-periodos-imperial-e-republicano-96aaka56heq7qxjdcym17v7m6/>
Copyright © 2022, Gazeta do Povo

danos advindos do atraso na educação dos negros e na luta do combate a todas as formas de racismos, seja ele estrutural, institucional ou individual.

A Constituição de 1988, também conhecida como a Constituição cidadã, é o documento oficial mais importante do Brasil, pois confere a todos os cidadãos direitos e deveres, assegurando-lhes garantias valorização da diversidade étnico-racial, as manifestações culturais africanas e afro-brasileira, visa o fim do preconceito e da desigualdade racial.

Quanto a essa carta de 1988, podemos dizer que ela ainda é jovem, pois conta com pouco mais de trinta anos, esse documento constitui um marco da redemocratização do país, visto que, deu fim a mais de vinte anos de ditadura militar, trazendo várias inovações e avanços quanto aos direitos de cidadãos brasileiros, a saber:

Consagrou o princípio da igualdade e condenou de forma expressa todas as formas de preconceito e discriminação, sendo possível encontrar menções expressas sobre o tema em diversos dispositivos constitucionais. Logo em seu preâmbulo, a Constituição Federal determinou a instituição de um Estado Democrático, tendo a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. O art. 3º, por sua vez, enunciou como valores fundamentais da República a “construção de uma sociedade livre, justa e solidária” para “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (SILVA; CARREIRA, 2015, p. 17).

Nesse sentido, por intermédio do Ministério da Educação Brasileira - MEC, vamos ver a promulgação da importante Lei 9394/96 - LDB, que estabelece as diretrizes educacionais e disciplina a educação escolar no território brasileiro e a Lei 10639/03, que estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio. Também estabelece o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra no calendário escolar, entre outras.

A intolerância relacionada ao corpo preto sempre foi algo presente em nossa sociedade, visto que esse corpo é atravessado não só pela tonalidade da pele, mas também por várias outras opressões, a exemplo da gordofobia, e como essa pesquisa se propõe fazer uma análise interseccional entre o racismo e a gordofobia dentro do espaço escolar, dizer diante dessa investigação percebo que , quando somado as características da cor preta, a gordura e o fato de ser mulher, esse corpo está sujeito a violências específicas impostas pelo contexto social vigente. Como foi dito anteriormente, a gordura já foi vista como sinônimo de formosura de riqueza, Sant'Anna (2016). No que diz respeito ao corpo preto, era conveniente que fosse rejeitado, pois pertencia ao sujeito desidentificado (SANTOS, 2018), esse que sem

nenhuma pausa sempre foi preterido, vilipendiado, marginalizado e excluído pela tonalidade da sua pele. Nessa linha de pensamento, Santos afirma que:

A exclusão do homem pelo homem, o racismo, e o alijamento social não é algo natural, intrínseco à formação celular dos corpos humanos. O racismo, o desprezo, a dominação e a brutalidade de um sobre o outro se aprende e, portanto, se ensina; não surge de combustão espontânea a partir de experiências de nosso cotidiano. (SANTOS, 2020, p. 72).

O referido autor leva a compreender que o racismo não é uma coisa inata e uma vez que não são inatos, trata-se de reprodução de comportamentos e valores aprendidos. A não aceitação do outro, a repulsa pelo corpo preto sempre foi naturalizada em nossa sociedade, por isso sabemos que para além do racismo há o preconceito contra o corpo gordo, esse é carregado de representações negativas. Nesse novo cenário da sociedade, onde cada dia mais as crianças e adolescentes estão conectadas com a tecnologia, plugadas com uma diversidade de culturas, etnias e diferentes estilos corporais que convergem para um padrão ideal de belo e aceitável pelo senso comum. Assim, esses indivíduos estão expostos a práticas de violências de cunho físico, verbal e psicológicas. A escola, por sua vez, apesar de ser um ambiente agradável que corrobora para práticas de convivência saudável e o exercício da cidadania, está cada vez mais frequente o aumento de situações de dissensos,

Um cenário onde se reúne grande número de adolescentes e crianças, é possível também tornar-se palco de reprodução do tecido social vigente, com a disseminação de expressões de ódio, racistas, gordofóbicas, homofóbico e com xenofobias etc., e dentre elas, há de destacar o *bullying*²² e, esse muitas vezes se entrelaça com o racismo e ganha força no ambiente escolar.

Embora o foco principal dessa pesquisa seja o racismo e a gordofobia, é necessário abordar brevemente a questão do *bullying*, já que o termo abarca todo tipo violência, principalmente materializada pelos apelidos e expressões negativas que tornam a vida do cidadão um verdadeiro caos. Segundo Fante (2005, p. 62-63) “o *bullying* começa frequentemente pela recusa de aceitação de uma diferença, seja qual for, mas sempre notório e abrangente, envolvendo religião, raça, estatura, física, peso, cor dos cabelos, deficiência visual, auditivas e vocais”. Além dos apelidos pejorativos, que destroem vidas humanas, pesam também sobre a vida de muitos adolescentes o racismo que somado aos mais variados preconceitos entre eles os gordofóbicos, causam opressões específicas nesses corpos.

²² Em linhas gerais, o *bullying* é caracterizado como a violência recorrente, intencional que pode ser de cunho físico, verbal, social ou psicológico contra alguém com dificuldades de se defender (OLIVEIRA, 2022).

Muitas são as expressões racistas que se camuflam sobre a ótica do *bulling*, ou sobre a forma de “brincadeiras” em uma estrutura de relações de poder. Moreira, (2019) classifica isso como racismo recreativo, nessa perspectiva, o conceito de racismo recreativo é:

O racismo recreativo contribui para a reprodução da hegemonia branca ao permitir que a dinâmica da assimetria de status cultural e de status material seja encoberta pela ideia de que o humor racista possui uma natureza benigna. Embora ele almeje salientar a suposta degradação moral de minorias raciais por meio do humor, ele expressa também a intenção de impedir a mobilização política em torno da raça. Essa forma de política cultural possibilita a preservação de narrativas sociais baseadas na noção de neutralidade racial, elemento responsável pela manutenção de uma imagem positiva dos membros do grupo racial dominante que praticam crimes de injúria e racismo (MOREIRA,2019, p.93).

Segundo Moreira (2019), o racismo recreativo age como um projeto de dominação racial que opera de acordo com premissas específicas da cultura pública brasileira. É preciso observarmos que esse tipo de racismo é sutil, de forma muitas vezes imperceptível e frequente que na maioria das vezes se manifesta até de forma humorizada.

Historicamente, as escolas brasileiras tendem para a predominância do ensino hegemônico, elitizante de raízes europeias, mas atualmente, esse ensino tem sido tensionado porque não deu conta de abarcar todas as diversidades culturais do Brasil. Um modelo de ensino que deixou de fora todas as populações de origens africanas e indígenas as quais Fanon conceituou de os “Condenados da Terra” (FANON, 1968), nesse viés de pensamento, Santos, (2020) ratifica que essa população é identificada como a:

Maioria Minorizada o grupo social majoritariamente formado por pretos e pardos (negros) conforme categorização do IBGE que, conquanto conformem a maioria demográfica da população brasileira, é minoria em termos de acesso a direitos, serviços públicos, representação política, e, que racializados como seres inferiores, sofrem apagamento identitário, são desidentificados(as), tornando-se, portanto, “minorias” no acesso a cidadania, e “maiorias” em todo o processo de espoliação econômica, social e cultural, por fim, as maiores vítimas de todas as formas de violência. (SANTOS, 2020, p. 11).

Em um país como o Brasil, onde se dissemina a ideia de uma democracia em que todos gozam dos direitos de ir e vir, na realidade o que se vive é uma completa negação e violação dos direitos da população negra (IBGE, 2020). Segundo dados do IBGE:

Em 2019, mais da metade das mulheres (51,0%) passaram a ter, ao menos, o ensino médio completo, enquanto entre os homens esse percentual foi de 46,3%. Ambas as proporções vêm aumentando desde 2016, sendo mais acelerada entre as mulheres e mostrando que há uma melhoria em termos educacionais. Com relação à cor ou raça, 57,0% das pessoas de cor branca haviam completado, no mínimo, o ciclo básico

educacional. Entre as pessoas de cor preta ou parda, esse percentual foi de 41,8%, uma diferença de 15,2 p.p. entre os dois grupos analisados. De 2016 para 2019, essa diferença reduziu um pouco – era de 16,4 em 2016 – porém se manteve em um patamar elevado, indicando que as oportunidades educacionais eram distintas para esses grupos (IBGE, 2020, p.03)²³.

As imagens expostas abaixo confirmam a problematização acima citada e evidenciam os principais dados sobre os níveis de violências e desigualdades sociais as quais a população negra é normalmente exposta:



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Figura 2. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.

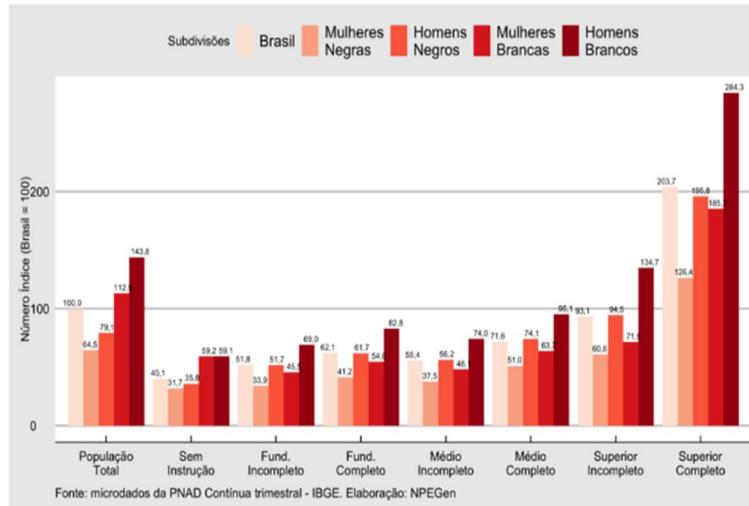


Figura 3. Comparação de escolaridade

²³ Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf

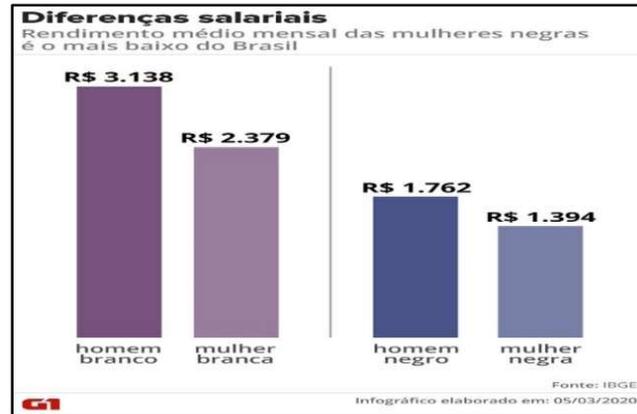


Figura 4. Diferença salarial

Conforme a figura 2, o nível de instrução das mulheres negras é bem abaixo das mulheres brancas e isso aumenta também o nível de desigualdade de rendimentos, uma vez que a questão salarial tem um recorte predominante de cor para as pessoas sem instrução, conforme pode ser visualizado na figura 3. Ainda de acordo com dados do IBGE na figura 4, as famílias de mulheres negras têm piores indicadores básico e de inadequações nas suas casas que as das brancas. Mais de 40% delas não têm acesso a rede de esgoto, em relação a 26,7% das brancas. Os índices são também piores em relação a ausência de coleta de lixo (8,8% contra 3,7%) e de abastecimento de água (13,9% contra 9,4%). Quando se trata da coleta de esgoto, os dados são alarmantes (26,7% contra 40,3%).

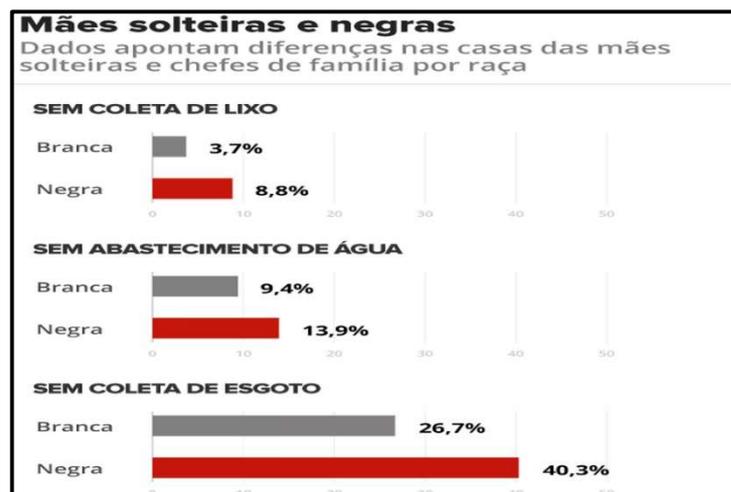


Figura 5. Comparação de mães solteiras e negras. Fonte IBGE (2020)

Os informativos acima apresentam uma análise evidenciada nas desigualdades sociais por cor ou raça, a partir da construção de um quadro composto por temas essenciais à reprodução das condições de vida da população brasileira, e fica bem visível e comprovada a situação de subalternidades de violências de todos os tipos em que estão submetidas as pessoas negras do Brasil, e em especial as mulheres.

Dada a essas informações, a escola tem um papel crucial, de fundamental importância no combate às desigualdades sociais e a todos os tipos e formas de preconceitos existentes. Contudo, é justamente nesse ambiente onde as formas mais perversas de preconceitos acontecem. Estudantes desistem por diversas formas e vários motivos de estarem na sala de aula, mas, dentre eles há os que sofrem preconceitos e várias formas de *bullying*, a escola acaba sendo um espaço torturador de vidas.

Como afirma Sodré (2012), sejam quais forem as posições políticas na contemporaneidade, todo e qualquer projeto educacional se obriga a pensar e agir em sintonia com as exigências postas pela tecnologização do mundo e com o mercado global. É preciso que ela se torne em um lugar com menos desigualdades, onde possa se conviver com a diversidade dos povos. Um dos maiores desafios hoje das escolas públicas é levar aos estudantes um ensino de qualidade no combate ao racismo e todas as formas de preconceitos, uma educação antirracista e livre de injustiça social, que abranja grupos étnico-raciais na sociedade brasileira.

2.3 Modos de existir e resistir na educação: relatos de experiência de professoras negras e gordas

Ao analisar os relatos de experiências das entrevistadas, pude observar o quanto esse preconceito se faz presente nas agressões sofridas. Não podemos esquecer que o objetivo principal dessa pesquisa que é verificar os efeitos perniciosos provocados pelo racismo e pela gordofobia na autoestima das mulheres negras, fazendo uma análise interseccional de como essas opressões se refletem em suas práticas educativas e no ambiente escolar.

Foram entrevistadas sete docentes autodeclaradas cisgêneros com idade entre 36 e 51 anos de idade, que estão atuando inclusive em outros cargos dentro da escola, sendo estes: uma como vigilante, uma como vice-diretora, uma como coordenadora

pedagógica para fins de análise dos dados e manutenção do compromisso ético, eu optei por utilizar nomes fictícios com a finalidade de resguardar o sigilo das identidades das respondentes. Nesse sentido, optei por utilizar nomes de flores do Continente Africano, sendo assim, cada entrevistada receberá o pseudônimo de uma flor. Apresentaremos de forma bem resumida as setes professoras entrevistadas. Begônia professora anos iniciais, lotada na escola Municipal José Víctor Figueredo graduada em pedagogia, leciona nessa escola há 16 anos, se declara do gênero feminino, negra e gorda e tem 27 anos de experiência no magistério; Professora Azaleia, docente 20 horas nas séries iniciais e vice-diretora 20 horas no turno matutino na mesma escola, lotada na escola Municipal José Víctor Figueredo graduada em pedagogia, leciona nessa escola há 12 anos, se declara do gênero feminino, negra e gorda, tem 24 anos de experiência no magistério, 43 anos de idade; Professora Boca-de-Leão, docente dos anos iniciais, lotada na escola Municipal José Víctor Figueredo graduada em pedagogia, leciona nessa escola há 20 anos, se declara do gênero feminino negra e gorda e tem 27 anos de experiência no magistério e tem 51 anos de idade; Professora Calêndula, docente dos anos iniciais, lotada na escola Municipal José Víctor Figueredo graduada em pedagogia, leciona nessa escola há nove anos, se declara do gênero feminino negra e gorda e tem 23 anos de experiência no magistério 44 anos de idade; Professora Antúrio, docente dos anos iniciais, lotada na escola Municipal José Víctor Figueredo graduada em pedagogia, leciona nessa escola há oito anos, se declara do gênero feminino negra e gorda e tem 26 anos de experiência no magistério 47 anos de idade; Professora Açucena, docente e coordenadora dos anos iniciais, lotada na escola Municipal José Víctor Figueredo graduada em pedagogia, trabalha nessa escola há 15 anos, sempre como coordenadora outrora lecionando, se declara do gênero feminino, branca e gorda e tem 24 anos de experiência no magistério e tem 50 anos de idade; Professora Botão-de-Ouro, graduada em pedagogia já lecionou quando só tinha o magistério nas séries iniciais, nesse momento encontra-se como vigia escolar lotada na escola Municipal José Víctor Figueredo, trabalha nessa escola há seis anos, sempre como vigia a mesma se declara do gênero feminino negra e gorda. A professora que está como vigia devido a não ter na época do processo seletivo terminado a sua graduação em pedagogia tem 4 anos de experiência no magistério e tem 34 anos de idade. Começaremos com os relatos das docentes. Fiz a seguinte pergunta a todas. Já sofreu algum tipo de discriminação por ser gorda e negra?

- Já sofri várias vezes, tanto por ser negra como por ser gorda, entrei em uma loja outro dia, e a moça logo já veio me dizer que não tinha do meu tamanho. Fui meio grossa com ela. Perguntei te perguntei alguma coisa? E se eu fosse comprar roupa para minha filha? Aí eu saí da loja e não comprei a roupa. E preconceito racial a gente sofre desde criança. As pessoas te olham sempre desconfiadas de você, sempre achando que você vai roubar alguma coisa, achando que você vai assaltar, sendo que você está ali de boa, você está com a consciência limpa, mas a pessoa que está ali te olhando atravessado não está com a consciência limpa. (Begônia, entrevista, 01-04-2022.)

Já sofri preconceito por ser gorda e negra, hoje estou acima do peso me perguntam muito porque eu engordei tanto,, isso acaba me prejudicando, agente fica meio retraída, envergonhada isso é muito triste e fora isso a questão da cor isso nos incomoda demais vivo isso diariamente tanto comigo como com meu filho em casa por que tenho um filho negro e ele constantemente é abordado por policiais sem dever nada, simplesmente por ser preto é suspeito, constantemente ele sofre preconceitos na escola nas ruas.(Azaleia, entrevista 01-04-2022)

Nunca ouvi ninguém falar na minha frente nada por eu ser gorda ou negra, mas dentro da escola vejo muito os alunos passarem por isso, tanto racismo como preconceito gordofóbico, também já presenciei colegas sendo ridicularizadas por serem gordas, isso acontece sempre na escola. (Boca- de Leão. Entrevista,01-04-2022)

Muitos. Dentro do ambiente escolar por parte dos colegas dentro de casa com os parentes, constrangimento em lojas, na hora de experimentar uma roupa. Minha filha frequentemente enfrenta preconceitos gordofóbicos na escola dela, inclusive ela até é acompanhada por uma psicóloga. (Calêndula. Entrevista 01-04-2022).

Sim, mais fora desse ambiente, na rua, quando se vai comprar uma roupa nunca acha sua numeração, mas em trabalho não, vejo mais com outras pessoas, as vezes quando quer falar com alguém ai já fala logo as características corporais, tipo assim quero falar com aquela gordinha. (Açúcena.Entrevista,10-05-2022)

Verifiquei nos relatos das professoras acima entrevistadas, que as mesmas evidenciam um alijamento social, não somente pela tonalidade da pele, ou por pertencer a população negra, mas também pela corpulência, visto que no discurso da vendedora da loja em que a professora Begônia entrou se observa a gordofobia disfarçada, naturalizada pela negação da ausência do tamanho de vestimenta para o biótipo da cliente. Ao se antecipar os desejos da cliente e responder uma pergunta que nem havia sido feita, a vendedora já deixa bem claro em seu discurso que ali naquela loja não há numeração para aquele corpo gordo e fora dos padrões socialmente aceitos.

As experiências das professoras vão ao encontro do objetivo principal dessa pesquisa, visto que o ato de preterir pessoas gordas tornou-se banal e no discurso de Begônia, Azaleia, Calêndula, a gente percebe o quanto essas atitudes de preconceitos envergonham, machucam e o quanto as pessoas as reproduzem com naturalidade. Nesse viés de pensamento, Santos

(2020) aponta o desprezo, a dominação e a brutalidade de um sobre o outro. As docentes entrevistadas confirmam ter conhecimento sobre o racismo e perceber os atos gordofóbicos que sofrem diariamente dentro da escola de forma disfarçada e muitas vezes de forma escancarada, e também em outros espaços, inclusive em seus lares. Vejamos os relatos das professoras Calêndula, Açucena e Botão-de-ouro, quando lhes pergunto se dentro do seu local de trabalho já testemunhou praticas racista ou de origem gordofóbica?

É um constrangimento diário, dentro do ambiente escolar, muitas vezes camuflado, nas falas de alguns colegas, nas lojas na hora de experimentar roupas e também dentro de casa com meus familiares. (Calêndula, entrevista 01-04-2022).

Já presenciei preconceitos raciais e gordofóbicos, muitas vezes tanto por parte dos educadores como por parte dos alunos. (Açucena, entrevista 10-05-2022).

A minha experiência foi traumatizante porque, no momento em que eu mais precisei, estava desempregada, com emprego já certo, teve um local que fui fazer entrevista, já havia antes conversado com a moça e ela me deu certeza que aquela vaga seria minha, chegando lá ela me olhou, olhou na minha aparência e eu acredito sim que também pela cor da pele, ai ela me disse em outro momento eu vou estar te ligando, pra agente ver direitinho viu. Era para você começar agora! Mas não vai dar. Então eu sentir um certo preconceito. E aquele fato ali eu não consegui tirar da minha mente até hoje não saiu da minha mente, eu perdi o emprego por ser gorda e preta. (Botão-de-ouro, entrevista,01-04-2022).

Percebe-se que muitas, vezes nas falas das entrevistadas, que ao mesmo tempo em que elas sofrem pressões estéticas racismo as mesmas também acabam oprimindo muitas vezes os próprios alunos e demais colegas, isso fica visível principalmente na fala da professora Açucena. Do ponto de vista interseccional, ao analisar documentos, bem como, livros, artigos revista entrevistas, sites e blogs referentes ao tema, percebi o quanto o corpo gordo e preto nessa atual conjectura da sociedade brasileira é um corpo naturalmente rotulado como feio, indesejado, incapaz de adaptar-se a esse modelo de estética padronizado, visto que o imaginário brasileiro de corpo perfeito é o corpo europeizado branco. Esse ideal de corpo desejado não foge a regra no espaço escolar, pois quando perguntei as entrevistadas se, existe racismo e gordofobia na escola? As respostas foram unânimes veja:

1 Sim, existe muito racismo e preconceito da pessoa gorda na escola, Azaleia; 2 Claro que existem, Begônia; 3 Sim, Boca-de-Leão; 4 Sim, existe, Calêndula; 5 Sim, Atuário; 6 Sim, existe e muito; 7 Sim Açucena (Entrevistas concedidas 01-04 e 10-05-2022)

Ao analisar, ao longo da pesquisa, os relatos das integrantes do grupo focal, mais especificamente aquelas que são negras e estão acima do peso, observei que por trás das falas tímidas, havia muitos discursos carregados de emoção, havia tristeza e revolta ao relatarem o

que passam não só dentro do espaço educativo, mas também em outros espaços sociais, inclusive no familiar onde a gordofobia e o racismo são reproduzidos por aqueles com os quais elas têm fortes vínculos afetivos. Além da gordofobia e a discriminação de gênero, elas detalharam o quanto sofrem por conta do peso do racismo. Nesse sentido, Van Dijk vai afirmar que:

O racismo é uma forma de dominação exercida pelos brancos (europeus) sobre grupos étnicos ou raciais minoritários, ou sobre os não europeus em geral. A dominação é reproduzida mediante a imposição do acesso privilegiado aos recursos sociais pela discriminação.

Ela é também reproduzida ao legitimar esse acesso através das formas de ‘controle da mente’, tais como a manipulação e outros métodos para a busca de aceitação ou de adesão entre o grupo dominado. Em termos mais gerais, isso pode ser visto como a produção de consentimento e consenso. (Van Dijk, p.22, 2015).

Van Dijk, afirma que o racismo é fruto de uma dominação de povos hegemônicos que ditam as regras do mundo, essa minoria com acesso a privilégios que os não brancos não possuem, introduzem na mente de uma maioria não branca que eles são seres inferiores. Para Van Dijk (2016) o autor entende que o racismo como sistema de dominação social tem duas dimensões principais – a das representações socialmente compartilhadas (atitudes preconceituosas), por um lado, e práticas sociais específicas de tratamento ilegal (discriminação). Fundamental para a reprodução do sistema é a reprodução das representações sociais nas quais ele se baseia.

Ao reproduzir suas falas, as professoras deixam escapar em seus discursos sentimentos que nem elas mesmas se dão conta. Quando todas as docentes confirmam existir racismo e preconceito gordofóbicos dentro e fora da escola que as pessoas nutrem a respeito dos seus corpos, e que esses sentimentos negativos prejudicam de forma ferrenha suas vidas profissionais e pessoais, essa confirmação se consolida com o que diz Van Dijk (2016) ao falar que atitudes negativas específicas podem ser ainda mais abstraídas e formar ideologias racistas subjacentes que sustentam a base sociocognitiva do sistema de racismo. Esses são os tipos de sentimentos que validam uma ideologia²⁴ de um conjunto de pessoas. São ideologias de um grupo minoritário que ditam as regras do conhecimento verdadeiro somente de países do centro (QUIJANO, 2005; TORRES, 2018) e os mesmos, não aceitam, nem reconhecem as diferenças, e tais diferenças podem estar relacionadas ao gênero, a classe e os saberes ancestrais.

A imposição hegemônica valida um único conhecimento tido como verdadeiro. Desse modo, mesmo com os avanços e discussões a respeito da quebra de paradigmas advindos da

²⁴ São as ideias que representam um grupo de pessoas com ideias semelhantes sobre sociedade, economia, valores e política. Acesso em 09-10-2022

reinterpretação da história através da visibilização dos protagonismos de grupos historicamente subalternizados, ainda assim, é perceptível nas falas das nossas respondentes a identificação do racismo e de certa forma, a pesquisa confirma que pode haver uma certa aceitação da naturalização desse estado de coisas, que talvez seja pela dificuldade em se apropriar das ferramentas necessárias de combate e exclusão de todas as formas de preconceitos e racismo. Isso se faz presente nas falas das professoras Antúrio, Calêndula, Boca-de-Leão, Begônia e Azaleia quando lhes perguntei. Quais são os principais efeitos perniciosos provocados pelo racismo e a gordofobia no processo educativo?

O preconceito racial é expandido de forma abrangente principalmente no ambiente escolar, é um impacto de forma direta no processo educativo pois causa segregação, uma barreira social. (Antúrio, entrevista, 01-04-2022)

Os principais efeitos são dificuldade na aprendizagem, a baixo auto estima, abalos emocionais, relacionamentos conturbados. (Calêndula, 01-04-2022).

As crianças se torna quietas, se sentem retraídas, não conseguem se expressar direito, se tornam medrosas, atrapalham o desenvolvimento. (Boca-de-Leão. Entrevista 01-04-2022).

Eu vejo que esses efeitos não terminam nunca. Só que eu piso em cima do preconceito, porque meus filhos dependem de mim, precisam de mim. Então passo por cima do preconceito para defender eles eu dei a volta por cima. Na escola onde eles estudam tenho debatido muito a esse respeito, eles não conseguiram me abater, então com meus filhos também não vão conseguir. Tem coisas mais importantes pra mim, mas não é todo mundo que pensa assim, não é todo mundo que dar a volta por cima como eu dei. Aí vivem oprimidos a vida toda, e acaba terminando em suicídio. As pessoas não tem consciência do que elas falam do que elas pensam de como elas agem com as pessoas gordas e pretas, não se conscientizam do que vai o que pode acontecer com a vida das pessoas que elas estão martirizando. O que acontece é que as pessoas precisam acordar para esse tipo de preconceito. Agente vive do jeito que dá e pode a opinião alheia não interessa. (Begônia. Entrevista, 01-04-2022).

A alma da pessoa adoce ela se recua, isso atrapalha no processo educativo, não se apresenta da forma como deveria se apresentar. A pessoa tem uma capacidade enorme, mas não se desenvolve devido a esses efeitos do racismo e preconceito, ela não consegue levantar a cabeça. (Azaleia. Entrevista, 01-04-2022).

As falas das docentes corroboram o que foi dito, visto que, fica subentendido que mesmo com as mudanças no cenário educacional e com políticas públicas de combate ao racismo e atitudes de *bullying*, bem como, a valorização das diversidades; o sistema educacional ainda abriga os atos racistas que continuam a persistir no chão da escola, e essas reproduções não se limitam entre docentes ou entre discentes. Todos podem estar sujeitos a essas experiências, o fato é que a maioria dos atores da escola sofrem com essas opressões advindas tanto da gordofobia como do racismo e do machismo. Ou seja, ninguém está livre de passar por essas experiências, pois mesmo com o advento de aprovações de leis educacionais

de combate ao racismo e todos os tipos de discriminação, estes persistem no ambiente escolar. Começamos nesse tópico com os relatos das docentes em sala de aula para finalmente justificar o título desse tópico que é modos de existir e resistir na educação de docentes negras e gordas. Muitas das docentes entrevistadas relatam que ver na educação a arma para escapar do que a sociedade racista Almeida (2019) reservou para nós mulheres negras. Para tanto começaremos por conceituar cultura na visão da professora Gomes pois existem dentro das escolas também um ideal de corpo perfeito fruto do imaginário elitista branco.

Segundo Gomes (2003), a cultura, seja na educação ou nas ciências sociais, é mais do que um conceito acadêmico. Ela diz respeito às vivências concretas dos sujeitos, à variabilidade de formas de conceber o mundo, às particularidades e semelhanças construídas pelos seres humanos ao longo do processo histórico e social. Optei pelo conceito de Gomes (2003) para problematizar um pouco sobre a cultura do ideal de corpo belo que a sociedade contemporânea prega. Quem é esse corpo belo e harmonioso legitimado a transitar por lugares privilegiados em detrimento de outros? Ao lançar um breve olhar à minha volta pelos corredores da escola, pelos espaços que costumo frequentar e pelas mídias sociais, logo percebe-se que não é o corpo gordo nem o negro que ocupam lugares privilegiados, não é esse biotipo que dita a moda ou inspira comportamentos da grande massa.

A questão aqui levantada é: não basta não ser racista, precisamos antes de tudo ser antirracistas! Esta é uma frase de efeito moral que muitos dizem por aí. Como essa frase ecoa dentro do ambiente escolar? Esta é outra pergunta que me fiz reiteradamente ao tentar alcançar o segundo objetivo dessa pesquisa, que foi investigar os efeitos do racismo gordofóbico na autoestima das mulheres que trabalham na escola (professoras, gestoras, serviços gerais etc.) e, conseqüentemente, como isso reverbera no ambiente de ensino-aprendizagem.

Ao longo dos relatos das entrevistadas, procuro tentar responder os questionamentos acima visto que há um discurso ideológico típico; “Eu não sou racista, nem preconceituoso.” Sabemos que do ponto de vista jurídico existem as leis que podem ser acionadas como remédios processuais para proteção de discriminação e racismo, entretanto, essas mesmas legislações apresentam lacunas que suavizam as punições contra a discriminação racial e o preconceito, além disso, ainda não há menção a respeito da gordofobia.

De acordo com Gomes (2003), a escola enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas, lamentavelmente esse espaço onde as diferenças deveriam ser valorizadas é onde muitas vezes se propagam o

ódio e a aversão a população negra. E conseqüentemente, quando tudo isso se agrega a característica corpulenta, a vida de muitas mulheres torna-se insuportável dentro das escolas e demais espaços sociais. Vale ressaltar que a gordofobia atinge pessoas de ambos os sexos, tanto branco como indígenas ou negros, mas, sobretudo, quando os alvos são as mulheres a cobrança pelo ideal de um corpo dentro dos padrões é muito mais intensa. Isso está presente nos relatos abaixo das docentes quando lhes perguntei. E como essas ações gordofóbica e racistas se repercutem no ambiente de ensino aprendizagem?

Relato 1 professora Calêndula:

Menina a gente vê assim muito por parte dos próprios colegas, ao se referir as crianças não chama pelo nome mesmo da criança mesmo sabendo o nome, chamam sempre assim, é aquele baixinho é aquele moreninho, aquele magrelo, é aquele gordo, aquele preto, aquele dos cabelos assanhados dos cabelos para cima, já ouvi também falando o cabelo de vassoura, e por aí vai, a lista é imensa. (Entrevista concedida em 01-04-2022).

Relato 2 professora Antúrio

As pessoas negras e gordas da comunidade escolar se sentem prejudicadas. Pois elas sentem-se retraídas excluídas. (Entrevista concedida 01-04-2022).

Relato 3 professora Azaleia

Isso causa muitos transtornos com as pessoas que sofrem esses preconceitos, o fato maior é que acabam transmitindo isso em seu ambiente de trabalho, porque ele acaba ficando com vergonha, tímida, fica pelos cantos tem medo de se expressar, isso acaba interferindo no ambiente de trabalho. (Entrevista concedida 01-04-2022).

Relato 4 professora Boca-de-Leão

A criança se sente desvalorizadas incapaz, ela acha que não vai conseguir alcançar os objetivos, isso interfere na vida pessoal e profissional, atrapalha no desenvolvimento (Entrevista concedida 01-04-2022).

As falas acima retratam a angústia de vivenciar nos discursos reproduzidos na escola, as agressões verbais e as palavras de desprezos contra a minoria que nada fez para passar por essas opressões. Van Dijk (2016) embora todos os membros do grupo dominante possam ter acesso a práticas discriminatórias e discurso específicos na interação cotidiana, os mais influentes são os discursos discriminatórios públicos das elites simbólicas na política, na mídia, educação e Universidade. Os discursos das docentes confirmam nessa pesquisa que, nesses casos, quanto mais marcadores sociais a pessoa tem, maior será o desprezo sofrido e as dificuldades de galgar lugares melhores se tornarão mais distantes (GOMES, 2003). Os homens e as mulheres estipulam regras por meio da cultura, e convencionam valores e significações que possibilitam a comunicação dos indivíduos e dos grupos. Algumas

pesquisas evidenciam que a grande mídia é uma das responsáveis em disseminar a discriminação racial, muitas vezes invisibilizando a população negra, noutras mostrando-a como lúgubre, o luxurioso ou lúdico (CONCEIÇÃO, 2015), Van Dijk (2016) o discurso uma forma de ação, o poder pode ser exercido controlando o discurso.

Alguns poucos artistas brasileiros já criticaram essas práticas televisivas reprováveis, atualmente, os negros e negras continuam a lutar por seus direitos, não aceitando passivamente a dominação do sistema opressor que lhes subtrai o direito a educação e à cidadania. Nessa mesma direção, Davis (1944) aponta que de acordo com a ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais, para esses, tanto negros como negras não eram dignos de estudar, pois acreditavam que essa população era composta por seres inferiores e não eram considerados como pessoas, portanto, não deveriam frequentar escolas.

Entretanto, Davis (1944), tensiona que se isso fosse verdade, se essa população fosse inferior, não manifestaria o desejo nem comprovaria plena capacidade de adquirir conhecimentos. Foi esse desejo e motivação que sempre impulsionou esse povo a não abaixar a cabeça para aqueles que tentaram violentamente apagar os seus conhecimentos e a sua cultura.

O histórico do povo negro é marcado pela luta e resistência contra todas as formas de opressões e apagamentos. Nacionalmente, percebemos a passos lentos as mudanças nas legislações vigentes, é possível afirmar que no contexto atual, de acordo com o propagado pela mídia, há um aumento de manifestações racistas em nossa sociedade. Entretanto, a união dos movimentos sociais e educacionais já evidenciam uma luz, no fundo do túnel, favorável aos anseios das negras e negros afrodescendentes. Corrobora Gomes, que:

Uma sociedade racista usa de várias estratégias para discriminar o negro. Alguns aspectos corporais, no contexto do racismo, são tomados pela cultura e recebem um tratamento discriminatório. São estratégias para retirar do negro o status de humanidade. Talvez seja esta uma das piores maneiras de o racismo se perpetuar. Ele transforma as diferenças inscritas no corpo em marcas de inferioridade. Nesse processo são estabelecidos padrões de superioridade/ inferioridade, beleza/feiura. (GOMES, 2003, p. 80).

As estratégias utilizadas para discriminar o negro traz dores profundas, percebe-se que muitos deles em especial as mulheres negras lutam para conseguirem escapar dos grilhões da mente, das astúcias da razão ocidental. Gonzalez (2020) aponta que, aqui ali podemos constatar os discursos do neocolonialismo²⁵. Desse modo, foi incutido na mente dessas

25 Dá-se o nome de neocolonialismo ao processo de dominação política e econômica, pelas potências capitalistas ou ex-colônias ocidentais, no final do século XIX e ao longo do século XX, de regiões ou nações da África e da Ásia. Acesso em 10-10-2022.

mulheres, que elas são objetos, que devem ser coisificadas, o cabelo afro, o biotipo do corpo são pretextos para condenar o negro a feiura. Constantemente ouvimos insultos sobre a aparência do negro afastando-o do contexto da beleza. Mas o que está por trás de todos esses discursos?

Gomes (2003) salienta que o corpo nos remete, inevitavelmente, aos padrões de beleza. É fato que cada grupo cultural define a beleza à sua própria maneira, fica cada vez mais evidente, que por mais lutas que os grupos sociais travem no combate tanto ao racismo como a gordofobia e ainda que possam alcançar algumas vitórias em relação as desconstruções sociais e ressignificação do protagonismo negro, ainda assim, a face oculta ou revelada dos múltiplos preconceitos revela-se cada vez mais perversa. Veja abaixo mais um relato de Antúrio:

Eu mesma já sofri preconceito com meu próprio marido, dentro de casa. Estávamos assistindo filme com ele em casa. O filme era a Vovozona. E pelas características corporais me identifiquei com ela. Ele logo me disse cruz credo, creem em Deus pai, que coisa horrorosa. Sem contar na família dele a mãe as irmãs, estão sempre falando do meu cabelo que é ruim, do meu corpo gordo, das roupas que visto. Eu vejo que esses efeitos não terminam nunca. Só que eu piso em cima do preconceito, porque meus filhos dependem de mim, precisam de mim. Então passo por cima do preconceito, para defender eles eu dei a volta por cima. Na escola onde eles estudam tenho debatido muito a esse respeito, eles não conseguiram me abater, então com meus filhos também não vão conseguir. Tem coisas mais importantes para mim, mas não é todo mundo que pensa assim, não é todo mundo que dar a volta por cima como eu dei. Aí vivem oprimidos a vida toda, e acaba terminando em suicídio. (Entrevista concedida em 01 -04-2022)

Como já dito anteriormente, o racismo está tão naturalizado que as pessoas parecem não ter consciência do que elas falam, nem tão pouco do que pensam ou como agem, elas simplesmente não mensuram o que pode acontecer com a vida das pessoas que elas estigmatizam e martirizam. Gomes (2003) ressalta que o corpo negro pode ser tomado como símbolo de beleza, e não de inferioridade.

Acredito ser necessária fazer essa abordagem introdutória sobre a problemática da estética relacionada ao corpo e cultura, para finalmente adentrar sobre à docência de professoras negras e gordas. Gomes (2003). Na construção da cultura brasileira a população negra, tanto mulher como homens negros, tece sua corporeidade por meio de um aprendizado que incorpora um movimento tenso de rejeição / aceitação, negação/ afirmação do corpo.

Farei aqui um breve relato do acesso de mulheres negras e gordas rumo ao curso de pedagogia ou ao antigo curso técnico de magistério. Falo breve, pois o objetivo dessa pesquisa não é investigar número de docentes negras nos espaços escolares e sim verificar os

efeitos perniciosos provocados pelo racismo e pela gordofobia na autoestima dessas negras, bem como, fazer uma análise interseccional de como essas opressões se refletem nas práticas educativas e no ambiente escolar. A trajetória escolar de quase toda mulher negra da pré-escola até o ensino superior é marcada por muitas violências simbólicas, discriminação racial, preconceito gordofóbico, e muitas vezes até violências físicas. Segundo Alves:

O enegrecimento do magistério é fruto de transformações sociais e políticas tensionadas pelos negros, e está correlacionado à ascensão das classes populares no ensino superior, pela implementação de políticas públicas com essa finalidade, como já sinalizamos em outro momento. No entanto, a existência dessas políticas ainda não garante à Maioria Minorizada Santos, ampla ocupação nos cursos de graduação, sobretudo aqueles que detêm maior prestígio social, como é o caso dos cursos de Medicina, Engenharia, Direito, reconhecidamente mais elitizados. (ALVES,2020, p. 52).

Na confirmação do pensamento de Alves (2020), mais especificamente no que diz respeito a ascensão da população negra a cursos superiores era algo quase impossível, e isso fica muito evidente nos relatos das entrevistadas, pois, ao perguntar as respondentes sobre o porquê de escolherem a docência como profissão, as respostas foram:

Relato 1

Economicamente foi a mais viável, do início era isso mesmo, depois fui gostando e fui ficando e hoje já tem vinte e dois anos que leciono. (Entrevista concedida em 01-04-2022).

Relato 2

Professor era muito desvalorizado, ganhava meio salário-mínimo, depois aumentou para um salário ai no concurso que Feruk (Prefeito de Eunápolis), é que ele colocou o salário do professor para um salário e meio.Mas na verdade eu não fui ser professora pelo salário não, pois eu sabia que professor naquela época ganhava um miséria, e era descredibilizado porque era uma luta pra receber o dinheiro, pegava o contracheque de papel e ia ficar na fila na prefeitura para trocar o contracheque pelo salário, ficava a manhã toda na fila pra sacar o salário na boca do caixa. Quando escolhi Magistério, eu sempre fui dislexa, fui por causa das crianças também. Aqui na cidade de Eunápolis não tinha faculdade e nem nas redondezas, a minha paixão por crianças me fez escolher o magistério, mas se eu tivesse condições, se meus pais tivessem dinheiro eu teria feito o curso de psicologia ou jornalismo. Na verdade, o desejo desde criança era ser jornalista. . (Entrevista concedida em 01-04-2022).

Relato 3

Meu sonho era ser professora, brincava de ser professora, fui ficando moça, lá em Itabela estava no auge ser professora, ai quando eu terminei na oitava série tinha que escolher entre os dois cursos técnicos de contabilidade e magistério, então eu optei por fazer o magistério porque ai eu ia ser professora e só tinha esses dois cursos lá. Aí acabei me apaixonando pela profissão eu me identificava com a docência. Mas

hoje se eu tivesse condições financeiras não faria magistério pela quantidade de desrespeito ao professor, naquele tempo o professor era mais respeitado, apesar do salário ser muito baixo. Depois naquela época eu não tive muita opção de estudo só tinha esses dois cursos mesmo. Entrevista concedida em 01-04-2022

Relato 3

Eu não tive escolhas, já fui doméstica, lava roupas de ganho com minha mãe. Depois quando apareceu a oportunidade do concurso em 1996 eu fiz passei fui dá aula. Mas na verdade essa foi a melhor coisa que fiz, queria sair daquela profissão de doméstica. Também fazer pedagogia era o curso mais em conta e eu poderia pagar, pois fiz minha graduação particular. (Entrevista concedida em 01-04-2022).

Todas as entrevistadas são filhas de pais com poder aquisitivo baixo e a maioria relata que seus pais não têm nem o quarto ano do ensino fundamental. Logo, vimos que seria muito complicado para essas mulheres negras terem acesso a um curso considerado pela elite branca de maior prestígio como é o caso de cursos de medicina e engenharias, por exemplo, pois elas não tinham pais que pudessem mantê-las em uma universidade, de modo que fosse unicamente para estudar sem necessidade de trabalhar. Ao fazer uma breve análise comparativa dos discursos dessas entrevistadas, percebo que se elas tivessem melhor poder aquisitivo, o magistério não seria a primeira opção de graduação, é claro que com exceção do segundo relato, as outras deixam escapar a identificação pela profissão que exercem, visto que, ambas sempre nutriram ser professoras.

Implícito nesses relatos, a suposição de que a docência é a profissão mais acessível aos pobres. Visto que, nessa referida escola onde ocorre a pesquisa a única opção que essas mulheres pretas e gordas tiveram foi o que realmente é reservado a grande maioria marginalizada, ressaltando aqui que não estamos diminuindo ou menosprezando o magistério, mas enfatizando que a grande maioria em especial as mulheres veem na docência a possibilidade de empoderamento e protagonismo de suas próprias vidas. Parece-me que aqui no município de Eunápolis, o perfil dos docentes que atuam nas séries iniciais da educação básica é composto pelo público feminino.

Acredito que essa conclusão se deve a partir de mera observação empírica dos encontros de classe, normalmente realizados, em eventos promovidos pela secretaria ou pelo sindicato, são nesses momentos que se reúnem todas/os integrantes da categoria, e saltam aos olhos um maior número de mulheres se comparadas aos homens. Por outro lado, pesquisas apontam que os cursos de licenciatura são os mais acessados. Segundo dados do Ipea essa é uma profissão de pobre (IPEA, 2017; UNESCO, 2004), isso porque há uma procura maior pelas pessoas de menor poder aquisitivo. Na escola Municipal José Victor Figueredo, onde ocorreu essa pesquisa, isso também se confirma, pois, tanto o perfil quanto o percentual de

mulheres evidenciam que os cursos de licenciatura são mais acessíveis. Nesse viés de pensamento Silva (2020), confirma que esses cursos são os mais atrativos, sobretudo do ponto de vista econômico, uma vez que os custos das mensalidades são menos dispendiosos.

Para Silva (2020), os movimentos de mulheres negras sempre se pautaram na escolarização, enquanto possibilidade de autonomia financeira, capaz de romper com as disparidades sociais que incidem fortemente sobre o povo negro, principalmente mulheres negras, evidenciando a interseccionalidade dos conceitos de raça, classe e gênero. São mulheres chefes de família que enxergam no acesso ao conhecimento a ascensão e a libertação de seus corpos e mentes.

De acordo com os discursos das professoras entrevistadas, no referente a escolha pela docência, em corroboração ao objetivo específico 2, que foi investigar os efeitos do racismo gordofóbico na autoestima das mulheres que trabalham na escola (professoras, gestoras, serviços gerais etc.) e, conseqüentemente, como isso reverbera no ambiente de ensino aprendizagem. Dando continuação a análise, e a partir desse objetivo proposto, perguntei para as profissionais da educação porque escolheram a docência, na maioria das respostas, foi possível confirmar nos relatos das professoras Calêndula, Antúrio e Azaleia a presença do racismo estrutural, visto que, há todo um aparelho ideológico que faz com que essas mulheres que não tiveram opção na escolha de suas profissões optaram pelo magistério, visto que, era o único curso em que lhes conferiam condições financeiras para concluir tanto ensino médio, como o curso superior. Nos discursos tanto das docentes, quanto da vigilante, diretora e vice-diretora fica bem claro que se seus respectivos pais tivessem melhores condições, elas teriam feito escolhas diferentes, ou seja, teriam profissões que lhes conferissem mais prestígio tanto no campo discursivo quanto no campo econômico. Em conformidade com esses dados, Van Dijk:

A dominação também envolve um acesso especial a várias formas de discurso ou eventos comunicativos (ver Van Dijk, 1996). Os grupos dominantes ou elites podem ser definidos pelo seu acesso especial a uma ampla variedade de discursos públicos ou influentes, em contraposição aos grupos menos poderosos. Ou seja, as elites possuem um acesso mais ativo e mais bem controlado aos discursos da política, da mídia, da academia, da educação ou da justiça. Elas podem determinar o tempo, o lugar, as circunstâncias, a presença e o papel dos participantes, os temas, o estilo e a audiência desses discursos. Além disso, como uma forma de ‘acesso tópico’, as elites são os atores preferidos representados no discurso público, como nas notícias jornalísticas, por exemplo. Isto significa que as elites também têm maiores chances de ter acesso à mente dos outros e, portanto, de exercer um poder persuasivo. Os grupos menos poderosos possuem um acesso ativo apenas nas conversas cotidianas com membros da família, amigos ou colegas, bem como um acesso menos controlado nos diálogos institucionais (por exemplo, em sua interação com médicos, professores ou funcionários públicos). (VAN DIJKI, 2015, p.22.)

O autor confirma a dominação de um grupo sobre o outro e traz a luz a pequena elite que controla a grande parte da população brasileira, levando a massa a crer que eles têm o poder de fazer suas escolhas. Entendo que esse lugar, que é o espaço escolar é um lugar estratégico, que não era um lugar para negros menos ainda professoras negras e gordas. Esse é um lugar de poder de formadores de opiniões e muitas professoras pretas estão se apropriando dele, pois o que se trabalha dentro da escola se repercute para além dos muros escolares, essas professoras negras estão se empoderando se apropriando para garantir a população negra, em especial as mulheres, que seus discursos tem sim valor e transformam vidas.

3. COMBATE AO RACISMO: ENTRE A LEI E OS DOCUMENTOS NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO

Os estudos sobre os modos de vida e cultura da população tem sido alvo de análise de vários campos do saber, dentre eles, parece-me que as ciências sociais se despontam como uma das áreas que mais se debruça sobre o tema. Vários pesquisadores investigam as profundas mudanças dessa população que oriunda de um passado de escravidão foi, por um longo período, a mola propulsora da econômica do Brasil e ainda hoje é desprestigiada e vista como perigosa. Mas, como assim perigosa? Será que nós, que fazemos parte da população negra, somos realmente os perigosos? Se negros e negras, especialmente os jovens, são perigosos porque então a elaboração e promulgação, de tantas leis que foram feitas com a intenção de proteger a população negra?

Farei aqui uma breve reflexão daquilo que culturalmente tem o reforço da sociedade elitista, majoritariamente racista, gordofóbica e nos caracterizam como pessoas inferiores e perigosas, levando em consideração que não é uma reflexão profunda das leis antirracistas, mas focar que existem certas fragilidades nessas leis, que de certa forma facilitam tanto o racismo quanto a gordofobia em diversos espaços como as redes sociais e conseqüentemente afetam a comunidade escolar como um todo.

O advento da internet potencializou a distância física entre as pessoas, mas ao mesmo tempo ampliou as relações virtuais, de modo que todos estão de alguma forma impactados com essas conexões em todo o mundo. A internet se tornou um espaço amplamente democrático onde as pessoas costumam postar imagens e mensagens de todos os tipos, e é nesse vasto campo de comunicação que as expressões de ódios tem conquistado cada vez mais espaço, principalmente sobre a alcunha do discurso de “liberdade de expressão”. Para Trindade, (2022), muitas vezes as pessoas utilizam desse pretexto liberdade de expressão para cometerem comportamento abusivos tentam se esconderem por trás desse pretexto.

Existe uma argumentação falha sobre essa pretensa liberdade de expressão, pois a mesma não isenta pessoas de responsabilidade civis e do cumprimento da Lei Federal supracitada Nº 12.965/2014, Trindade (2022), explica que essa lei deixa forma bem entendível que os agentes sociais produtores de atividades precisam ser responsabilizados, apesar que, quando vamos para espaços escolares captamos muitos desses agentes sociais dentro das salas de aula, de forma covarde e camuflada ridicularizando próprios colegas e

professores em redes sociais. Vamos nos ater aqui nessa etapa ao corpo gordo e preto feminino.

Não tenho a pretensão de focar nesse capítulo sobre mídias, visto que isso já foi abordado de forma sucinta no primeiro momento dessa pesquisa, porém, como vou pontuar possíveis fragilidades da lei, de forma a refletir sobre como as pessoas tentam se esconder atrás das redes sociais para disseminarem preconceitos de todos os tipos e nesse palco de acontecimentos, é óbvio que o racismo e a gordofobia se fazem presentes.

Falar do corpo gordo preto ou branco feminino virou moda seja para ridicularizar ou assumir protagonismos nas redes sociais. Por conta disso, muitas vezes, os usuários de redes sociais escapam sem nenhuma punição relacionada ao fato de causar danos, até mesmo irreversíveis nas vidas das pessoas pretas e gordas, visto que a maior parte dos crimes de viés racistas são tipificados como injúria racial. Para melhor compreensão sobre essa problemática, vamos analisar esses conceitos a luz do Código Penal brasileiro - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 sobre injúria racial:

Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo -lhe a dignidade ou o decoro: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa. § 1º - O juiz pode deixar de aplicar a pena: I - quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria; II - no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria. § 2º - Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência. § 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: Pena - reclusão de um a três anos e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003).

Vale ressaltar que, o crime de injúria racial está previsto no parágrafo 3º do mesmo artigo, trata-se de uma forma de injúria qualificada, na qual a pena é maior, e não se confunde com o crime de racismo, previsto na Lei 7716/2012. Para sua caracterização é necessário que haja ofensa à dignidade de alguém, com base em elementos referentes à sua raça, cor, etnia, religião, idade ou deficiência. Nesta hipótese, a pena aumenta para 1 a 3 anos de reclusão. Mas observando as diversas situações propagadas pela mídia e demais veículos de imprensa eu levanto a seguinte questão, quem está ou permanece preso por injúria racial ou crime de racismo no Brasil?

Ratifico que essa análise é puramente empírica, feita a partir das minhas reflexões baseadas nos múltiplos casos que vem sendo noticiado pela imprensa, portanto, trata-se apenas de uma provocação para que possamos refletir que até do ponto de vista jurídico, o racismo e a maior parte da violência contra as mulheres tem sido tratados com brandura.

Visualizo aqui, como uma lacuna da legislação que apesar da garantia constitucional de que o racismo é imprescritível e inafiançável, a injúria racial é o remédio jurídico que possibilita o pagamento de fiança. Assim, a maioria desses crimes ficam praticamente impunes, ou porque agressor tem a opção de pagar a multa ou ser preso e geralmente todos (maioria brancos de classe média a alta) acionam seus advogados, pagam a multa e são liberados, ou seja, praticamente, ninguém comete racismo, mas sim injúria racial é como se fosse um mecanismo de legalização do racismo estrutural amparado pelo institucional, representado pelos agentes públicos do Estado: juízes, delegados etc.

Aqui no Brasil, segundo Almeida (2019), a legislação vem há anos tratando da questão racial. O autor cita uma primeira lei em 1951, Lei Afonso Arinos, Lei 1.390 que tornou contravenção a prática da discriminação racial, depois vamos ver a nossa constituição de 1988 que traz decisões mais relevante sobre o tema, tornando crime de racismo inafiançável é imprescritível. A Constituição Federal de 1988, pela lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, tornou o racismo um crime inafiançável. Essa lei, igualmente, se mostrou ineficaz no combate ao racismo brasileiro, pois só considera discriminatórias atitudes preconceituosas tomadas em público. A Lei 7716/89, que trata dos crimes de racismo, pune todo tipo de discriminação ou preconceito, seja de origem, raça, sexo, cor, idade, popularmente conhecida como a lei CAÓ, chamada assim, por se tratar de uma homenagem ao parlamentar Carlos Alberto de Oliveira, proponente da lei. Completando esse pequeno observatório Lei Nº 12.288/2010 que no seu teor diz:

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Segundo Almeida (2019) a luta da resistência contra o racismo não é recente, tem raízes antigas, embora muitos movimentos sociais tenham obtido êxito político no século XX os resultados estão aí em forma de Leis. Esses são os frutos das lutas incansáveis de movimentos sociais compostos por pessoas comprometidas com o combate ao racismo e preconceitos, e mesmo assim as pessoas ignoram o teor das leis e cometem vários crimes raciais nas redes sociais que reverberam de forma contundente no cotidiano de mulheres, e independente do contexto de atuação, o racismo é sistêmico e se faz presente em múltiplos espaços sociais, nas relações familiares, no sistema escolar entre alunas/os, entre professoras/es negras e gordas e todos os atores das escolas.

Nesse sentido, levanto outro questionamento, se quanto ao racismo, a lei possibilita formas de “suavidade” do delito, visto que possivelmente, a probabilidade do cumprimento de pena pelo crime de racismo no Brasil ainda é remota. Imaginem então, se alguém será preso por cometer atos gordofóbicos e/ou atentar contra a moral de uma pessoa gorda e preta? Partindo dessas inquietações, perguntei para as entrevistadas. Quais são as dificuldades e limitações encontradas e enfrentadas pelas mulheres gordas e negras nessa sociedade enraizada de preconceitos raciais e gordofóbicos?

Relato 1- Antúrio

São diversas as limitações, as dificuldades, porem entre elas podemos citar pelo menos duas; dificuldade de encontrar roupas, que lhes sirvam, e a idealização errônea de que a mesma só pode ser vista como empregadas domésticas.(Entrevista, 01-04-2022)

Relato 2- Boca-de-leão

Principalmente acesso ao mercado de trabalho, acessibilidade, dificuldades em relacionar com pessoas (Entrevista, 01-04-2022).

Relato 3- Botão-de-ouro

Assédio moral, na questão do trabalho. Vamos supor eu já passei por um fato desses, que fui em um certo local comprar uma roupa, e nem cheguei a experimentar só peguei na roupa, e perguntei a moça o valor. Ela logo respondeu essa aí não dá em você não. Então lhe respondi, mas moça nem te perguntei se era para mim, me disse: Está bom desculpa. Isso foi o que sofri a vida toda essa gordofobia esse preconceito me machucou muito. A questão da acessibilidade é uma questão que sofro até hoje, porque não é qualquer lugar que entro que tem uma cadeira grande que me caiba. Em uma cidade turística entrei no coletivo, fiquei entalada na catraca e eu fiquei muito envergonhada. Teve pessoas ali que sentir que fizeram resenha comigo e isso me machucou profundamente. (Entrevista, 01-04-2022).

Relato 4 - Azaleia

Muitas situações. No mercado de trabalho é muito complicado entrar, dão sempre preferencias a pessoa magra, acessibilidade, nem todo ônibus tem acentos adequados. (Entrevista, 01-04-2022).

Do ponto de vista legal, pude perceber que essas leis tem em comum as muitas lacunas que abrem passagem para a perpetuação tanto do racismo como dos preconceitos que se propaguem em todos os espaços, especialmente dentro do espaço educativo, e novamente, arrisco a dizer que de certa forma essas brechas suavizam o racismo, quase tudo se tipifica em injúria racial, conseqüentemente, é passível de multa e liberação imediata do agente agressor. Nas falas de todas as professoras ficam bem evidentes que, em grande escala, a mídia independente (impressa ou televisiva), propaga diariamente a imagem da população negra de

forma estereotipada como já foi amplamente discorrido ao longo desse texto. Van Dijk| (2020), a influência decisiva sobre a “mente” das pessoas dar-se por meio de um controle antes simbólico que econômico. Culturalmente, os discursos nas redes sociais fortalecem a aversão, ou o ódio ao corpo preto e gordo, julgando-o como incapaz.

As respostas das professoras evidenciam a imagem do cômico e do incapaz associado a figura negra. E até quando elas próprias se sentem representadas, acabam confessando que se identificam apenas com as negras e gordas que desempenham papéis menores, mais voltados para o humor. Ou seja, o racismo está tão estruturado que até as vítimas já perceberam a escassez do protagonismo negro em situações de prestígio, as evidências apontam que, do ponto de vista dos discursos das entrevistadas, o ideal de corpo de mulher perfeita é o branco, magro e europeizado eleito pela sociedade, sendo assim, as mesmas não se sentem participantes dessa sociedade que a despeito daquilo que se quer negar, é majoritariamente miscigenada.

3.1 Breve Análise documental: Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal José Victor Figueredo

No tocante a reflexão sobre educação e os seus vários processos de ensino-aprendizagem, ela tem por objetivo a plena formação do cidadão em seus diversos níveis, tendo na escola um dinamismo regular de vivências de cidadania, equidade, inclusão e socialização, transformando a pessoa humana apta para atuar com criticidade tanto no mercado de trabalho, como em outros espaços sociais. A educação segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB:

A Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu art. 1º, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. A educação escolar deverá vincular se ao mundo do trabalho e à prática social. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação (Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Portanto a educação se desenvolve em várias esferas, não só na escola formal, mas na convivência humana, na vida familiar entre outros, porém é na escola onde é sistematizado o

ensino do educando e esse se configura como pioneiro da educação sistematizada do cidadão. A LDB²⁶, garante essa educação a todos os cidadãos brasileiros e estrangeiros, esse direito ainda é reforçado ampliado em nossa Constituição de 1988, vejamos:

Reza o artigo 205 da Constituição Federal de 1988: " A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho"

Vimos aqui que a educação é um direito de todos, sendo que é dever do Estado propiciar, e dever de família garantir essa educação. Em diálogo com o contexto dessa pesquisa, no primeiro momento foi feita a seleção de documentos jurídicos que utilizei como embasamento teórico crítico para algumas reflexões provocativas, tais documentos também são utilizados para fundamentação e construção do produto educacional. Considerando a legislação brasileira, mais especificamente as partes que tratam da temática do racismo, foram selecionados e utilizados os seguintes documentos: Constituição de 1988, que em seu artigo, Art. 5º que afirma que todos nós somos iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, distinção de cor, nos garantindo a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, e no Art. 3, inciso I,IV, XII que promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação e a construção de uma sociedade igualitária, justa e livre, consideração com a diversidade étnico-racial e os demais artigos Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216.

Nessa mesma linha de pensamento a lei de diretrizes e bases da educação brasileira LDB 9394/96 em seu artigo, seu art. 1º, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, reforçando que é dever de todos garantir a educação ao educando, cada um com sua respectiva obrigação. Os Art. 79 B, Art.26 e 26ª, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros. Por sua vez a lei 10.639/2003, que em seu teor, estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira" dentro das disciplinas que já

²⁶ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação ou **LDB** é a legislação que define e regulamenta o sistema educacional brasileiro, seja ele público ou privado. Esta legislação foi criada com base nos princípios presentes na Constituição Federal, que reafirma o direito à educação desde a educação básica até o ensino superior.

fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio. Também estabelece o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra, no calendário escolar visto a importância dessa lei que até modifica a lei máxima da educação a LEI 9394/96. Condizente com a Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 torna obrigatório o estudo da História e Cultura Indígena e Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, o parecer ²⁷CNE/CP 03/2004 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas; e a Resolução CNE/CP 01/2004, que propõe um conjunto regras para consolidação do ensino das relações étnicos raciais dentro dos estabelecimentos. Somando se a isso a Lei 11.645, que altera também a LDB.

Por fim, a lei CAÓ nº 7.716/89, que define como crime o ato de praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional e regulamentou o trecho da Constituição Federal que torna inafiançável e imprescritível o crime de racismo, após dizer que todos são iguais sem discriminação de qualquer natureza. Ainda para compor essa análise, a lei anti-bullying, Lei nº 13.185 de 06 de Novembro de 2015, Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*). em seu Artigo, Art.1º § 1º. Considerando que a gordofobia são ações depreciativas, desenvolvidas por pessoas intolerantes ao corpo gordo, que martirizam, menosprezam lhes insultando e diminuindo como pessoas, trazendo-lhes a vida transtornos psíquicos e físicos, sendo assim compreendo que uma pessoa que sofra constantemente abusos tais como estão descrito na lei anti-bullying possa ser respaldadas dentro dessa lei, e nos apoiaremos ainda na constituição artigo Art. 1º, incisos, III e IV para falar sobre a gordofobia, visto que não há lei específica para combater preconceitos de origem gordofóbica.

Feito esse levantamento sobre as leis educacionais brasileiras mencionadas acima encaminharemos para a análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal José Victor Figueredo (PPP), com vigência até 2022. Tanto a LDB, como a ²⁸CF de 1988 trouxe para o panorama da educação brasileira, um norte, que organiza e orienta as instituições de ensino, garantindo as instituições gestão democráticas nos moldes da lei, garantindo a participação de todos os atores da comunidade escolar na organização e planejamento baseada

²⁷ Parecer CNE/CP nº 3/2004, aprovado em 10 de março de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

²⁸ A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico. Constituição nacional.

na coordenação de atitudes e ações que propõem a participação social, ou seja, a comunidade escolar (professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica ou seja todos que fazem parte da comunidade escolar. Sendo assim as Instituições de ensino tem autonomia para elaborarem seus documentos internos desde que alicerçados nas leis educacionais.

Nesse viés, o PPP é um instrumento, balizador, democrático que garante autonomia das escolas de grande valor dentro das instituições escolares. Construído coletivamente por todos os atores da comunidade escolar, ele norteia todas as ações constituídas para serem desenvolvidas por um período de ano. Sobre o PPP, Veiga afirma que:

O projeto político-pedagógico aponta um rumo, uma direção, um sentido específico para um compromisso estabelecido coletivamente. Ao ser claramente delineado, discutido e assumido coletivamente, o projeto constitui-se como processo e, ao fazê-lo, reforça o trabalho integrado e organizado da equipe escolar, assumindo sua função de coordenar a ação educativa da escola para que ela atinja o seu objetivo político-pedagógico, desvele os conflitos e as contradições, busque eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia permitindo as relações horizontais no interior da escola. (VEIGA, 2010, p. 1).

Veiga confirma aquilo que esperamos de um PPP, evidenciando que um Projeto Político Pedagógico, claramente delineado, discutido e assumido coletivamente, só trará benefícios para a escola, eliminando relações competitivas autoritárias que dificultam o bom andamento das ações a serem desenvolvidas.

Levando-se em conta que o PPP é um documento que não pode ser rígido pois estamos falando de pessoas e relações, há frequentemente acréscimo de novas inserções e informações no PPP, constantemente novos projetos, revisão das ações, por isso é político, pois forma e transforma pessoas para viver em sociedade, como cidadãos preparados para interagir e agir, portanto, a proposta de orientação de suas práticas educacionais, suas ações precisam se bem definidas estabelecendo os objetivos do ambiente educacional, podendo incluir desde a proposta curricular até a gestão administrativa no mesmo. Para Martins:

O projeto político pedagógico da escola, enquanto materialização do trabalho coletivo, apresenta-se enquanto síntese da identidade da escola. Sua concepção, construção e execução podem expressar o grau de intensidade das relações democráticas no interior da escola, ou o contrário (MARTINS, 2004, p. 42).

O projeto pedagógico é um documento imprescindível para o bom andamento do processo educativo nas escolas, uma vez que é nele que se integram as normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de

ensino. No PPP estão contidas as orientações pedagógicas para a e formulação dos planos de trabalho dos professores nas salas de aula, avaliações, projetos, planos da equipe gestora escolar etc. O PPP é obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino, além disso auxilia no trato das questões burocráticas e logísticas das escolas como, por exemplo, a quantidade de alunos por sala e os recursos necessários para as atividades escolares. Por meio desse instrumento que as escolas definem quais conteúdos serão ensinados e como isso será feito, no caso, como será feito o processo de avaliações, levando em consideração o contexto sociocultural e econômico em que seus agentes estão inseridos.

Pelo fato termos uma população plural, nossa comunidade escolar também não poderá ignorar esse perfil. Considerando a diversidade do povo brasileiro suas características faremos agora a análise do PPP da escola José Victor Figueredo. Sendo o Projeto Educacional um documento importante e relevante consideraremos o PPP de 2018-2022 da referida escola, como instrumento balizador, que valoriza uma educação antirracista e integradora, e que priorize a promoção da igualdade racial. Há também a seguir uma curta, contudo importante explanação sobre os dados e informações contidas nesse documento, no que tange as questões raciais e as diversidades culturais, e por conseguinte o quadro analítico das propostas determinadas pela lei 10.639/03, com o quadro de metas/ações e da proposta curricular para o ensino das séries iniciais contidas no PPP da escola José Victor Figueredo.

Dessa maneira, iniciaremos a análise do documento com um questionamento que se apoia no embasamento documental, a partir do (PME), Plano Municipal de Educação de Eunápolis de 2015 e do Projeto Político Pedagógico da escola Municipal José Victor Figueredo. Nesse sentido, quais são as ações que que contempla/visam o combate ao racismo e as demais formas de preconceitos existentes, valorizando as relações étnicos- raciais na escola?

O Projeto Pedagógico da escola José Victor Figueredo, através do diagnóstico situacional, traz informações importantes do contexto em que está inserida aquela comunidade escolar. Inicialmente, ele apresenta sua missão, visão uma conceituação das finalidades, a história dos entornos e da escola e justificativa da sua elaboração, demonstra a situação da unidade de ensino. Além disso, evidencia também uma demonstração dos projetos pedagógicos e programas contemplados pelo ²⁹Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE apresenta a estrutura organizacional e os departamentos que compõem a

²⁹ O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é o órgão responsável pela execução da maioria das ações e **programas** da Educação Básica do nosso País, como a alimentação e o transporte escolar, além de atuar também na Educação Profissional e Tecnológica e no Ensino Superior.

escola e, por fim, demonstra em seu quadro de metas e ações a proposta curricular e suas ementas para os anos de 2018 até 2022.

Ao comparar as metas e estratégias e plano de ações contidas no PPP da escola, das dezoito metas, apenas uma cita a questão do respeito a diversidade que apenas menciona quando diz promover a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social, mas não define como, nem quais ações serão desenvolvidas para a efetivação das formas de discriminação e exclusão social. Fica bem explícito no PPP da escola que nas dezoito metas, não existe nenhuma específica que se propõe a tratar do ensino das relações étnicos raciais na escola. E, onde essa temática aparece, não está claro sobre quais tipos de preconceitos serão problematizados, nem tão pouco quais ações interventivas serão adotadas e a ação, o documento apenas faz uma menção sutil, mas não aprofunda a questão. Quanto aos princípios norteadores da escola José Victor Figueredo contidos no PPP, dos dezessetes, apenas dois mencionam de forma clara quanto ao estudo das culturas afro-brasileira e as contribuições dos povos indígenas e negros e outros povos:

- 1- A apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afro descendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América
- 2- O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo à discriminação.

Com base nas análises dos documentos comparativos ³⁰RCME, PME, e a Lei 10.639/03 e o CNE/CP 003/2004, o Projeto Político Pedagógico menciona em uma de suas metas a valorização da diversidade. Quanto às ações a serem desenvolvidas diz de forma sucinta que irá desenvolver não deixando claro quais são essas ações. Porém tanto relatos de outros profissionais como nas entrevistas coletadas, fica claro que não são trabalhados projetos ou quaisquer outras medidas tratativas sobre racismo e preconceitos na escola, isso fica mais evidente nas respostas das entrevistadas.

A escola desenvolve apenas um projeto com o nome de - Projeto de cidadania - Ser cidadão, mais um projeto que ensina a criança a conviver na sociedade de forma bem simplista. Fica exposto também no PPP que a escola trabalha as datas comemorativas, uma das datas que me chamou a atenção que é comemorada é o 20 de novembro instituído pela Lei 10.639/03, que altera a Lei 9394/96 que institui o artigo 79B a inclusão do dia da Consciência

Negra no calendário das escolas, isso também não consta no PPP da escola, porém comemorase de forma estereotipada folclórica sem nenhuma conexão com a verdadeira história da população negra. Os dois princípios norteadores do PPP da referida escola estão em consonância com o CNE/CP 003/2004, na prática fica bem evidente que o PPP serve apenas como um documento quase sem uso, guardado nos armários da escola, pois a maioria dos professores sequer pegam para desenvolver suas atividades em sala de aula. Portanto, percebe-se que não há nenhum projeto dentro do PPP que vise a eliminação concreta do racismo e preconceitos ou *bullying* nessa escola.

3.2 Cartilha digital: uma proposta de intervenção na escola

Outro objetivo dessa pesquisa é o de desenvolver um produto pedagógico que contribua para promoção da educação antirracista e antigordofóbica na escola, visto que tem sido cada vez mais frequente, por parte da atuação docente, a preocupação em pesquisar novas metodologias que possam desenvolver táticas inovadoras que tragam para o educando condições de aprendizagens, nas quais, ele tenha estímulo para melhorar ou apreender novos conhecimentos. Nessa direção, há uma verdadeira corrida em busca de avanços, que visem o interesse e o desenvolvimento completo do discente.

Pensando em mais um método que ajude a ampliar o processo ensino-aprendizagem na compreensão das relações étnico-raciais, é que surgiu a ideia de produzir uma cartilha animada, na modalidade digital. Para tanto, eu criei o produto educacional nomeado de “Combatendo a Gordofobia e o Racismo na Escola”, trata-se de uma cartilha orientadora que servirá de auxílio para educadores da educação básica. Essa cartilha apresenta uma linguagem simples de fácil entendimento, que qualquer docente possa ler e compreender as informações contidas.

A cartilha digital é uma ferramenta que pode ser empregada para vários fins, especialmente o de aguçar o envolvimento do educando com as diversas temáticas interpeladas pelo docente na escola. A Cartilha servira como mais um instrumento na elaboração de planos de aulas dos professores. Partindo desse pressuposto, Collares (2011) corrobora que a cartilha se adequa como meio de comunicação onde o teor integrado nela

reflete a sociedade, é nessa linha de pensamento que a utilização da cartilha como suporte de transmissão de conhecimentos não pode deixar de fora as questões ideológicas.

A cartilha digital temática “Combatendo a Gordofobia e o Racismo na Escola” foi produzido em formato de história em quadrinhos, pois se trata de um gênero textual direcionado a todos os públicos, e em especial os da educação básica por conta da linguagem coloquial. Optei pela utilização da coloquialidade como estratégia para obtenção de êxito, pois é uma linguagem de uso na conversação do dia a dia dos indivíduos que dispensa a obrigatoriedade da linguagem culta ou rebuscada. Isso foi feito com a intencionalidade de atrair o público mencionado. Em se tratando da língua materna, é comum escutarmos diariamente que o brasileiro não sabe falar português, devido a essa forma de pensar é que naturalmente se reproduz um outro tipo de preconceito que Bagno (2015) cunhou o termo de preconceito linguístico.

Para Bagno (2015), o preconceito linguístico está ligado, em boa parte, à confusão que foi criada no decorrer do processo histórico construído entre a língua e a gramática normativa. De acordo esse autor, é nossa tarefa desfazer de forma urgente essa real confusão. Nas relações diárias onde ocorre esse tipo de comunicação coloquial também chamada de informal, compreendemos que esse processo seja feito de forma imediatista essa é a maneira mais comum de comunicação nas relações interpessoais empregadas nas falas e atualmente na escrita.

Apesar da preferência por esse tipo de linguagem coloquial, há um preconceito histórico quanto a forma de nós brasileiros falarmos. Gonzalez (1988), enfatizava que o português o qual falamos no Brasil seria mais bem assinalado com suas raízes, se o denominássemos como pretoguês. Gonzalez, também dedicou-se ao tema da linguística e através da inspiração Lacaniana percebeu o poder da herança linguística nas línguas originárias de matrizes africanas aportuguesadas no solo brasileiro, sobretudo no tocante a oralidade. Segundo Gonzalez:

(...) aquilo que chamo de ‘pretoguês’ e que nada mais é do que marca de africanização no português falado no Brasil (...). O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes, como o l ou o r, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo” (GONZALEZ, Lélia, 1988, p.70)

Nesse sentido, aquilo que é tido pela maioria como um erro ou um desvio da língua, ou como falta de competência do falante por não saber falar o português, Bagno (2015), vai

chamar de preconceito linguístico. Gonzalez, por sua vez, vai conceituar de pretuguês por tratar-se de uma herança que nos foi deixada pelos nossos ancestrais, os falantes das línguas africanas, portanto, pelo seu contexto histórico essa linguagem mais acessível sempre foi marginalizada por estar fora do padrão erudito. Para Tolentino:

Podemos identificar na tradição filosófica a importância da linguagem e seu uso, porém geralmente identificada pela imposição de rígidas restrições no seu manejo, canonizando uma linguagem excludente que, em nome da reificação de um padrão erudito, exclui o uso mais popular e coloquial da linguagem. Dessa maneira são silenciadas uma série de possíveis interlocutores oriundos de outras classes sociais, lugares geográficos, com hábitos culturais não-europeizados, aqueles que já, foram outrora denominados como ‘bárbaros’ ou ‘selvagens’, dependendo do momento da história mundial e que hoje são geralmente classificados como terroristas ou refugiados. (TOLENTINO, 2018, p. 116)

Na visão de Bagno (1999, p. 26), o português informal é a língua da grande, pobre, carentes os não alfabetizados da nossa Nação. Por conseguinte, a língua das crianças e jovens desprovidos de recursos financeiros que fazem parte do chão da escola pública. Esses fazem parte da grande massa populacional que sofre toda sorte de descaso social, são os negligenciados por um sistema arbitrário e opressor que insiste em separar o pobre do rico, o preto do branco, ou seja, é o que predomina no Brasil. Como o português informal, coloquial, é falado por essa classe de pessoas, elas sofrem tanto preconceito linguístico quanto as pessoas desse grupo que o utiliza. Ele é considerado ‘feio’, ‘deficiente’, ‘pobre’, ‘errado’, ‘rude’, ‘tosco’, ‘estropiado’ “caipira”.

Como dito anteriormente, esse produto foi pensado num formato e linguagem que pudesse atingir ao público pesquisado. Sendo assim, para viabilizar o acesso e ao mesmo tempo, atender os objetivos pedagógicos, eu decidi pela elaboração da cartilha digital - disponível no endereço: <https://www.flipsnack.com/ECB95B66AED/cartilha.html> .Com o intuito de contribuir para o combate da gordofobia e do racismo no ambiente escolar, procurei fazer uma intersecção sobre os padrões estéticos propagados no chão da escola. Quanto a linguagem escolhida podemos ainda notadamente ver essa variação da linguagem se levarmos em conta a questão geográfica, muitas vezes chamados de matutos, ignorantes analfabetos, considerando todas essas variantes é que a Cartilha digital não fugirá da linguagem informal.

Para Barbosa, Alonso e Viana (2004) as cartilhas temáticas vêm sendo empregadas cada vez mais como um suporte pedagógico de grande alcance. As cores e as formas atraentes desse gênero textual despertam nos discentes maior interesse pelo tema.

Para que houvesse um aprendizado de forma leve porém profunda, resolvi utilizar uma forma lúdica e portanto, decidi pela criação de uma cartilha em formato de gibi, produzida por meio de diálogos entre as personagens, que são uma professora e duas alunas. Essas três personagens sofrem dentro do espaço escolar tanto preconceitos gordofóbicos quanto racismo. A problemática é tratada através de diálogos informais entre as personagens, que socializam suas experiências ocorridas inicialmente fora da sala de aula, e posteriormente, no decorrer da aula, acaba sendo problematizada com toda a turma.

Assim, a medida em que o leitor avança na leitura, ele toma conhecimento sobre a reprodução de comportamentos racistas, gordofóbicos e de *bullying* e, ao mesmo tempo, é levado a refletir sobre o tema interpelado na conversação entre as personagens envolvendo os aspectos de sensibilização, mudanças de valores, atitudes, comportamentos e interesses. Isto está diretamente ligado às mudanças comportamentais e a aceitação de boas práticas sociais, ou seja, faz o usuário “pensar sobre” o quanto determinadas práticas podem ferir os outros indivíduos.

As personagens da cartilha possuem características físicas que se aproximam do biotipo de mulheres gordas e pretas, procurei construir diálogos curtos, informais típicos da linguagem coloquial, mas também tive o cuidado de evitar gírias, a opção por um estilo mais simplificado foi uma tentativa de facilitar a compreensão do leitor, visto que almejo atrair discentes, docentes e quem mais se interessar pelo tema. Procurei explorar a linguagem visual em colaboração com os textos verbais para auxiliar a compreensão da mensagem a ser transmitida.

(IN) CONCLUSÕES

Embora muitos possam dizer que não há diferenças entre homens e mulheres, ou acharem que não há diferença de gênero e que na mulher “pós-moderna” não se aflige qualquer tipo de discriminação, existem fatos históricos que comprovam que esse pensamento é errôneo. É pertinente fazer aqui uma ressalva sobre essa mulher dentro da sociedade, pois sabemos que a sociedade brasileira teve suas bases forjadas sobre um tripé, a saber: o patriarcado o sexismo e o racismo. Uma sociedade alicerçada sobre o viés do racismo que exclui todos aqueles que não estão dentro dos padrões de qualidade desejáveis por uma minoria majoritariamente branca elitizada. A mulher sempre foi tratada como um ser que veio ao mundo para cuidar dos outros, de um modo geral sempre foi infantilizada, subalternizada, sua voz foi sufocada por muitos séculos.

Segundo Spivak (2014), o sujeito subalterno é aquele que não tem voz política, ou que mesmo tendo voz, não é ouvida, apresentando a importância do intelectual para abrir espaços de fala para esse sujeito subalterno. Segundo Spivak (2014), sendo a mulher desvalorizada e vista como sujeito subalterno, perde o direito de falar e quando tenta exercê-lo, se depara com muita dificuldades, no entanto, não se deixa abater, passando então a guerrear por lugares privilegiados destinados a priori para gênero masculino.

Se para a mulher branca, já é um desafio acender socialmente e em igualdade de condições com os homens, em uma sociedade predominantemente machista e racista isso se torna quase impossível para mulheres negras e gordas. A vida interior e íntima da mulher negra e gorda, não tem sido fácil, para sobreviver nessa conjuntura social a mulher que apresenta tais características tem passado por constantes transtornos permeados de muitos sofrimentos.

Muitas mulheres negras e gordas vêm participando ativamente de movimentos ativistas femininos, visando à desconstrução de estereótipos, dos quais ora enaltecem o corpo da mulher negra como símbolo de beleza, ora deprecia como objeto de prazer, denominadas mulheres “quentes e fogosas” que toleram e resistem a dores. Geralmente, a representatividade da mulher negra ou afrodescendente é muito menor nos espaços sociais se comparada a ascensão da mulher branca, pois, diante do fato em que vivemos em uma sociedade que preza a aparência física e em que o corpo belo e perfeito é o magro, há uma barreira, seja ela intelectual ou social para as mulheres negras e gordas, o que fica evidente a

distância dos objetivos pretendidos e muitas vezes atravessados por processos doloridos que bloqueiam as conquistas pessoais.

Por conseguinte, esse trabalho tem como objetivo geral verificar os efeitos perniciosos provocados pelo racismo e pela gordofobia na autoestima de mulheres negras, fazendo uma análise interseccional de como essas opressões se refletem em suas práticas educativas e no ambiente escolar. Nesse contexto, esta pesquisa, intitulada “ALÉM DE NEGRA É GORDA: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DOS EFEITOS DO RACISMO E DA GORDOFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR”, foi impulsionada pela trajetória de vida que se entrelaça com a militância dentro de e fora da sala de aula, mesmo porque, eu resisto por acreditar muitas ações educacionais, mesmo que involuntariamente, são carregadas de discursos e práxis racistas e preconceituosas e que há a possibilidade dessas desconstruções de subalternização de inferioridade não somente da mulher negra e gorda mas sim de toda a população negra experienciada nos espaços educacionais na atualidade.

Em vista disso, procurei objetivamente compreender se o Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal José Victor Figueredo e o PME – Plano Municipal de Eunápolis contemplam ações que visem a eliminação do racismo e preconceitos de todas as formas, dentro da escola. Já que essa pesquisa parte de minhas inquietações busca responder à pergunta: Quais os impactos do racismo e da gordofobia no ambiente escolar? Mais especificamente, como isso reflete nas práticas educativas e na autoestima das professoras negras e gordas? Essas perguntas foram respondidas quando as entrevistadas quase que de maneira unanime confirmam que sim que os efeitos do racismo e da gordofobia atrapalham o bom rendimento de suas práticas pedagógicas e causam impactos em suas autoestimas e consequentemente dificulta a aprendizagem de seus alunos, levando-os a consequências que refletem em suas vidas pessoais e profissionais. E por sua vez, o PPP da referida escola.

Sendo assim, o trabalho constatou que o objetivo geral da pesquisa foi alcançado.

A partir das observações do ambiente de pesquisa, eu levantei três hipóteses, que me levaram a analisar a relação entre as práticas pedagógicas e o ensino das relações étnico-raciais, consequentemente o racismo e o preconceito gordofóbico tendo como ponto de partida para essas análises, o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal José Victor. Partindo desse pressuposto, as hipóteses levantadas foram: 1 - Racismo e preconceitos gordofóbicos interferem nos relacionamentos entre professores e alunos. 2 - Os discentes fazem distinção entre as professoras negras e gordas. 3 - O PPP da escola seguindo os princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana contempla a prática de ações

decoloniais antirracistas e todos os tipos de preconceito, no caso aqui, o gordofóbico no ensino das séries iniciais.

Dessa forma tivemos sete professoras pedagogas, já mencionadas anteriormente das quais todas 5 em sala de aula uma na coordenação, outra na vice direção e sala de aula e outra que está como vigia escolar, que serviram de base para obtermos a maioria das respostas que balizaram a compreensão e análise da pesquisa.

As respostas obtidas pelas docentes da escola Municipal José Victor Figueredo, nos serviram de base para compreendermos de que formam estão trabalhando o ensino das relações étnicos raciais, o bullying, o racismo e os diversos tipos de preconceitos, como o gordofóbico, e que nos leva a hipótese 3: O PPP da escola, seguindo os princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana contempla a prática de ações decoloniais antirracistas e todos os tipos de preconceito no caso no ensino das séries iniciais? Essa hipótese também foi parcialmente confirmada, visto ter ficado evidente que não contempla, entretanto há menção mais detalhada sobre a temática, ainda que esteja simplificada, ela está configurada como a última meta do PPP, em linhas gerais, aborda a questão de forma bem sucinta sobre a redução das práticas racistas, o certo é que, algumas respostas das entrevistadas confirmaram que não há projetos na escola destinados a esta finalidade. Isso me leva a refletir sobre se de fato não há, ou se existe o algum desinteresse ou desconhecimento.

A metodologia utilizada para aquisição de perguntas foi a entrevista semiestruturada, deixando bem claro que tive grande dificuldade em colher esses dados, pois por conta da COVID-19, as aulas retornaram presencialmente em fevereiro de 2022 e os docentes não dispunham de tempo. Logo após o retorno das aulas presenciais iniciou-se em Eunápolis uma greve dos professores que durou oito meses, levando a um verdadeiro caos a pesquisa. Parte da coleta iniciou-se ainda no período pandêmico via grupo de WHATSAPP, e para proceder com essas interações levantei várias questões a respeito da reflexão acerca da gordofobia e do racismo dentro da sala de aula. Nos grupos, propus questões motivadoras cujos debates possibilitaram colher informações necessárias para análise e interpretação de dados. Essa metodologia viabilizou a confirmação da primeira e da segunda hipótese.

De posse das informações coletadas, por meio dos métodos investigativos, em especial as entrevistas, ficou mais uma vez evidenciado que o projeto político pedagógico de 2018, sendo a identidade da escola, não contribui para o ensino antirracista e decolonial nas séries iniciais, como já dito anteriormente, há uma menção bem vaga e ainda deixa subentendido

que as docentes não se interessam pelo assunto e portanto não há nenhum tipo de estratégia de transposição de didática desse tipo de conteúdo. Entretanto, as docentes entendem e declaram a necessidade de revisão de suas práticas.

Para veracidade e confirmação dessas respostas também foi feito a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A primeira nos possibilitou acesso e análise das mais diversas produções intelectuais, aos mais diversos acervos intelectuais acadêmicos de livros, revistas artigos, resumos, resenhas, em especial as de produções intelectuais decoloniais, de homens e mulheres negras que nos possibilitam um melhor entendimento do ensino das relações étnico-raciais. A segunda foi a pesquisa documental, que possibilitou a análise de documentos jurídicos nacionais e locais para a educação das relações étnico-raciais, tendo como referência o Projeto Político Pedagógico da escola Municipal José Victor Figueredo.

Conforme metodologia utilizada essa pesquisa, teve alguns entraves negativos e positivos, como já citado anteriormente, a da pandemia da Covid-19, que afetou não só Brasil, mas mundo como um todo e a greve dos professores no município de Eunápolis que durou 240 dias, causando o afastamento entre as pessoas. Pontuo também o desinteresse de alguns colegas que não quiseram participar da pesquisa, e a dificuldade em coletar os dados dos docentes, até mesmo daqueles que propuseram a participar desde o início, contudo nenhum desses pontos negativos mencionados modificou na análise e resultado da pesquisa.

Somando-se a tudo o que foi apresentado até aqui, o Projeto Político Pedagógico, conforme sua importância para consolidação de práticas pedagógica antirracista e decoloniais, foi criado um produto educacional contemplando assim o terceiro objetivo específico de pesquisa. A cartilha foi publicada e está disponível em no formato digital no endereço: <https://www.flipsnack.com/ECB95B66AED/cartilha.html>.

Ao final da construção, o referido produto foi apresentado ao grupo focal de professores, que avaliaram linguagem e conteúdo e deram suas opiniões expressando de forma verbal o quanto estavam felizes por mais essa metodologia esse que é a cartilha orientadora para se trabalhar a gordofobia e o racismo não só dentro do espaço educativo, mas em qualquer outro espaço de interação. A perspectiva é que essa cartilha orientadora possa ser um instrumento auxiliador do Projeto Político Pedagógico e para orientação nas práxis educacionais não só dos docentes, mas de todos os profissionais da escola em questão. Visando ainda que esse mesmo produto educacional possa de maneira mais abrangente servir como um dos nortes na construção do PPP de outras escolas de ensino fundamental da rede, objetivando desconstruir estereótipos e práticas racistas e incentivar ações educativas que contribuem para a pluralidade.

Para além das discussões sobre o racismo a gordofobia, o ensino das relações étnico-raciais nesse trabalho evoca a igualdade racial dentro do espaço educativo, visto que os casos de discriminação ocorrem dentro das escolas e na maioria das vezes não são tratados como deveriam. Vale apenas ressaltar aqui que a prática da gordofobia e do racismo praticado em ambiente escolar acontece com mais incidência quando a classe/escola a/o qual ele/ela estão inseridos há ausência de abordagem e problematização do assunto.

Essa prática compromete o desenvolvimento e a autoestima tanto aluno como dos professores e outros profissionais da educação, enfraquece as relações interpessoais e a afetividade entre os pares. É preciso compreender que a Educação Brasileira, deve levar em conta as relações étnicas raciais e a formação da nação brasileira. É importante promover a paz, restaurar os vínculos com a justiça restaurativa, e afastar as práticas racistas nos espaços escolares.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. Luis de Racismo Estrutural- Feminismos Plurais SÃO Paulo, Polén,2019
- ARRAES, Jarid. Gordofobia como questão política e feminista. Disponível em <http://revistaforum.com.br/digital/163/gordofobia-como-questao-politica-e-feminista/>
- ARAÚJO, Joel Zito. O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 979-985, 2008.
- ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. Senac, 2000.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público e Ação Educativa, 2015. Disponível
- BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Revista Sociedade e Estado**, v. 33, n. 1, p. 119-137, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/HBdmnKdkjFRXkWq9m6Ft8kP/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 jul. 2022.
- BRASIL- Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Acesso em <
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 191-A, p. 1, 5 out. 1988. Disponível em: [w2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacao-riginal-1-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacao-riginal-1-pl.html). Acesso em: 19 05. 2022.
- BRASIL. Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Acesso em: 30 jul. 2022
- BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE – 2014-2024 e dá outras providências. Brasília/DF: Câmara dos Deputados, 2014. p. 86. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/<http://www.proec.ufpr.br/download/extensao/2016/creditacao/PNE%202014-2024.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 10. 2021.
- BRASIL. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 mai. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.
- BRASIL. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e

Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 mai. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

CADERNOS DE DEBATE DA CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA Vol. 5 – Educação para a mídia 1ª. Edição MJ Brasília 2014. Cadernos Pagu 2014 (43), janeiro-junho de 2014:13-56. ISSN 0104-8333

CARNEIRO, A. S. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em 17.05.2022

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora**, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2011.

COLLARES, S. A. O. O uso da cartilha progressiva (1907) nas escolas do estado do Paraná. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011. COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

CONCEIÇÃO, Fernando. Nossa escravolândia _ Sociedade Cultura e Violencia: do pitoresco ao perverso. São Paulo: Terceira Margem, 2015. **Contribuições para a implementação da LDB alterada pela Lei 10.639/2003**.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p 175, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/0>. Acesso em: 09.05.2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DE ASSUNÇÃO BARBOSA, Lucia Maria et al. (Ed.). De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil. EdUFSCar, 2003.

DE SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Gordos, magros e obesos: uma história do peso no Brasil. Estação Liberdade, 2016. em:

DE SOUZA SILVA, Karine. “A MÃO QUE AFAGA É A MESMA QUE APEDREJA”: DIREITO, IMIGRAÇÃO E A PERPETUAÇÃO DO RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL. **Revista Mbote**, v. 1, n. 1, p. 020-041, 2020.

EUNÁPOLIS-BA. **Projeto político-pedagógico**. Escola Municipal José Victor Figueredo. 2018 a 2022.

FANON, F. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968. Disponível em: https://www.kilombagem.net.br/wpcontent/uploads/2015/07/Os_condenados_da_Terra-Frantz-Fanon.pdf. Acesso em: 10.03.2022.

FANTE, Cléo. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. São Paulo: Verus, 2005.

FURTADO, Tanara Forte; MEINERZ, Carla Beatriz. Formação continuada de professores e educação antirracista: ensino de história, africanidades e rompimento de estereótipos. **Revista História Hoje**, v. 9, n. 17, p. 35-57, 2020.

GADOTTI, Moacir. A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar. 2007.

GATTI, Bernadete A. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília: Liber Livro, 2012.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29 mai./jun. 1995.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações étnico raciais no Brasil: uma breve discussão. In: GOMES, N. L. **Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/2003**. Brasília: MEC, 2005.

GOMES, N. L. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, maio/jun./jul./ago 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XknwKJnzZVFpFWG6MTDJbxc/?format=pdf&lang=p>

GOMES, N. L. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, [S.l.], v. 27, n. 1, abr. 2011. Disponível em: . Acesso em: 17 . 05. 2021.

GOMES, N. L. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. **Revista currículo sem fronteiras**. v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, p. 75-85, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

GONNET, Jacques. **Educação e mídia**. Edicoes Loyola, 2004.

GONZALÉZ, Leida. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos-htm>. Acesso em: 30 de abr. 2022.

GONZALEZ, Lélia. "Mulher negra". In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 29-47. **A mulher negra na sociedade brasileira**.

GONZALEZ, Lélia. "A categoria político-cultural de amefricanidade". Tempo Brasileiro, nº. 92/93, Rio de Janeiro, jan./jun.1988.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro Latino–Americano: ensaios, intervenções e diálogos** /organização Flavia Rios , Marcia Lima – 1ª ed.- Rio de Janeiro: Zahar 2020.

GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras. In: **Racismo e sexismo no Brasil** Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 1ª ed. 2018.

HOOKS, Bell. **Mulheres negras**: moldando a teoria feminista. Revista Brasileira de Ciência Política, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, p. 193-210.

HOOKS, Bell; PELÁEZ, Diana Carolina. La teoría como práctica liberadora. **Nómadas**, n. 50, p. 123-135, 2019. Acesso em 20.05.22

IBGE - **Domicílios; Educação; Estatística; Levantamentos domiciliares; Pesquisa; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua; PNAD Contínua**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101736>. Acesso em 02.05.2022.

IBGE (2020) – Disponível em: <http://www.mulheres.ba.gov.br/2021/09/3327/Atlas-da-Violencia-2021-66-das-mulheres-assassinadas-no-Brasil-sao-negras.html>. Acesso em 08/05/2022

IBGE (2020) – Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf/>. Acesso em 06/05/2022

IBGE (2020). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>. Acesso em: 02/05/2022

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: . Acesso em: 14/10/22

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101736>. Acesso em: 26 dez. 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Tradução – Jess Oliveira. 1º ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. Brasiliense, 2017.

LINHARES, Kleiton. O corpo da mulher negra: a dualidade entre o prazer e o trabalho. In: Simpósio Internacional de Educação Sexual: Feminismos, identidades de gênero e políticas públicas. 2015.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, p. 463-479, 2018.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. de S.; COSTA, A. P. **Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa**. Revista Lusófona de Educação, p. 139-153, 2018.

MOREIRA, Adilson Racismo recreativo / Adilson Moreira. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. O Corpo Negro: Sentidos e Significados. Nguzu– Ano 1, n. 1, março/julho de 2011 Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos (NEAA) da Universidade Estadual de Londrina (UEL)

NOVAES, Joana. Com que corpo eu vou? 1. ed. RIO DE JANEIRO: PUC-RIO, 2005

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em revista**, v. 26, p. 15-40, 2010.

OMS. Obesidade: Prevenindo e Controlando a Epidemia Global. Relatório da consultoria da OMS. Genebra, Organização Mundial de Saúde, 2004.

PACHECO, Ana Claudia Lemos; FONTES, Manoelle Lopes. MULHERES RACIALIZADAS NO SUL DA BAHIA: MAPEANDO COLONIALIDADES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADE1.

PIEDADE, Vilma. Dororidade. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PINHO, Ângela. **Um de cada cinco professores negros diz já ter sofrido racismo na escola**. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/10/um-de-cada-cinco-professores-negros-diz-ja-ter-sofrido-racismo-na-escola.shtml>. Acesso em 24/04/2022.

PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Agência IBGE Notícias, 15 de jul. de 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio#:~:text=Mais%20da%20metade%20das%20mulheres,diferen%C3%A7a%20de%2015%2C2%20p.p.> Acesso em 10.10.2022

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 29 dez. 2021.

RANGEL, N. F. A. *O ativismo gordo em campo: política, identidade e construção de significados*. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

RANGEL, Natália Fonseca de Abreu. *O ativismo gordo em campo: política, identidade e construção de significados*. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

RIBEIRO, Luiza Santos Junqueira. **GORDA**. Orientadora: Maria Guiomar Pessoa de Almeida Ramos. Rio de Janeiro, 2016. Relatório Técnico (Graduação em Comunicação

Social, Habilitação em Radialismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro

SALES, Raíssa Fernanda dos Santos; REIS, Jovelina. Representação leviana: A interferência da mídia brasileira na construção do sujeito negro, 2018.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. **Gordos, magros e obesos: uma história do peso no Brasil**. Estação Liberdade, 2016.

SANT'ANNA, D. (Org.) Políticas do corpo. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SANTOS, Rafael do Nascimento Silva. A vivência da gordofobia ao longo do processo identitário de uma jovem adulta. 2020.

SANTOS, Richard, **Branquitude e televisão: A nova África (?) na TV pública-Rio de Janeiro**, 2018, ed.Gamma

SANTOS, Richard. **Branquitude e televisão: a nova africa (?) na tv pública/Richard Santos**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

SANTOS, Richard. **Do sujeito Desidentificado à Maioria Minorizada: uma abordagem histórica da antinegitude na mídia brasileira** 389.

SANTOS, Richard, **Maioria Minorizada: um dispositivo Analítico de racialidade**, Rio de Janeiro 2020, ed. Telha.

SILVA, A. A.; CARREIRA, D. **Igualdade Étnico-Racial na Educação –**

SILVA, B. L.; CANTISANI, J. R. Interfaces entre a gordofobia e a formação acadêmica em nutrição: um debate necessário. *Demetra*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 363-380, 2018.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. A lei 10.639 na visão de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. **Entrevista concedida à Fundação Cultural Palmares.(não paginado). Disponível em:** < <http://www.palmares.gov.br/2012/01/a-lei>, n. C2, p. B0-10, 2012.Acesso em 24.04.22

SODRÉ, Muniz. A comunicação do grotesco. Um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1973.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes**. Editora Vozes Limitada, 2012.

TJDFT. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Injúria Racial. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/injuria-racial>. Acesso em 17-10-2022.

TOLENTINO, Joana. Descolonização, filosofia e ensino: compartilhando vozes de filósofas latino-americanas. In: **Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul**. 2018.

TORRES, N. M. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (org.).

Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 223-247.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Modalidade de pesquisa em Educação.** In: Metodologia de Pesquisa. Curitiba: IESDE Brasil, 2005. cap. III

TRINIDAD, Cristina Teodoro. Por uma educação infantil emancipatória: o papel do educador e da educadora na construção da identidade étnico-racial de crianças pequenas—Uma entrevista com a Excelentíssima Ministra Nilma Lino Gomes. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 6, n. 4, p. 482-488, 2015.

VAN DIJK, Teun A. Discurso e cognição na sociedade. *Revista Portuguesa de Humanidades*, v. 19, n. 1, p. 19-52, 2015.

VAN DIJK, Teun A. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. **Letrônica**, p. s8-s29, 2016.

VIGARELLO, Georges; PENCHEL, Marcus. **As metamorfoses do gordo: história da obesidade no Ocidente; da Idade Média ao século XX.** Editora Vozes, 2012.

ARAÚJO, Joel Zito. O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 979-985, 2008.

ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTA 1

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: Professora: . Data:

Formação acadêmica:

Local de trabalho :

Função/Cargo:

Tempo de trabalho nesse local

Idade:

Gênero:

Tempo de Magistério

1ª - Em sua opinião, existe racismo e gordofobia na escola?

2ª - Como você se declara?

Negra ()

Branca ()

3ª - você se considera uma pessoa gorda?

Sim ()

Não ()

4ª - Já sofreu algum tipo de discriminação por ser gorda e negra?

Sim ()

Não ()

A - Se sim, fale um pouco dessa experiência:

B - Se não, fale como observa as pessoas que reclamam destas questões:

5ª-Como você acha que as violências sofridas pelas mulheres gordas e negras atuam na autoestima delas?

6ª

6ª- E como essas ações se repercutem no ambiente de ensino aprendizagem?

7ª

7ª -Qual a sua opinião sobre a imagem de mulheres negras e gordas representado nas Mídias?

8ª -Quais são os principais efeitos perniciosos provocados pelo racismo e a gordofobia no processo educativo?

9ª - Quais são as dificuldades e limitações encontradas e enfrentadas pelas mulheres negras nessa sociedade enraizada de preconceitos raciais e gordofóbicos?

10ª -Levando-se em conta que o espaço escolar é o lugar um local de debates das diferentes formas de viver e estar no mundo, você percebe que a forma como a mulher gorda e negra vem sendo representada reflete no desenvolvimento do seu trabalho no ambiente educacional?

11ª – Existem projetos para reduzir preconceitos e racismo dentro da escola ?

12º Você utiliza o Projeto Político pedagógico para planejamento de suas aulas?

13ª Você conhece a Lei 10.639/03 que altera a LDBEN acrescentando a ela os artigos 26-A, e 79-B que trata da obrigatoriedade do estudo da História da África e da Cultura afro-brasileira e africana e do ensino das relações étnico-raciais, instituindo o estudo das comunidades remanescentes de quilombos e das experiências negras constituintes da cultura brasileira ?

14ª Porque você escolheu a docência ?

APÊNDICE – Produto Educacional

COMBATENDO O RACISMO E A GORDOFOBIA NA ESCOLA

**COMBATENDO O RACISMO E A
GORDOFOBIA NA ESCOLA**



UFSB